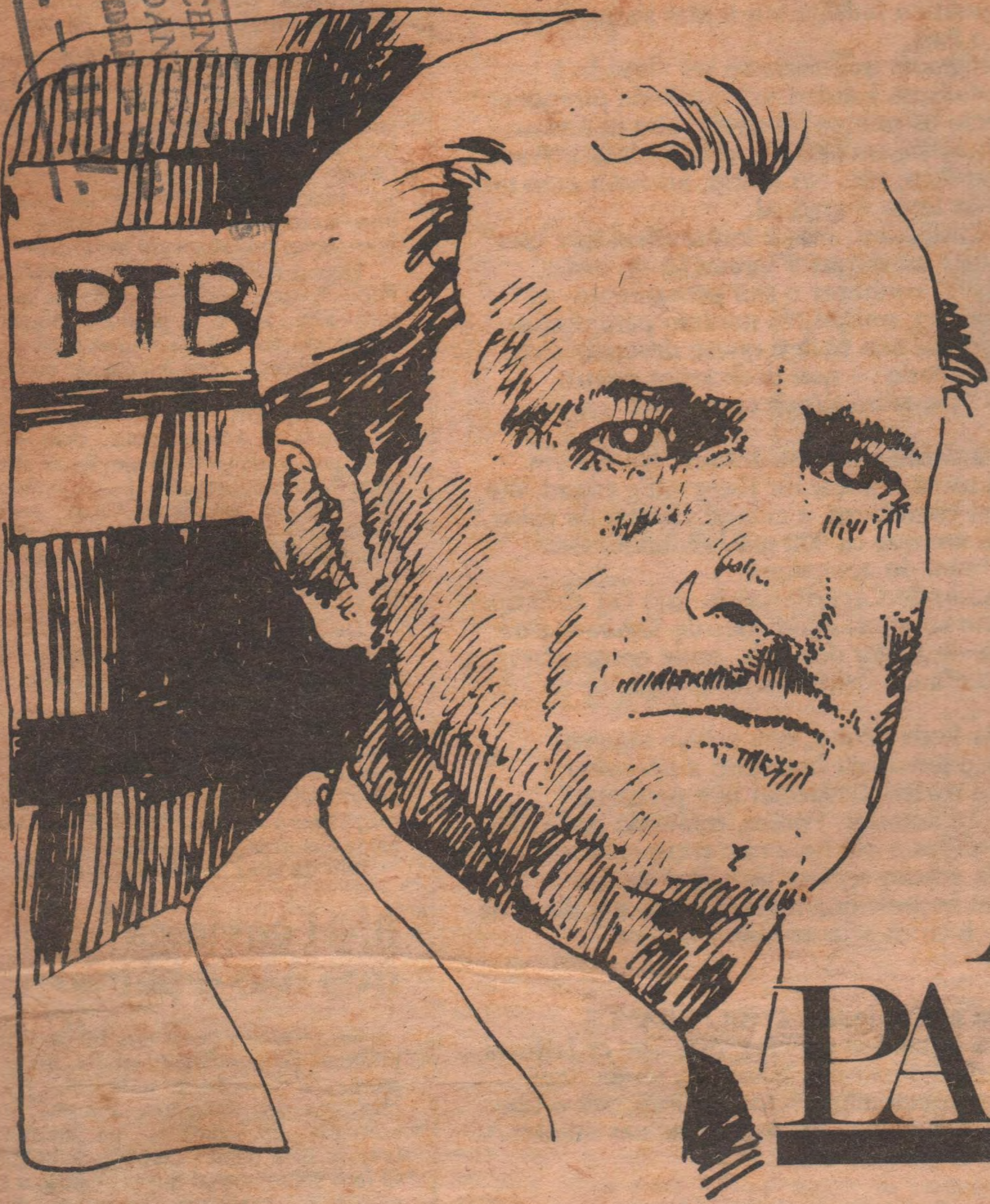


COO JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIGOSA D.C.E. - U.F.V.



O homem, o político, o teórico que influencia os novos trabalhistas

ALBERTO PASQUALINI

UM DIA DE PÂNICO

Nosso repórter viveu as 24 horas mais dramáticas de Harrisburg, a cidade ameaçada pela catástrofe nuclear



BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIGOSA D.C.E. - U.F.V.

DEPOIMENTO O REPÓRTER QUE DESCEU AOS PORÕES

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Secretário
Osmar Trindade

Gerência Administrativa
Francisco Alba

Redação
Baru Derquin, Elaine Lerner, Jorge Gallina, José Antônio Vieira, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Maurecy Santos, Najjar Tubino, Rafael Guimarães, Rosvita Saueressig, Sílvia Correa, Tânia Kruttscka, Tomás Pereira, Waldoar Teixeira (repórteres, fotógrafos e editores), Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Sérgio Batsow (Arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque).

Industrial
Argel A. Larroza (Gerente) Edson Ubiratan Trindade, Maria de L. B. Lima, Sílvia Berni, Fernando Schattscneider (Revisão) Carlos Milton Rios (Produção) Atil Vineton, Júlio Ferrari, José Luiz dos Santos (Fotolito) Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (Fotocomposição) Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, João C. P. Meirelles (Montagem)

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Kleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 - Porto Alegre - RS
Fones 218984 e 240951 - Telex (051) 1605

Registro nº 33170/Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Affonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ângela Beatriz Ricordi, Antônio Brito, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasques, Erni Quaresma, Euclides Torres, Floriano Soares, Gládis Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Leo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Sirelaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Marietela Bairos, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonvitz, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindami, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Ovílio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Arteché, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armando Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Célia Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najjar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Elói da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valério Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Eneidri Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães Fº, Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olídes Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luis Fernando Veríssimo, José Luiz Prévici, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Krafft, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paulo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélio Ferreira, Luis Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Praticamente esquecido, depois da sua morte em 1959, o nome de Alberto Pasqualini voltou aos jornais, mencionado pelos que se encarregavam de reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro, o professor Darcy Ribeiro, inclusive. Pasqualini seria uma das fontes principais a inspirar o programa dos novos trabalhistas. Nada mais natural. Ele foi quase o único político brasileiro a tentar sistematizar uma proposta trabalhista para o País. Preocupado em elaborar um programa que pudesse ser levado à prática, ele propunha um "capitalismo solidarista" que seria promover a justiça social sem ferir de início os pontos sensíveis, que poderiam aticar a ira das elites e dos poderosos em geral — propriedade privada, coletivização dos meios de produção, etc. No fundo, acenava com um Socialismo Democrático, pela via lenta e gradual. Pode-se discordar das teses de Pasqualini, mas é indiscutível que elas são atuais. Se é correto considerar inevitável a formação de um partido trabalhista, é indispensável conhecer o seu pensamento, as fontes de suas idéias, suas propostas, enfim. No mínimo para discutilas. É por isso — e pelo fato de que sua obra é quase desconhecida, seu único livro está há muito esgotado — que dedicamos quatro páginas desta edição a Alberto Pasqualini. Você concorda?

Caco Barcelos é nosso correspondente em Nova Iorque. No dia em que se anunciou o acidente da usina nuclear de Three Mile Island, ele deslocou-se imediatamente para Harrisburg, a cidade vizinha da usina, e lá ficou durante os cinco dias em que os 900 mil habitantes de Harrisburg imaginaram estar à beira do apocalipse. O assunto era um velho conhecido de Caco Barcelos, que em abril do ano passado fez uma reportagem sobre as condições de segurança na nossa primeira usina atômica, a de Angra dos Reis, onde conseguiu entrar disfarçado de operário, burlando os rígidos esquemas de vigilância.

Com exceção de um repórter da Rede Globo, que esteve algumas horas em Three Mile, foi o único jornalista brasileiro a percorrer a região nos dias mais críticos e o material especial que preparou deveria ter saído em nossa edição anterior. Porém, remetido por avião, o texto e as fotos acabaram perdidos e até hoje não recuperados. Caco foi obrigado a refazer, para esta edição a parte principal da sua reportagem, o que resultou num impressionante relato sobre o dia 2 de abril, o dia em que Harrisburg viveu os seus momentos mais dramáticos.

Estamos com um novo jornal na praça, leitor. O RIO GRANDE Semanal, nosso semanário para o público gaúcho, mas que os leitores de fora podem receber através de assinaturas. Não, não muda nada com o Coojornal, que continua circulando em todo o País, até o dia 15 de cada mês. O RIO GRANDE Semanal vai às bancas nas quintas-feiras em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Tiragem desta Edição: 40 mil exemplares

NESTA EDIÇÃO

6 Poder & Política:
As trombadadas que os fatos estão dando na abertura



Trabalhismo à brasileira: um perfil de Alberto Pasqualini

20

12 Um quintal muito tranqüilo: um relato sobre a Venezuela de hoje

O dia 2 de abril, quando 900 mil habitantes de Harrisburg estiveram à beira do apocalipse.

24

14 Alex Polari, um depoimento do poeta condenado à prisão perpétua

Uma polêmica em silêncio: a implantação da TV por cabos no Brasil

28

16/17



Depoimento de Antônio Carlos Fon, o repórter que desceu aos porões da tortura

Quem dá notícias de Inácio da Silva?

O motivo desta é relatar um caso triste que angustia minha família. Há muito que minha mãe, meu pai, meus irmãos, todos nós da família, vivemos momentos de aflição e espera, aguardando alguma informação sobre o paradeiro de meu irmão Inácio da Silva Mafra, nascido em Brusque em 25 de setembro de 1947.

Ele estudou durante vários anos no Seminário de Azambuja, nesta cidade, prosseguindo seus estudos de seminarista em Curitiba até 1968, época em que participou do congresso da UNE em Ibiúna. Devido à sua participação neste congresso, ficou impossibilitado de continuar seus estudos no seminário, apesar de ter feito várias tentativas de reingresso.

Depois passou a morar e trabalhar em Porto Alegre, onde em 1970 foi preso e torturado. Sobre a prisão nenhum comunicado foi feito a minha família, que se desesperava com a falta de notícias e com a parada brusca e inexplicável de suas cartas. Em 1971, por intervenção do arcebispo de Florianópolis, dom Afonso Niehues, e do cardeal de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, foi libertado da Ilha Presídio, em Porto Alegre, onde se encontrava detido. No ano letivo de 1973 concluiu o curso de bacharel em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De 1973 até agosto de 1976 recebemos algumas notícias e cartas, sendo que após esta última data nada mais soubemos sobre sua pessoa.

Solicito que divulguem esta carta e auxiliem nossa família a esclarecer o desaparecimento de meu irmão Inácio da Silva Mafra, remetendo qualquer informação para a Caixa Postal 250, Brusque, Santa Catarina, CEP 88350.

Inês da Silva Mafra, Brusque, SC

BNH emprega mas não é patrão

Em fevereiro deste ano fui ao BNH, à procura de emprego, tendo sido submetido à seleção e aprovado. Ao ser chamado por telegrama, informaram-me que iria ser admitido na empresa e poucos dias depois comecei a trabalhar. O fato sobre o qual quero chamar a atenção é que tanto eu como os demais aprovados fomos selecionados pelo BNH, convocados pelo BNH e, no entanto, quem assina nossa carteira profissional é a Ted Organização de Serviços Ltda.

Isso acarreta sérias conseqüências para os que trabalham em uma empresa paraestatal ou autárquica sob esse odioso e injusto regime de subcontrato. Recebemos apenas a metade dos vencimentos do funcionário efetivo do BNH para a mesma função, não temos direito aos 15 salários anuais que recebem os efetivos do BNH, não podemos nos sindicalizar, etc. A agência de empregos, que é a alocadora da mão-de-obra, leva com isso 50% do que deveria ser o nosso salário. Será que é só ela que leva? Difícil de acreditar, não é?

Observando a quantidade de cartões-ponto e comparando-se, chega-se facilmente à conclusão de que mais da metade das pessoas que trabalham no BNH no Rio estão sujeitas a esse sistema de subcontrato, marginalizados portanto dentro da empresa, havendo muitos casos de pessoas nessa situação há cinco ou mais anos. Além do BNH, verifica-se essa espécie de versão moderna de feudalismo em várias outras empresas paraestatais.

Incrível é que parece existir um desinteresse da Imprensa, sindicatos e parlamentares com respeito a essa situação irregular que é a alocação e subcontrato da mão-de-obra. É preciso mostrar a estes fascinados e reacionários que uma empresa paraestatal é um patrimônio da Nação e não um feudo privado de uma burocracia todo-poderosa e corrupta.

G.E.R., Rio de Janeiro, RJ

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.

Comunistas em toda a parte

Em 1964, a UDN usou a Petrobrás como cavalo de batalha para articular o golpe que a mantém até hoje no poder. Além da Petrobrás, incitou os operários e se infiltrou nos sindicatos, jogando os operários contra o Governo legalmente constituído do sr. João Goulart. Como o Brasil é um país tradicionalmente cristão, os golpistas de 64 começaram a espalhar, junto à então conservadora Igreja, que o país estava nas mãos dos comunistas. Começaram a ver comunistas escondidos dentro de garrafas de vodcka, comunistas dentro de caixas de sapato, comunistas nos mictórios públicos, comunistas dentro de batinas ou até dentro de melancias maduras. Somente em Minas Gerais não se encontravam comunistas.

E lá veio para as ruas a Marcha com Deus para a Liberdade. E fizeram isso sem antes perguntar a Deus. Mas o que importava era levar a UDN ao poder.

Novamente estão os revolucionários retóricos e oportunistas a apelar para o mesmo argumento (tático ou estratégico?) de 1964: "Os comunistas querem levar o país para o caos", voltaram a espalhar por aí. Isto porque, segundo os ideólogos do golpe de 64, os comunistas, agora, estão na oposição. Seria bom lembrar que quem estava na oposição em 64 era a mesma UDN que hoje está no poder. Para o grupo do minimaquível perpetuar-se no poder basta lançar a opinião pública contra a oposição. Por isso não será novidade alguma à UDN apelar do poder e vir para as ruas fazer agitações, organizar novas marchas. Cínicos, pensam novamente em enganar a Deus, como fizeram em 64. Esquecem que a Igreja, hoje, está ao lado do povo. E não da CIA.

Mas onde estão os comunistas?

Comunismo subentende-se a perpetuidade no poder. Nos regimes comunistas não é permitida a alternância no poder. Com o término (?) do governo Figueiredo teremos 21 anos sem alternância no poder. Tivemos apenas uma troca, um revezamento entre os que compõem a minoria instalada em Brasília pela força das armas. A sustentação dos regimes comunistas somente é possível pelas armas, vide Rússia, Cuba e demais países comunistas...

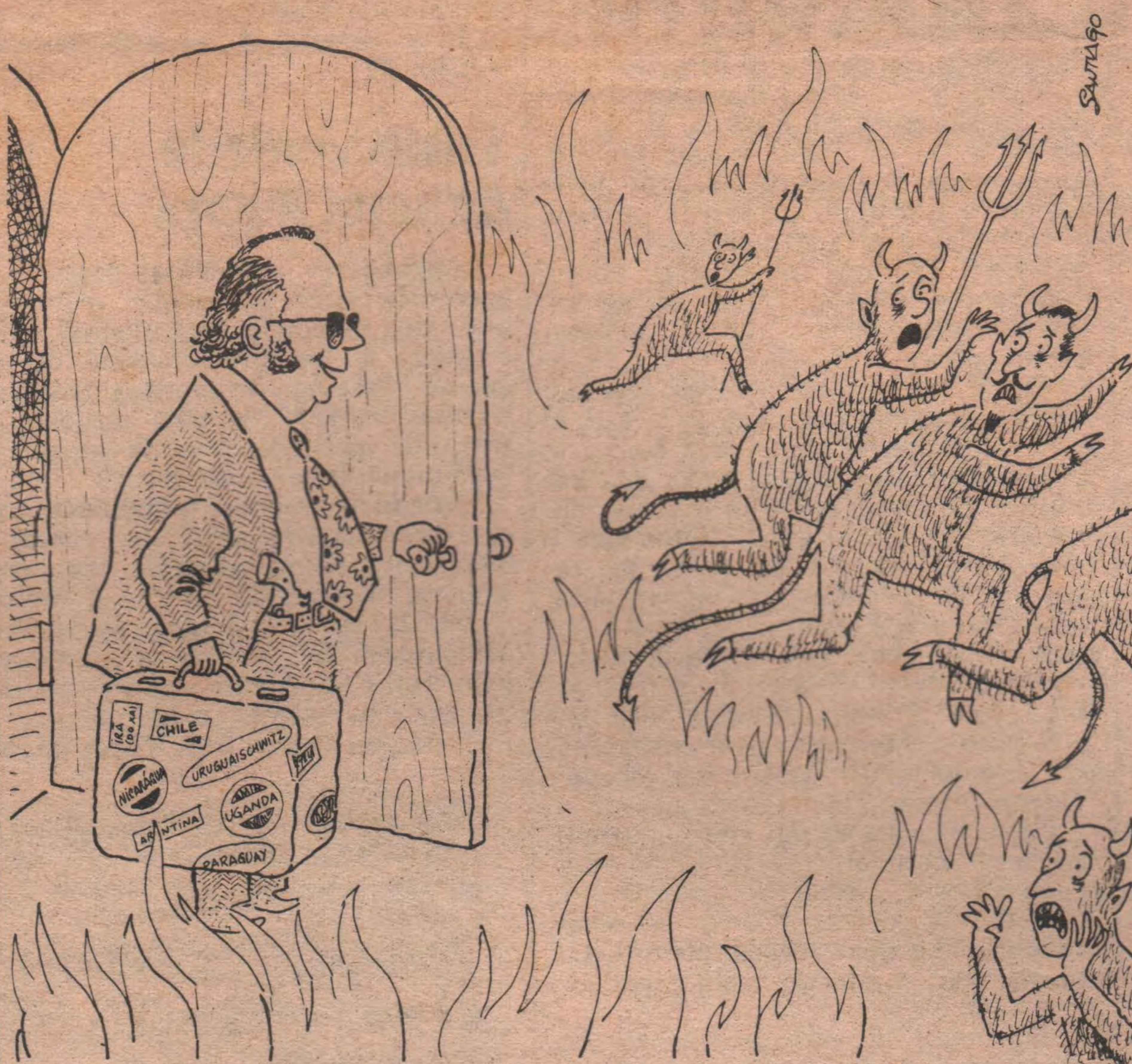
Nas democracias autênticas o comunismo elege apenas alguns deputados, no máximo, e não é levado a sério. Somente nas ditaduras o comunismo é levado a sério. Todo regime ditatorial se presta para a expansão do comunismo, pois é justamente nas ditaduras que os comunistas sentem-se em casa.

Assim como perde tempo e gasta dinheiro com mentiras oficiais pela tevê (merenda escolar e outras mais) o Governo deveria mostrar ao povo que os males do comunismo são: partido único, censura, campos de concentração, prisões arbitrárias sem mandato judicial, oligopólio, ausência de liberdade de expressão, ausência de sindicalismo livre, proibição de sair do país livremente (ou nele entrar). Além do que, nos países comunistas o povo não pode escolher livremente seus governantes. Logo, a semelhança com o nosso atual regime...

Sérgio Liño, Florianópolis, SC

E a moral nacional no exterior?

Uma beleza a entrevista de Caco Barcelos com a sra. Laurita Mourão. Ela própria é muito bonita, conforme se pode constatar pela foto que ilustrou a reportagem do Coojornal nº 40. Bonita e inteligente. E a despeito dela mesmo achar-se mais competente em comunicação sexual do que em comunicação social, não ficou dúvida de que é uma excelente comunicóloga. Isso fica provado na entrevista.



Mas a entrevista deixa também transparecer outras coisas — umas jocosas e alegres, outras tristes e bizarras — que vinculam-se à moral nacional no exterior, representada pelo Itamarati. Ou não? Será que o procedimento de nosso pessoal diplomático no exterior não tem o efeito direcional do bumerangue, que retorna a quem o lançou?

Raul Quevedo, Pelotas, RS

"Jeito é morar embaixo da ponte"

Num momento em que se briga tanto por salários, relaciono aqui alguns dados e observações. O nosso salário mínimo regional é de Cr\$ 1.449,60, o qual, segundo "competentes" cálculos governamentais, é suficiente para manutenção de um trabalhador, sendo distribuído nos seguintes percentuais: alimentação, 44% = 637,82; Habitação, 24% = 347,90; Vestuário, 22% = 318,91; Higiene, 7% = 101,47; e Transporte, 3% = 43,48.

É certo que poucos trabalhadores brasileiros vivem de salário mínimo, mas também verdade que não ganham muito além disso e com estes percentuais acima o jeito é destinar todo o salário para alimentação, morar embaixo da ponte, andar pelado, nunca tomar banho e andar sempre a pé.

Altair Martins da Silva, Porto Alegre, RS

PTB não deixa a Oposição fraca!

Temos assistido que, diante de uma possível reorganização do PTB, está havendo uma reação contrária de alguns membros do MDB, pois pensam eles que isso só irá contribuir para o enfraquecimento da oposição, e por consequência para o fortalecimento do regime despótico instalado a partir de março de 1964.

Todos nós sabemos que 1964 foi sem dúvida uma ascensão dos entreguistas, dos exploradores do suor do trabalhador e dos contrários a qualquer tipo de participação popular (eleições diretas, riqueza do país, etc.), enfim, foi uma verdadeira luta de classes, como diz o historiador Moniz Bandeira.

Pois foi este mesmo regime que em 1966 extinguiu, através de um ato de força, os partidos políticos, com a finalidade de fazer com que o povo brasileiro esquecesse aquele que era o verdadeiro partido dos trabalhadores, dos nacionalistas e dos democratas, o Partido Trabalhista Brasileiro.

E quais os partidos que temos hoje? Temos a Arena, um partido com um grande número de interesseiros, que recebem em troca, por suas constantes aprovações a tudo o que faz o regime, altos cargos, inclusive governos estaduais e cadeiras no Senado. E o MDB, um par-

tido com os chamados autênticos, estes os legítimos opositoristas, os moderados, nem sempre opositoristas, e finalmente os adesistas, liderados pelo sr. Chagas Freitas, um homem totalmente comprometido com o regime.

Portanto, há a necessidade de um verdadeiro partido de oposição, mesmo que não haja democracia no país, partido este comprometido com o trabalhador, com uma melhor distribuição de renda e com a volta da democracia ao país. O PTB poderia ser este verdadeiro partido de oposição, não enfraquecendo, mas sim fortalecendo-a.

Artur da Silva Ferreira, Porto Alegre, RS

"Uma verdadeira camisa de força"

Já que postulamos posições orientadas no sentido da maioria no poder, é consequência natural entendermos como estranha a atual rigidez pela unificação das oposições num partido único.

Mesmo dentro de um esquema de "federação", a coisa acaba se transformando, na prática, numa verdadeira camisa de força. É falacioso supor que uma abertura democrática vá provocar o enfraquecimento das oposições. Entendemos que ocorrerá exatamente o inverso. Com uma descentralização burocrática e administrativa neutralizam-se expedientes espúrios ou no mínimo indicativos de desorganização, já que não acreditamos na hipótese de se indicar candidatos irregulares na Justiça Eleitoral apenas como brincadeira de mau gosto. Isso é só para argumentar, pois, havendo isenção, não é preciso especular muito para verificarmos que num plenário vota-se sim ou não.

Assim, a existência de outros partidos não impede a organização de frentes parlamentares, como a combativa Frente Parlamentar Nacionalista de outras épocas.

Se em 1964 vimos escapar das mãos, por erros de avaliação, a oportunidade de organização popular e democrática, não vamos mais procurar uma esquina qualquer da História para tentativas. O debate tem que ser amplo e pluripartidário. Não vamos fazer o jogo do sistema, nem o dos caciques.

A coerência de uma marginalização por 15 anos conclui que a luta maior contra os que reagem à marcha social pressupõe uma vanguarda, não um condomínio.

Um vaivém político não interessa. Desgasta e é inconseqüente, principalmente hoje, quando os pólos de conscientização saem do isolamento dos países periféricos e se deslocam para o centro.

Se os acontecimentos trabalham a nosso favor, vamos pressionar — mas sem monopólio de ninguém.

Alexandre Pires de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Um estudo sobre a letra de Cálice

Em atenção à Carta de Renato José Carvalho do Rio de Janeiro sobre a música do Chico Buarque sobre o "Cálice", comunico-lhes que havia feito uma análise literária do texto e aproveito para dar-lhes conhecimento e, se possível, transmiti-la ao interessado, Renato, para que ele possa cotejá-la com a análise dele.

ESTRUTURA

O texto compõem-se de quatro interligadas, destacando uma quinta parte que é o refrão.

O refrão é uma súplica, uma oração deprecatória, paróida da oração de Cristo, no Cêtsemani, Jardim das Oliveiras. Quando Cristo estava para ser entregue, pressentindo que estava chegando a hora de iniciar o seu sacrifício de expiação dos pecados de toda a humanidade, retirou-se, à parte, para pedir forças ao Pai e rezou assim: "É chegada a hora em que o Filho do Homem será entregue... Pai, se for possível afasta de mim esse cálice; mas, se não for possível que ele passe sem que eu o beba, faça-se a tua vontade". Repetiu essa oração três vezes, enquanto os discípulos dormiram e não puderam velar com ele.

Ao mesmo tempo que é súplica, é denúncia e crítica, porque a expressão fonética sugere o imperativo do verbo calar-se. O que fica claramente expresso na relação com as idéias de "tragar a dor", "engolir a labuta", "silêncio na cidade", "acordar calado", "quero lançar um grito desumano", "silêncio que atordo", "essa palavra presa na garganta", "calado o peito". Ademais, na execução da melodia, a repetição do substantivo "cálice", desligado do contexto, fazendo eco, e, marcado pelo tom imperativo, provam claramente a intenção do uso fonético do verbo calar-se: cale-se.

As outras partes são como que a definição do conteúdo do cálice, "do vinho tinto de sangue". É uma bebida amarga — analogia ao vinho misturado com fel dado a Cristo na Cruz. Cristo assumia sobre si todos os pecados da Humanidade, com dor e sofrimento. O autor quer assumir os sofrimentos e dor do seu povo e ser seu porta-voz. É a dor tragada, é a labuta engolida, é a boca calada, é o silêncio na cidade que não se escuta; é a realidade nuda pela mentira e pela força bruta.

Na 2ª parte, o vinho tinto de sangue é acordar calado, sufocar a imaginação despertada na calada da noite; é o silêncio que atordo e o inquieta, forçando-o a ficar atento, vigilante, esperando com ansiedade pelo monstro da lagoa — prevenido. Na 3ª parte, é a dificuldade em abrir a porta — achar saída, solução. (Drummond de Andrade: "Quero abrir a porta, não existe porta"). É essa palavra presa na garganta — está proibido de manifestar-se, de falar. É esse pileque homérico, produzido pela bebida amarga, é o peito calado. Só resta mesmo a cuca, a cabeça, a inteligência. Restam, ainda, os bêbados do centro da cidade — embriagados pela dor e pela labuta.

A 4ª parte apresenta conclusão:

O desejo e a esperança — misturados à certa dúvida "talvez" — da transformação de uma nova visão do universo e da vida humana. A Weltschmerz dos alemães — nova visão cósmica da vida. Também a convicção do autor nos seus princípios, pelos quais prefere morrer a ceder à tentação de assimilar ideais e princípios opostos: "Quero perder tua cabeça..." "Minha cabeça perder teu juízo". Deseja identificar-se com os bêbados do centro da cidade — embriagados pela dor, sofrimento, trabalho e poluição: os únicos conscientes, conscientizados pelo sofrimento. Chico sempre repetiu essa idéia: identificar-se com o homem humilde, com aquele que não tem com quem lutar. Vide referência ao poema, "Gente Humilde": "Sinto inveja dessa gente" "que não tem com quem contar".

COMENTÁRIO

O poema desenvolve-se todo em forma de conflito, expresso por antagonismos, antíteses e paradoxos. Conflito entre a dor, a incerteza, o temor, insegurança, sofrimento, opressão — definidos pelo conteúdo do cálice antes referido — e a

(continua)



esperança, a fé e a confiança nos elementos básicos do homem: vontade e inteligência. Quando a boca se cala, resta o peito, o coração, a força de vontade. Melhor seria ser filho de uma realidade autêntica, livre e santa, do que ser filho de uma realidade prostituída, corrompida... Cheio de ansiedade, preocupado, atordoado, fica atento para ver emergir o monstro da lagoa — está prevenido contra as ameaças.

E também revolta e denúncia: "A porca já não anda..." "A faca já não corta", "É difícil abrir a porta". As coisas estão difíceis de funcionar, o homem está calejado e não sente mais o corte da faca, já não sente dor. Está duro, entretanto, conseguir saída, solução. Está tudo preso na garganta. Não adianta só boa vontade — de boas intenções o mundo está cheio. Ainda resta a cuca, a inteligência, a cabeça, o bom senso. Nem tudo está perdido: fé, esperança. Restam também os bêbados do centro da cidade, embriagados pelo vinho tinto de sangue, para falar a verdade, apontar os remédios para a dor do trabalhador e criar soluções para a labuta.

A conclusão é exatamente a síntese do conflito do autor: dúvida, incerteza, descrença de um lado: "Talvez"... "o mundo não seja pequeno" "nem seja a vida um fato consumado". A esperança de que a situação presente não seja uma realidade definitiva, definida e acabada. Do outro lado, seu desejo, sua convicção, seu repúdio: "Quero inventar o meu próprio pecado". "Quero morrer do meu próprio veneno". Ou seja, quer decidir sobre seu próprio destino. Não se conforma com o juízo e decisões dados a seu destino por outros. Quer ser dono de si mesmo. Prefere ser anônimo no meio do povo consciente-embriagado até que alguém o esqueça. "Alguém" — aquele que se faz de intérprete do seu destino.

O poema desenvolve muitas idéias, antes expressas, em "Construção", "Roda Viva", "Pedro Pedreiro", "Apesar de Você", "Gente Humilde", etc. É a coerência do autor aos seus princípios e ideais, ao longo de 15 anos. O poema encerra-se abruptamente e em tom imperativo, na execução da melodia. É o tom trágico. E retrata bem a tragédia do nosso século: luta contra a opressão, contra a escravidão e o colonialismo branco. Retratando um caso particular, o autor aborda o tema angustiante do homem político, social e econômico do nosso meio.

RECURSOS FONÉTICOS

No poema "Cálice", ressaltamos, em especial, o uso fonético, ou seja, a análise da grande incidência e repetição de determinados sons, porque, além de produzir efeitos estéticos, é, em alguns casos, um recurso intencional.

Existe a marca profunda de dois elementos literários decorrentes dos sons: aliteração e onomatopéia. "Cálice" sugere o imperativo do verbo calar-se — cale-se.

Aliteração é a repetição de sons semelhantes: "Como beber dessa bebida". "Silêncio na cidade não se escuta". A aliteração produz a onomatopéia, ou seja, sugere a imitação dos sons da natureza, imita o movimento e o dina-

mismo da realidade viva ou morta, envolvidos no significado do poema. Reforça o conteúdo semântico das palavras. É o estrato fônico, como recurso de estilo.

Chico usou palavras que contêm consoantes sibilantes 49 vezes (s, ss, ç, ce, ci, se, x, z, ch). Ora, o som sibilante sugere o tom de conversa baixa, ao pé do ouvido, o zum-zum, o cochicho, porque o cochicho e o zum-zum também incomodam. São palavras sibilantes, como: esse, sangue, silêncio, cidade, se, escuta, cálice, presa, talvez, cheirar, fumaça, cabeça, diesel.

Outro som insistentemente repetido são as consoantes oclusivas: p, b, t, d, m e n. Isoladamente são apenas sons que saem aos arrancos, aos atropelos da caixa acústica do nosso aparelho fonador. Entretanto, quando repetidas transmitem a sensação psicológica de grito, de ansiedade, de gemido e sugere violência. Temos que forçar muito a boca para articular versos como estes: "Tragar a dor, engolir a labuta". "Tanta mentira, tanta força bruta". "Mesmo calada a boca, resta o peito". "Atordoado permaneço atento". "Quero perder de vez tua cabeça". "Quero inventar o meu próprio pecado".

Como se vê não são versos fluentes, que deslizam na articulação. Como estes, quase todos os versos do poema; usou 134 palavras dotadas de sons oclusivos, em muitas das quais haviam até três consoantes com o referido timbre, por ex.: atordoado.

São muito repetidos também os sons nasais: vinho, tinto, sangue, engolir, menos, tanta, mentira, dano, desumano, mundo, inventar, veneno, adiantar, vontade. A nasalização se repete em 54 palavras usadas durante o poema. Os sons nasais são, por natureza, truncados, duros e sugerem igualmente violência, secura, dureza, na mesma linha pessimista dos sons oclusivos.

No uso das vogais prefere as fechadas: i, u, ô e ê. Quando usa vogais abertas sempre as precede ou as segue de palavras que negam sua abertura ou descredita dela. Com este recurso faz uma oposição entre vogais abertas e vogais fechadas. O som fechado das vogais sugere prisão, som preso, boca fechada na emissão do som, pessimismo. Vogais abertas sugerem abertura, som solto, livre, liberdade de expressão, otimismo. Entretanto, no poema estão sempre precedidos ou seguidos de uma palavra duvidosa ou pessimista ou negativa: não, difícil, menos ou palavra de conteúdo semântico negativo. Por exemplo: *afasta cálice; menos morta; difícil acordar, calado; porca, não anda; pileque homérico; próprio pecado; próprio veneno;* etc.

José Evangelista de Souza, São Paulo, SP

Povo infeliz sob a bota dos janízaros

Leio, nesta época de abertura (apertura) o documento sobre a mutilação e depois morte natural que pretende ser aplicada à imprensa nanica. Nada mais "democrático", nada mais merecedor do título de "obscurantismo medievo" do que tal medida.

Por que temer meia dúzia de filomarxistas, que freqüentam o Antonio's e passam férias em Londres. É simplesmente ridículo que o poderoso estado totalitário "filodemocrático", com todas as suas contradições e mentiras, com toda a sua hipocrisia em nome do povo possa temer a meia dúzia de pasquins que correm o Brasil e são lidos, em sua grande parte, por pessoas que jamais atiraram uma pedra na janela de um cabo-de-esquadra.

Com a morte da imprensa nanica, aí sim, estamos sob o domínio do gigante adamastor, vomitando labaredas de mentiras, de propaganda *pro domo sua*, de asneiras, que o povo, na sua ingenuidade passiva, irá engolir, agradecer e elogiar. Seria tão ruim, tanto quanto a ditadura existente na Rússia, em que a igualdade de classe é uma utopia, montar um esquema em que os pequenos fossem sufocados ou tivessem a voz embargada para que mais alto se ouvisse o grito do Estado, senhor absoluto de tudo.

Povo infeliz o nosso... quando não vive sob o talante do capitalismo, morre debaixo da bota dos janízaros ou tomba pela fome imposta pelas multinacionais...

Não queremos nem capitalismo nem comunismo, os dois estão falidos. Queremos, fazendo coro com milhões de brasileiros, comida, habitação, escola,

liberdade, esperança... e com sufoco não se tem nada disso.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

Triste verdade de uma guerra

Permito-me apresentar meus cumprimentos pela espetacular reportagem publicada na edição do *Coojornal* nº 39, referente a "Paraguai, verdade de uma guerra", uma reportagem que mostra-nos a triste verdade de uma realidade de tremenda injustiça cometida contra uma nação irmã, livre e soberana.

Agrada-me ver que o *Coojornal*, com sua dinâmica consciente, faz chegar ao leitor temas de real interesse, como neste assunto, procurando sempre a essência mesma da verdade. E quero cumprimentar também o jornalista e pesquisador Júlio José Chiavenatto, que nos apresentou este interessante trabalho.

Eustáquio Ocariz, Belo Horizonte, MG



Carta aberta à Flávia Schilling

Querida Flávia:

Li e reli teu livro. Tocante. Impressionante e comovedor. É impossível ficar-se indiferente ao teu sofrimento, evado de coragem, otimismo, capacidade de renúncia e sacrifício, ante a vida que ora enfrentas, que carregas como uma bandeira. Mesmo nas agruras de uma prisão, sabes distribuir coragem a nós outros, aqui, aparentemente livres, mas agulhados pelas angústias da existência temporal. E o que não dizer de ti: sem conexão com o mundo externo, na sua totalidade. Deixaste de ser Flávia Schilling, para ser um símbolo. E que símbolo, Flávia!

Nas mínimas coisas demonstras segurança de caráter e grandeza de espírito: confecção de bonecos de lã, como a evocar reminiscências de uma infância perdida... Leituras sérias e instrutivas para a formação da menina-mulher que leva uma flor e uma luz... Quantas experiências vividas e vivenciadas, cruéis, por que não dizer, mas seguramente sustentadas por esse corpo frágil, mas forte como uma rocha milenar. Só aos grandes são dadas cargas pesadas. Aos fracos, resta o consolo do conformismo, conformismo esse permissível à toda sorte de arbitrariedades.

Parece, até, um determinismo psicológico da massa humana. Quanto àqueles que pensam, refletem e lutam por um ideal que abranja o homem em sua totalidade, são descartados do jogo das conveniências, com a pecha de elementos perigosos... Felizmente, os pré(e) conceitos estão se modificando. Quanto a ti, Flávia, não estás só, podes ter certeza. Tens o carinho e o amor dos parentes distantes, no espaço geográfico. Meus filhos: Valéria, Cláudia, José e Edu, todos nós te amamos com respeito e admiração. O que eles não conseguem compreender é o porque do teu confinamento e das imposições impostas por teus detentores, como se fosse possível alguém prender a idéia à determinação e ao amor. Também a nação inteira sofre o impacto de tal atitude, provinda de um País, considerado amigo. Sinto-me à vontade em dizê-lo, por ter raízes maternais oriundas do Uruguai. Amo o Uruguai, mas desamo o que estão fazendo contigo

as autoridades cisplatinas. Repito: não estás só, Flávia. Teus parentes estão contigo, e as novas gerações latino-americanas sonham os teus sonhos, vibram as tuas vibrações, choram as tuas dores, amam os teus amores. O povo brasileiro também.

A luta pela tua libertação começou novamente. As autoridades brasileiras mostram-se sensíveis ao teu grave e angustiante problema. Os jovens, ah, os jovens Flávia, são a força poderosa que forma os elos de tua corrente. Vê-los, nas ruas, a lutarem por tua liberdade, é uma prova gritante do quanto significas, como idéia, no contexto em que vivemos. Tudo sairá bem. Tenho certeza. Chegou a hora da grandeza humana, que deverá tocar os governantes do Uruguai e do Brasil. Eles são pessoas, como nós, capazes de gestos de grandeza e compreensão — chaves para quebrar as algemas que te prendem. E quando da tua libertação, Flávia, vais comer muitos bolos de chocolate, feitos pela Inge, com toda a patotada de casa. Que bom!

E para terminar, uma frase extraída do teu livro "Querida Família", pg. 59: "...um companheiro é o melhor apoio que temos nas horas difíceis". Como vês, estamos todos contigo.

Tchau

Iara Schilling.

N.R.: Iara Schilling é prima de Flávia e vive em Porto Alegre.

"Abra os olhos senhor Canini"

Não sei o que pensa este leitor chamado Renato Canini, que se coloca contra o pastor Lessa, também leitor do *Coojornal*, e francamente a favor do enganador Rex Humbard.

Ora, sr. Canini, este Humbard só engana os incautos. É verdade que ele dá mostras de ser muito inteligente, tanto que foi certamente um dos primeiros mortais a, ainda na década de 50, dar-se conta do magnífico veículo de comunicação global que é a televisão.

E por aí, comprando espaços na televisão norte-americana e depois em sucessivos países, Rex Humbard foi amealhando fiéis ingênuos seguidores. No Brasil, como não poderia deixar de ser, seu séquito aumenta a cada programa apresentado pela Tupi (ainda bem! imaginem se fosse pela Globo...).

Abra os olhos, sr. Canini. Deus não é mercador nem merece estar na boca de certos pastores ambulantes que fecham os olhos à verdadeira opressão que humilha pobres em todo o mundo.

Jorge Barreto, Porto Alegre, RS

"Rex Humbard deve ter começado assim"

Prezado leitor e pastor Roberto Vicente T. Lessa: o sr. já está escrevendo para 30 jornais, conforme carta que enviou ao nosso *Coojornal*. Amanhã, já estará escrevendo para 50. Depois, pra 100... Logo logo o sr. estará falando na tevê. Quer dizer: o Rex Humbard, que o sr. tanto picha, deve ter começado assim.

Mas isso é bom. A palavra de Deus deve ser divulgada onde puder! Até no chão! ("Aquele que nunca pecou, que atire a primeira pedra.")

Bem, é por aqui que eu fico. E não respondo mais porque a inflação democrática já aumentou o preço das cartas.

Renato Canini, Porto Alegre, RS

Poema ao Senador Biônico

Depois do "Delfim, cadê o bolo?", aí vai outro poema meu para o *Coojornal*. Este é o "Senador Biônico":

"O senador biônico/ é um tônico/ para um sistema/ agônico./ O senador biônico/ é uma barganha/ tamanha/ que quem perde, ganha./ O senador biônico/ é um trote/ enviado em pacote./ O senador biônico/ se alimenta/ de votos/ em sua placenta./ O senador biônico/ é um ajuste/ do embuste./ O senador biônico/ é uma afronta/ que se desmonta/ tonta./ O senador biônico/ é um ato confuso./ não tem mandato/ e sim parafuso./ O senador biônico/ detecto afinal./ é o espectro/ ereto/ do senador imperial."

Luiz Coronel, Porto Alegre, RS

Surpresas de um juiz italiano em Montevideu

A enorme sala de reuniões da Federação dos Metalúrgicos, num moderno edifício do Corso Trieste, em Roma, parecia pequena: operadores de TV, repórteres e fotógrafos dos principais jornais italianos, correspondentes estrangeiros aguardavam o início da entrevista coletiva sobre o Uruguai, com a presença de representantes da oposição democrática uruguaia e do juiz italiano Luigi Saraceni recém retornado de uma viagem ao Brasil e Uruguai, onde tinha investigado o seqüestro e as condições de detenção de Lilian Celiberti e de Universindo Rodriguez Diaz.

Acima de tudo, o interesse pelo encontro desmentia a esperança das autoridades uruguaia e partilhada por alguns brasileiros: o tempo lançará o "seqüestro de Porto Alegre", no esquecimento.

O encontro, realizado em abril, com ampla cobertura dos jornais das TVs italianas, mostrava que o tempo, ao contrário do que se poderia supor, ampliava a solidariedade internacional e a denúncia das atividades do regime uruguaio. Um caso ocorrido cinco meses antes, em novembro, em Porto Alegre, na verdade, continua vivo não só nos jornais, mas também nos meios oficiais italianos: o presidente Sandro Pertini e o ministro do exterior, Arnaldo Forlani, estão "acompanhando com interesse"; o caso, como dizem os informantes oficiais num eufemismo que significa "estão pressionando os governantes uruguaia". E de fato, sabe-se que a linha de telex entre as chancelarias da Itália e Uruguai tem sido ocupada com freqüência tendo como assunto a sorte de Lilian, Universindo e outros prisioneiros políticos que, por terem ascendência italiana (no mínimo um dos bisavós), são reconhecidos como "italo-uruguaia".

O juiz Luigi Saraceni viajou ao Brasil e Uruguai entre os dias 19 e 31 de março deste ano, como enviado especial de um conjunto de entidades italianas e internacionais preocupadas com os direitos humanos no Uruguai: Associazione Italiana Giuristi Democratici, Mouvement International des Juristes atholiques Pax Romana, Federation Internationale des Droits de l'Homme, Secretariat International de Juristes pour l'Aministie en Uruguay e Secretariado Generale di Magistratura Democratica. Na sua volta a Roma, preparou relatórios para as diversas entidades e também um relatório para os jornalistas que foi apresentado na entrevista coletiva.

O juiz italiano revelou sua surpresa pelo interesse com que a imprensa brasileira acompanhou sua visita. Destacou a atuação dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e J. B. Scalco, como testemunhas empenhadas e corajosas, e elogiou os advogados: "Parece-me ser meu dever referir a avaliação altamente positiva que fiz da honestidade intelectual e moral, do empenho civil e político não só do advogado Omar Ferri — que assumiu a defesa de Lilian — mas também de todos os advogados da OAB que tive ocasião de encontrar."

Em Porto Alegre, onde esteve durante três dias — depois de ter encontrado Faoro no Rio e antes de seguir para Montevideu — Saraceni foi convidado a assistir a instalação da CPI da Assembléia Legislativa gaúcha sobre o caso do seqüestro. "Ao discurso de instalação do Presidente — disse o juiz italiano — seguiu-se um vivo debate. Em particular, o líder da Arena, Martinelli, com evidente alusão a minha presença, fez um demagógico discurso sobre o terrorismo, com referências às Brigadas Vermelhas e ao caso Aldo Moro".

No Uruguai, apesar de ter acionado o embaixador italiano, o ministro do exterior uruguaio — e até mesmo o presidente da Corte de Justiça Militar uruguaia, Luigi Saraceni não conseguiu cumprir o objetivo fundamental de sua

viagem: conversar com Lilian Celiberti e saber diretamente dela informações sobre suas condições de saúde e de encarceramento.

Ele explica os diferentes resultados de sua visita, no Brasil e no Uruguai, pelas situações existentes nos dois países: "O Brasil vive atualmente uma verdadeira e intensa abertura democrática. Apesar de ser notória a participação de alguns elementos da política brasileira em ações conjuntas com as autoridades uruguaia — em especial do caso de Celiberti e Universindo —, há muita liberdade. No Rio Grande do Sul a posição independente da magistratura e a luta dos advogados permitiu processar os policiais Pedro Seelig e Didi Pedalada, ex-jogador de futebol, mas que não deve ser confundido com o grande Didi jogador brasileiro do passado, que além de ter sido de melhor qualidade, ao que se saiba, não se envolveu em ações criminosas deste tipo".

O Uruguai, enquanto isso, "depois de ter sido até 1967, o país do mundo onde com maior perfeição se realizou a teoria de Montesteque sobre a divisão ideal do poder num regime democrático", vive hoje o que Luigi Saraceni define como uma "ditadura militar plena":



Luigi Saraceni, quando esteve em P. Alegre

"Recebi informações sérias de que existem 7 mil presos políticos no Uruguai. Isso deve ser absolutamente real, porque um coronel do sistema de segurança me disse que o Governo admite a existência de 1.700 prisioneiros oficialmente e que existem mais 160 seqüestrados que não estão oficialmente presos. Se o Governo admite que 160 pessoas estão seqüestradas, "não oficialmente presas", imaginem qual — na verdade — será esse número. Agora mesmo, os jornais daqui noticiam a prisão de mais 300 pessoas da oposição. A tortura é uma instituição no país. São submetidas a tortura mesmo pessoas já condenadas. E há um fato que horroriza nossas concepções jurídicas: as leis, desde 1975, têm efeito retroativo. Isto é: uma pessoa responde por um fato

hoje definido como crime — por exemplo: ser comunista — mesmo que o tenha praticado quando isto era um fato consentido pela Constituição (quando o PC era legal). A Lilian Celiberti estava há quatro meses incomunicável quando cheguei lá. E os militares com quem falei achavam esse fato — que aqui na Europa daria margem a um escândalo — a coisa mais normal do mundo".

Durante as reiteradas, mas inúteis tentativas para ver Lilian e Universindo, Luigi Saraceni percorreu "quase uma dezena" de livrarias do centro de Montevideu, tentando comprar os códigos penais e militares — que a toda hora as autoridades com quem falava citavam e melhorar suas condições de atuação:

"Foi inútil. Em nenhum lugar estão à venda. É uma forma de dificultar ainda mais a defesa dos perseguidos: os códigos são secretos, só estão ao alcance das autoridades repressoras. Outra coisa que me disseram ser secreta é o mapa das ruas de Montevideu. Num dia de folga, tentei comprar um para conhecer a cidade e não encontrei à venda em nenhum lugar."

Também a classe dos advogados no Uruguai é uma classe aterrorizada. Apesar dos esforços de Raimundo Faoro, não foi possível nomear defensores para Lilian e Universindo:

"Os advogados que aceitaram defender presos políticos, acabaram presos como seus clientes. Alguns foram torturados e condenados. Lilian e Universindo estão sendo defendidos por um coronel do exército nomeado pelo Governo."

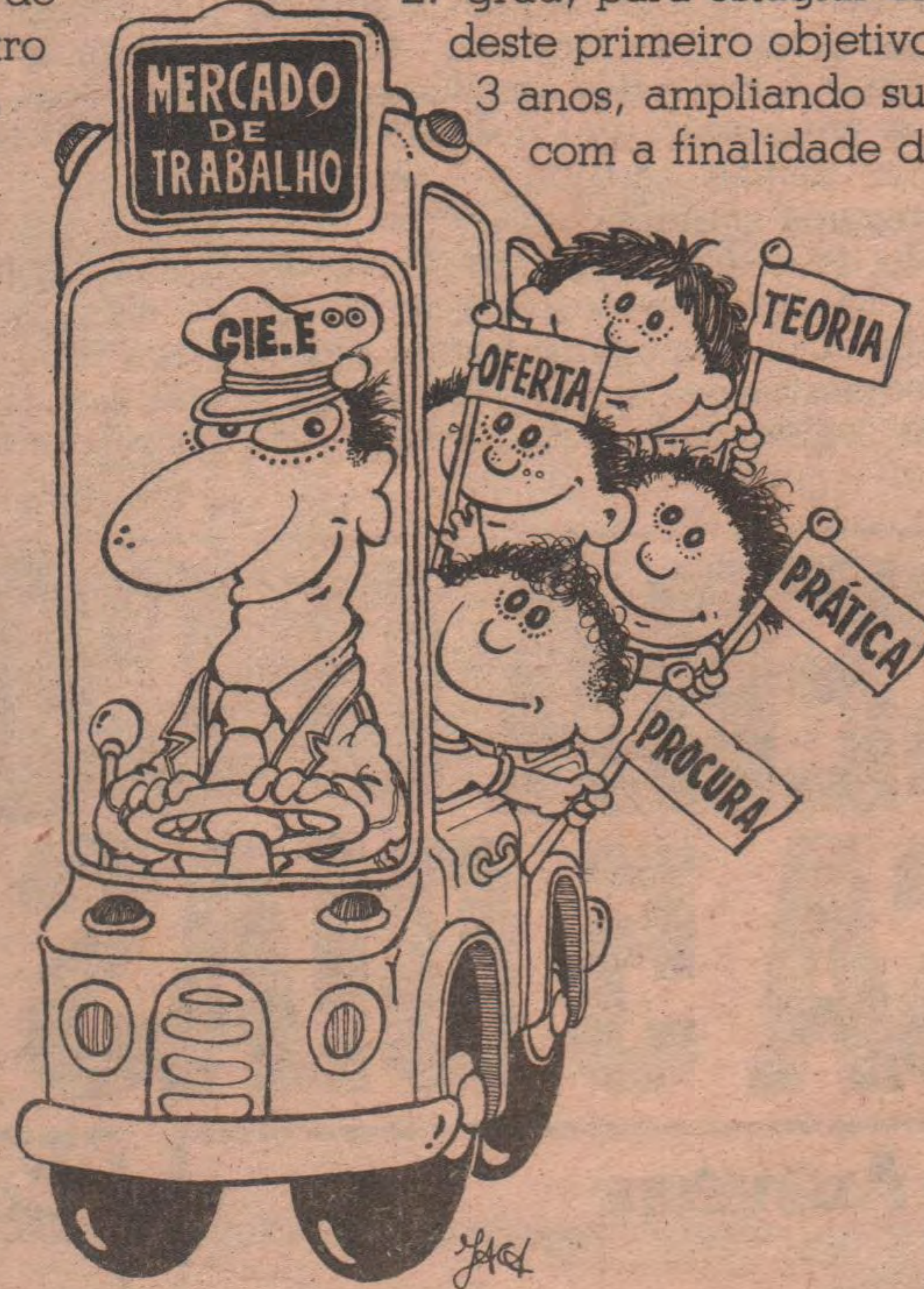
Esse fato, mais do que um símbolo talvez signifique quase uma síntese de toda a história de Lilian Celiberti e Universindo Diaz Rodriguez.

José Antônio Pinheiro Machado, Roma

Para os estudantes o mercado de trabalho ainda é, praticamente, uma teoria. Para os executivos, uma prática. Teoricamente.

Neste jogo de palavras se resume o futuro e o presente de muita gente, que busca chance, ou mais uma chance, de entrar no mercado de trabalho e desenvolver a profissão escolhida. Para evitar o descompasso da dança da oferta e procura, surgiu o CIE-E.

Uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1969 por empresários e educadores, para prestar colaboração a empresas e escolas. Primeiramente se fixou na colocação de universitários e estudantes de nível técnico, de 2º grau, para estagiar em este primeiro objetivo, 3 anos, ampliando sua atuação, criou a Divisão de Recursos Humanos, facilitar a contratação de pessoal já formado, como Executivos e Técnicos de nível médio e superior, pelas empresas, fazendo a seleção e estabelecendo o contato entre empresa e profissional. Além disso, mantém atualizado cadastro com currículos profissionais de candidatos a diversas áreas de atividades, que são remetidos a milhares de empresas gaúchas. Estudantes e Profissionais. Teoria e Prática. O futuro transforma uma coisa na outra. E o CIE-E dá força.



centro de integração **CIE** empresa escola/rs

10 anos praticando a teoria.

Porto Alegre: Av. Borges de Medeiros, 328 - Fones: 33-2811/33-2856

Pelotas: Rua 15 de Novembro, 607 - conj. 73 - Fones: 22-1257/22-2625

Caxias do Sul: Av. Brasil, 1134 - Fones: 221-1669/221-1666 - Sta. Maria: Rua Venâncio Aires, 2035 - conj. 707 - Fone: 221-4181 - São Leopoldo: Rua Lindolfo Collor, 439 - conj. 410 - Fone: 92-1059 - Passo Fundo - Rio Grande - Canoas.

Todos com escoriações generalizadas

Eis um caso exemplar: o ministro da Educação, o professor Eduardo Portella, é um intelectual moderno, de convicções democráticas, um homem da abertura. Logo após sua indicação para o cargo, festejada pela intelectualidade carioca, que o conhece, como um bom sinal dos novos tempos, Portella observou que uma das causas principais do ensino ruim administrado no Brasil estava na péssima remuneração dos professores. E anunciou o propósito de encaminhar rapidamente uma substancial elevação de salários.

Em maio, havia greves de professores em diversos estados. Eles reclamavam, precisamente, uma remuneração mais justa e o que receberiam como resposta? As administrações estaduais diziam não ter disponibilidades orçamentárias para atender às reivindicações. O Governo Federal mandava avisar que, na política de combate à inflação, promovia uma redução geral de despesas, de modo que não soltaria um centavo que fosse para ajudar as folhas de pagamentos dos Governos Estaduais. Todas as autoridades advertiam que greve de professores é ilegal, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, intervinha no Sindicato dos Professores de Brasília, líderes da categoria começavam a ser demitidos e chamados a depor nas repartições da polícia política.

E o ministro Eduardo Portella? Soube pelos jornais que havia intervenção no sindicato de Brasília, aborreceu-se, é claro, e comunicou que pretendia procurar seus colegas de trabalho, Murilo Macedo, e da Justiça, Petrônio Portella, para juntos examinarem a questão das greves nas unidades de ensino federais. Mas seria um exame inútil, pois ao mesmo tempo o Ministro da Educação observou que, em vista das dificuldades orçamentárias e da política antiinflacionária, a questão salarial estava adiada *sine die*. E simplificou, desalentado, sua conclusão: "A reivindicação salarial é justa, mas de onde tirar o dinheiro para pagar?"

E se é assim, conclui mais o Governo, a greve não faz sentido, é ilegal e não pode ser tolerada. É neste momento que surgem, como uma luva, os **relatórios de infiltração**, dando conta de "infiltrações de minorias subversivas" nos movimentos grevistas. Como se minorias fossem capazes de mobilizar 150 mil operários no ABC, 60 mil motoristas e cobradores de ônibus em São Paulo, 200 mil funcionários públicos paulistas, metalúrgicos no Rio, mineiros do carvão em Santa Catarina e assim por diante. Trata-se, obviamente, de maiorias.

O problema, pois, não está na ação de minorias. O caso, como o sugere a pequena tragédia pessoal do ministro Portella, é que a política de abertura começou a dar trompada com o programa de combate à inflação do ministro Mário Henrique Simonsen e com os sistemas de segurança e informações.

Murilo Macedo também sofreu escoriações generalizadas nessas trombadas, sua política de distensão trabalhista esbarrou nas ameaças de Simonsen a empresários que concedessem reajustes salariais acima de níveis considerados toleráveis pelo Governo. Na verdade, desde que estourou a greve dos metalúrgicos no ABC paulista, Simonsen preconizou uma resposta dura e exemplar para todas as demais categorias, sob o argumento de que o programa antiinflação se tornaria inviável com a concessão de reajustes salariais generosos. Durante algum tempo, Macedo ainda dispôs de espaço para exercitar sua política de diálogo, e datam dessas semanas iniciais as demonstrações de simpatia a Lula e o reconhecimento da legitimidade das greves e das

reivindicações. Refletem um clima bem diferente as intervenções nos sindicatos e as declarações de que há "infiltrações subversivas" no ABC — atitudes que Macedo se viu constrangido a tomar de uns tempos para cá.

Informações de boa fonte dão conta de que o balanço de forças no Ministério já favorece, largamente, os chamados **Falcões**. O plantel dos **Pombos** estaria mesmo reduzido: a três ministros — Macedo, Said Faraht, da Comunicação Social, e Eduardo Portella, este com posição bastante enfraquecida. Os **Falcões** militantes, que, de início, seriam somente Simonsen e o chefe do SNI, o general Octávio de Medeiros, contariam agora com as importantes adesões de Delfim Netto e do poderoso ministro Golbery do Couto e Silva. Quanto a Petrônio Portella, estaria fechado em copas, aguardando que a situação fique mais clara.

Nesse quadro, não surpreende que já circulem em Brasília os rumores de um iminente endurecimento — e bravo — do Governo. É um fenômeno típico desta capital política que viveu 15, de seus 19 anos, debaixo de regime arbitrário. Em consequência de uma estrutura política artificializada, pela ruptura dos vínculos entre as instituições que aqui funcionam e uma sociedade civil abafada, Brasília não reflete a vida da Nação. Reflete mais os humores do Governo — uns ministros dizem que as greves estão virando bagunça, funcionários espalham a história em rodas sucessivas e, sobretudo, se tiver algum general no meio, de repente está todo mundo dizendo que "a coisa ficou preta". É sempre uma impressão difusa, mas que efetivamente, reflete o que se passa em pelo menos parte do Governo.

E os humores no início de maio suscitavam preocupações dos que torcem pelo êxito de política de abertura. Tanto que o líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, resolveu pronunciar um discurso grave para condenar o que considerou excessos da Oposição, os quais, em sua opinião, poderiam provocar e "armar o braço da direita". Não poderia haver advertência mais clara, mas o que se passou em seguida revela que não há — pelo menos não até agora — uma decisão pelo fechamento. O ministro Said Faraht mandou dizer que o presidente Figueiredo não dera instrução específica para Passarinho fazer um discurso daquele teor. A manifestação teria sido assim uma manifestação do próprio líder que, diante das repercussões, tratou de esclarecer alguns pontos, especialmente este: ele não pretende anunciar a iminência de um endurecimento, mas apenas advertir a Oposição sobre certas dificuldades à direita.

Seguiram-se profissões de fé democrática de variados funcionários governamentais, garantias de plena vigência do projeto de abertura e declarações de que o Governo, afinal, já esperava essa explosão de greves, as quais pretende tratar serenamente e na forma da lei.

Tudo resolvido? Longe disso. A variação de humores, na verdade, reflete as indecisões e algumas surpresas de um Governo cujos planos começam a ser postos à prova dos fatos. O presidente Figueiredo mal completa dois meses no Palácio do Planalto e isso, por certo, é pouco para um Governo com prazo de seis anos. Mas a sociedade sabia há tanto tempo que Figueiredo seria o Presidente e ele mesmo havia falado tanto de seus planos de abertura, que a expectativa era extraordinariamente ampla no dia 15 de março último. A maioria da sociedade brasileira esperava a abertura para ontem, de modo que

dois meses parecem tempo demais. E, sobretudo, quando não se cumprem promessas.

No campo político, deu-se apenas uma certeza: o Governo afirma já ter tomado a decisão de conceder anistia, excluindo do benefício somente os que foram condenados por terrorismo. Isso foi uma garantia expressa, mas por que o projeto de anistia demora tanto a aportar no Congresso? Num caso assim, o difícil é tomar a decisão. Escrever o projeto não é tarefa que tome mais de uma semana de trabalho de um jurista competente. E não faltam neste país juristas competentes, para o bem ou para o mal.

Fontes respeitáveis do Executivo têm comentado que o projeto de anistia "pode sair" ainda no primeiro semestre, "talvez até agosto" e isso é o máximo de precisão que se consegue. Afora isso, reina inteira confusão entre os articuladores políticos do Governo. Não se colocaram de acordo sobre nada, nem sobre a manutenção ou extinção de seu próprio partido, a assim chamada Aliança Renovadora Nacional.

E a confusão aqui resulta de uma expectativa trustrada: o MDB, a frente de Oposições, não se divide. É menos por mérito do MDB e mais porque o Governo não consegue, ou não pode, tomar as medidas que ampliariam sua sustentação na sociedade civil, reduzindo e fragmentando as Oposições. De qualquer modo, isso revela que há um grave erro de tempo no projeto político dos articuladores da Arena e do Governo: eles só aceitam, por exemplo, as eleições diretas para prefeitos das capitais, governadores e todo o Senado, sem a Lei Falcão, depois da fragmentação do quadro partidário. Vale dizer, só quando não existir a possibilidade de uma esmagadora vitória da Oposição contra o Governo. Ou ainda, primeiro dividir as Oposições, depois abrir.

E a realidade política vai mostrando que o MDB só se divide depois da abertura, isto é, depois de realizado o essencial no projeto democrático que faz toda gente se reunir no MDB. O mesmo raciocínio vale para a questão econômica social. O Governo vem repetindo que reconhece a justiça das reivindicações salariais, mas que só pode atendê-las depois de debelada a inflação. E os trabalhadores querem justamente recuperar seus salários agora, por causa de uma inflação que os Governos pós-64 vêm combatendo — com fracassos — à custa da contenção salarial.

O Governo não pode contar com a *compreensão* dos trabalhadores — como pedem os ministros — enquanto não atender a parte substancial de suas reivindicações, que são salariais e políticas — liberdade de organização sindical e direito pleno de greve e negociação. Também não diante o Governo pedir um ano de prazo, enquanto se discute a Consolidação das Leis do Trabalho — os trabalhadores estão há 15 anos na berlinda e têm reivindicações específicas e claras, que podem ser atendidas antes de se fazer um novo Código do Trabalho. Basta mudar uma dezena de artigos para se alterar a legislação de greve. Só que o Governo não quer abrir mão dessa salvaguarda que torna tantas greves ilegais e lhe permite manter a política econômica. Mas também não é à custa de intervenções e do adiamento de eleições que se faz a abertura.

É a prova dos fatos — quando a abertura coloca as reais dificuldades para o Governo ainda dividido entre *Falcões* e *Pombos*, ainda sem ter definido, na prática e com a sociedade, o seu projeto político.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:

Endereço:

Fone:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:

Endereço:

Fone:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Profissão:

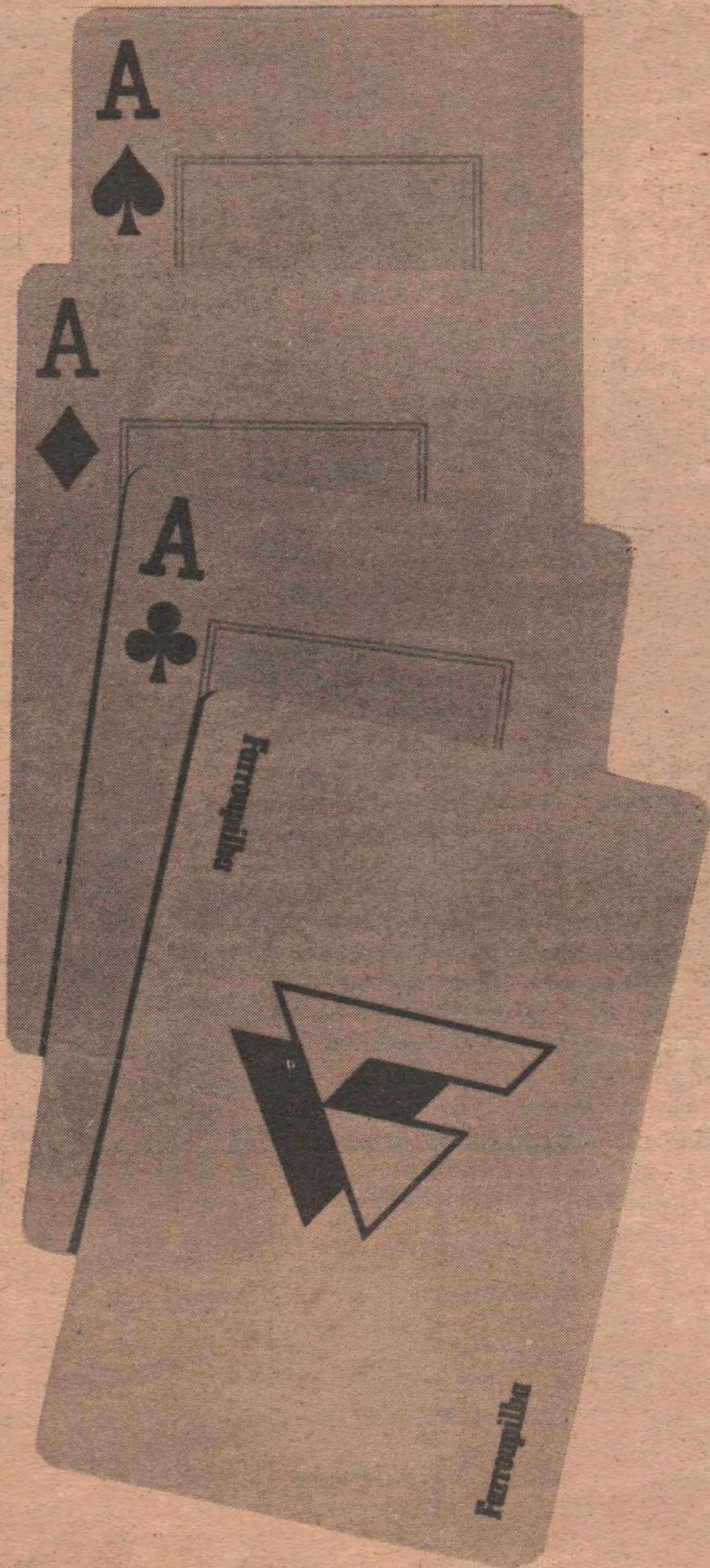
Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para às bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL



A Farroupilha põe na mesa seus trunfos.



- SALA DE IMPRENSA.
- CORRESPONDENTE GBOEx.
- OPINIÃO JOVEM.
- CONGRESSO, ASSEMBLEIA, CÂMARA, AÇÃO!
- TRIBUNA FARROUPILHA.
- OPINIÃO PÚBLICA.
- CLÍNICA ABERTA.

- ERNANI BEHS E A CRÔNICA.
- NOTÍCIAS FARROUPILHA.
- O TEMPO E O VENTO.
- O PODER DA MENTE.

- O MUNDO YOGA.
- FOTOGRAFE COM A FARROUPILHA.
- BOM DIA, ALEGRIA.
- CARTAZ FARROUPILHA.

- LOTERIA AO VIVO.
- FARROUPILHA ECONOMIA.
- TANGO FARROUPILHA.
- ELES E ELAS.

- SABER FARROUPILHA.

Cândido Norberto.

Notícia.

A palavra do deputado Fogaça.

O que fazem e o que dizem nossos deputados, senadores e vereadores.

Tudo sobre o Legislativo e o Executivo.

Telmo Tartarotti e os fatos do dia.

Orientação médica, num programa escrito e apresentado por médicos.

A mais bela voz do Rio Grande interpretando as mais belas crônicas.

Sínteses diárias.

A previsão do tempo ... e do vento.

As maravilhas da mente humana desvendadas pelo hipnólogo Carlos Alberto Dariano.

Cora Torres desvenda o hermético mundo do Yoga.

A arte e a técnica da fotografia com Assis Hoffmann.

O bom humor de todo o dia.

Especiais de sábados e domingos com uma hora de boa música.

Quem ganhou ... quem perdeu.

A bolsa de Chicago e suas cotações.

Meia hora de música portenha.

Música e variedades com Homero Coimbra e Maria Ieda.

Viagem diária pelos caminhos do saber.

A Rádio Farroupilha lançará, a partir de abril, uma programação à altura do seu prestígio de emissora mais ouvida no Estado e a única com canal exclusivo internacional.

Entre nesta parada. Você só tem a ganhar.

RÁDIO FARROUPILHA - 600 kHz

Mensagens que vão mais longe.

Uma tese sobre cooperativas de jornalistas

As Cooperativas de Jornalistas que estão surgindo no Brasil e, mais precisamente, a *Coojornal* de Porto Alegre, são tema de uma tese de doutoramento do III Ciclo, defendida no final do ano passado, em Paris. Em seu trabalho, Linda Bulik, uma paranaense de Londrina, examina as diversas doutrinas dos meios de informação no mundo atual, indo às fontes originais para explicar a doutrina liberal, a de responsabilidade social, a comunista, a doutrina autoritária ou neautoritária, onde ela concentra sua atenção. Nesse último caso ela situa as cooperativas de jornalismo como alternativa para furar o bloqueio da grande imprensa, da censura, da dependência.

Linda esteve vários anos na França com uma bolsa de estudo do Governo francês, retornando ao Brasil no início de 78, para complementar a sua pesquisa, depois transformada na tese que se intitula *As doutrinas da Informação no Mundo de Hoje*. Como modelos de situações autoritárias, a autora analisa,

particularmente, os casos do Chile e Brasil, países sob regime militar tendo a doutrina de segurança nacional, como fundamental da estrutura política do Governo.

Mas ela também fala das doutrinas liberais, da França e Inglaterra; da doutrina da responsabilidade social, sintetizada nas transformações de concepções e regimes liberais nos Estados Unidos e das doutrinas comunistas existentes especialmente nos países do Leste — URSS e China. Como duas prováveis soluções para o impasse da grande empresa jornalística, atrelada às regras do jogo político e econômico, Linda cita as experiências brasileiras da *imprensa nanica* e das cooperativas. Em boa parte do livro ela descreve o funcionamento da *Coojornal*, de uma forma extremamente didática, que facilita a compreensão dos leitores de fora do estado, ou mesmo estrangeiros e que poderá servir de exemplo para outros.

As Doutrinas de Informação no Mundo Atual, segundo promete Linda Bulik, brevemente será editada em forma de livro, quando então deverá alcançar uma maior repercussão, pois hoje, já existem oito cooperativas de jornalistas no país, e a chamada *imprensa nanica* continua colocando novos jornais nas bancas.



O Cooperativismo venceu. Até quando?

A força econômica das cooperativas brasileiras já é bastante considerável para que elas saiam da obscuridade política e venham expor aqui fora, na feira do poder, suas opiniões. Alguns fatos mais recentes têm mostrado que o Cooperativismo é, quando movimentado, um grupo de pressão que se faz respeitar dentro da sociedade em que atua. Foi o caso do Projeto-Lei 5.727 que sugeria a criação de cooperativas de pessoas jurídicas no setor açucareiro, subordinadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool.

As justificativas do Projeto-de-Lei foram elaboradas por assessores do Ministério da Indústria e do Comércio e do Ministério da Agricultura. Os Ministros de ambas as pastas assinaram-no e despacharam-no ao Planalto.

Há que se lembrar que o Ministro da Agricultura é o Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo, supremo órgão normativo do movimento e por ele não circulou o Projeto. Os longos anos de exceção não pouparam o Cooperativismo e o CNC como foro natural de debates cooperativistas foi simplesmente traído. E a OCB, como órgão técnico-consultivo do Governo e de defesa do sistema cooperativo, foi ignorada.

O projeto foi considerado pelas lideranças cooperativistas brasileiras, atentatório à doutrina e perigoso precedente que poderia abrir caminho a que o Cooperativismo fosse utilizado para socorrer interesses individuais e não comunitários.

As quatro dezenas de jornais e revistas, que as cooperativas publicam em todo o país, encheram-se de protestos e entrevistas, resultados de mesas-redondas, cartas aos deputados, apêlos ao Presidente. A este coro juntaram-se quase todos os jornais que compõem a grande imprensa do país e mais de dois mil telegramas chegaram ao Palácio do Planalto.

Se esta mobilização representou, na realidade, a razão mais forte para que se tomasse uma decisão em favor do Cooperativismo autêntico e doutrinário, resta comprovar no futuro. O fato é que a Presidência da República determinou sua retirada do Congresso, com a mesma autoridade com que o encaminhou e sem que houvesse maiores esclarecimentos à opinião cooperativista.

E não consta, também, que as lideranças tenham procurado informar-se das razões todas desse ato e assumiram que o Cooperativismo obteve uma vitória sem similares em sua história.

Hoje se conhecem os nomes que enviaram o Projeto ao Planalto, mas se procurou diluir a paternidade dos amigos do Cooperativismo surgidos, em boa hora, que solicitaram a interferência da Presidência da República para sua retirada do Congresso.

A ocasião, portanto, foi oportuna para que o Cooperativismo fizesse seu primeiro ensaio de caráter nacional para expor suas opiniões e exercer seu direito de falar em nome de um segmento apreciável da comunidade e participar

futuramente de torneios ideológicos e políticos.

O resultado de algumas reuniões e mesas-redondas que se teve oportunidade de conhecer e o conteúdo de entrevistas e moções foram, a meu ver, suficientemente fortes para afastar o invasor, mas pouco contribuíram para o enriquecimento e expansão do Cooperativismo.

Não foi dado a conhecer ao público quem participou de reuniões, nem a forma como nelas se conduziu o assunto. Dado o caráter de emergência, de que erroneamente estavam informados os órgãos representativos, a ofensiva foi lançada via diretorias de cooperativas, na base da carta e da circular, onde se concitavam as lideranças a encaminharem telegramas e ofícios ao Planalto e ao Congresso.

A força numérica dos telegramas e cartas, às vezes, pode ser enganosa e encobrir a fraqueza dos argumentos. Qual o perigo que poderia realmente advir do Projeto-de-Lei em discussão? Limita-se o Cooperativismo, realmente, às pessoas físicas, excluindo-se as pessoas jurídicas de sua benéfica influência? As cooperativas não se associam e até possuem empresas de natureza não cooperativa para se beneficiarem da flexibilidade que a Lei lhes outorga?

São questões que devem continuar ocupando as mesas-redondas e as salas onde se reúnem periodicamente as lideranças e os associados de cooperativas.

É de ocasiões como estas que o Cooperativismo pode aproveitar para ganhar espaços no campo político.

Política é uma sementeira de opiniões. E, por vezes, é preciso saber transigir para que outros também transijam. Desta vez, contra a frente maciça das cooperativas, transigiu o poder. E, amanhã?

A política do movimento cooperativo, como qualquer força política, depende basicamente de sua organização e, conseqüentemente, da forma como suas lideranças canalizam esse poder. As aspirações e as expectativas dos associados, que constituem o lastro democrático do poder que se forma, se exprimem econômica e socialmente nas lideranças das cooperativas a nível da comunidade de produção e de consumo em que está localizada.

As lideranças se formam em diferentes níveis de participação e são empurradas de baixo para cima, desde o grupo de associados, passando pelas cooperativas locais, até as confederações.

Força econômica, organização e mobilização oportuna são três ingredientes que formam o edifício político do movimento cooperativo.

A plataforma de lançamento de opiniões, que expressam projetos políticos e econômicos, está formada por organismos apoiados sobre o associado e pode permitir às lideranças cooperativistas de participarem dos debates públicos, de mesas de conferências e negociações em defesa de uma nação independente que a todos pertence. **Eugênio Giovanardi**

Os dez dias que abalaram o mundo, a origem do capital, a nova mulher e outros assuntos reunidos numa coleção revolucionária.

COLEÇÃO BASES, da GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA. Textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica.

A1 JOHN REED
"DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO"
2ª ed.

O mais vivo relato jamais publicado dos dramáticos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia em 1917. Cr\$ 90,00.



A6 ALEXANDRA KOLLONTAI
"A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL"

Alexandra, porta-voz de uma visão ideológica de classe. Cr\$ 60,00.

A7 LEON TROTSKI
"COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO"

Os métodos, a organização e a estratégia utilizados na Revolução de Outubro. Cr\$ 50,00.

A8 WILHELM REICH
"PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL". Cr\$ 140,00.

A9 LENIN
"AS TRES FONTES E AS TRES PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO". Cr\$ 50,00.

A10 STALIN
"MATERIALISMO DIALECTICO E MATERIALISMO HISTORICO". Cr\$ 40,00.

A11 - V.I. LENIN
"COMO ILUDIR O POVO"

Um vigoroso discurso, no qual o autor procura desmistificar os slogans de liberdade e igualdade. Cr\$ 50,00.

A13 - F. ENGELS
"DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO"

Uma linha definida desde o socialismo como teoria até sua aplicação prática na sociedade. Cr\$ 55,00.

A2 MAIAKOVSKI
"POÉTICA - COMO FAZER VERSOS"

Trata-se da mais importante obra teórica de Maikovski. Cr\$ 55,00.

A3 KARL MARX
"A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO "PRIMITIVA"

Mostra objetivamente de que modo teve início o processo de acumulação do capital. Cr\$ 50,00.

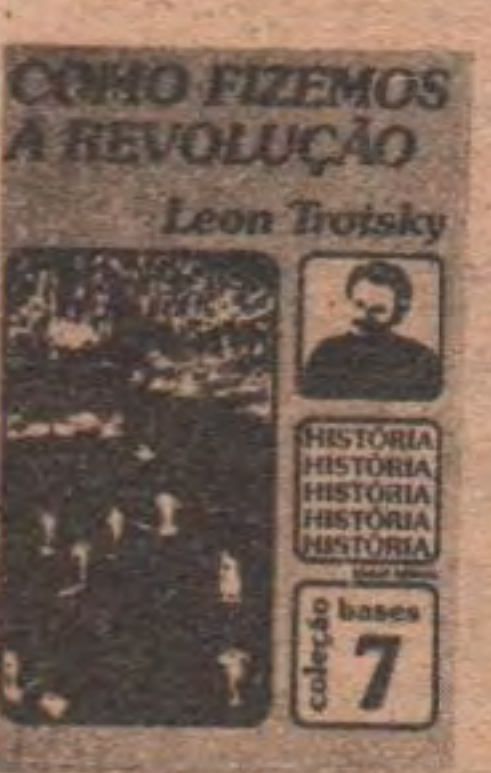
A4 MARTA HARNECKER
"O CAPITAL - CONCEITOS FUNDAMENTAIS"

A autora assinala com grande precisão a validade teórica atual de "O Capital" e propõe um rigoroso plano de leitura destinado àqueles que se iniciam no seu estudo. Cr\$ 80,00.

MANUAL DE ECONOMIA POLITICA
LAPIDOS E OSTROVITIANOV

A5 TURGOT
"REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS. KARL MARX"

"TEORIA DA MAIS VALIA: OS FISIOCRATAS". Cr\$ 70,00.



Faça já seu pedido. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:
A1... A2... A3... A4... A5... A6... A7... A8... A9... A10... A11... A13
NOME: BAIRRO:
RUA: CEP: ESTADO:
CIDADE:

Global Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
90.000 - Porto Alegre - RS

ASSINATURA

Ponha logo no correio

* Não cobramos despesas de remessa.



Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.



Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

"É o mesmo delírio de todos os ditadores"

A explosão ouvida na madrugada em quase todo o centro de Roma fez muitas pessoas pensarem num terremoto. Era um fato quase tão grave: uma bomba com cinco quilos de explosivo praticamente destruiu a porta e a fachada do Palazzo Senatorio, na Piazza del Campidoglio, um dos monumentos mais importantes da cidade, onde funciona a Prefeitura, atualmente com os comunistas.

A praça e o palácio foram projetados por Michelangelo em 1536 e o atentado faz recordar, inevitavelmente, o louco que investiu contra a Pietá, danificando-a gravemente a golpes de martelo, em 1972. Os dois fatos, porém, têm em comum apenas a circunstância de serem monumentos históricos, com a marca do mesmo Michelangelo, atingidos pela violência. Desta vez, porém, não foi um louco solitário querendo aparecer, como na Pietá que, depois de restaurada, ficou ainda mais famosa.

O atentado do Campidoglio acontecia no mesmo dia em que um jovem militante comunista, Ciro Pricipessa era esfaqueado por um fanático fascista, dentro de uma sede distrital do PCI. No dia anterior, em Milão, um jovem carabinieri era assassinado com cinco tiros de pistola por um desconhecido que, em seguida, desapareceu. Era uma tarde de sol e o carabinieri, no seu dia de folga, preparava-se para entrar no carro e sair a passear com a noiva e o futuro sogro.

A resposta de massa que se seguiu, com multidões em toda a Itália a protestar contra o terrorismo, decerto não vão reparar os danos ou devolver as vidas, mas têm importância como recusa po-

pular à violência. Contrária o que parece ser o objetivo ou, pelo menos, o ponto comum dos vários terrorismos (sejam os intitulados de esquerda, como as Brigadas Vermelhas e tantos outros, sejam os declaradamente fascistas) isto é, o medo imposto à população, aos juizes, aos agentes da polícia; medo das bombas, medo de sair à rua.

Essa estratégia do terror é indicada de forma bem clara na ação e nos documentos de uma das organizações semilegais de matriz terrorista, que atua na Itália destes dias. É a *Autonomia Operária*, que usa todas as prerrogativas do Estado Democrático e se vale de suas garantias com o rigor de um velho professor de Direito Constitucional do Partido Republicano. No entanto, seus militantes saem às ruas em turbulentas manifestações com os rotos devidamente ocultados pelo *passamontagna*, armados de pistolas e bombas, alvejando policiais, sedes da Democracia Cristã e do PC.

Essa organização tem longos textos teóricos em linguagem de grande sofisticação. Num tom erudito, se ocupa da "violência difusa e espontânea das massas" e se propõe a ser porta-voz e representante das "lutas revolucionárias da classe operária contra o Estado". Na verdade, a adesão da classe operária italiana às suas lutas é nula. Os dois milhões de trabalhadores que durante uma semana paralisaram o trabalho para exigir dos patrões melhores condições na renovação dos contratos, não sabem quem são os *autônomos* e os que sabem — tem ou rejeitam seus métodos.

O líder dos *autônomos*, um jovem

Vendesi MERCEDES 450 SEL «corazzata»

per una massima sicurezza personale.

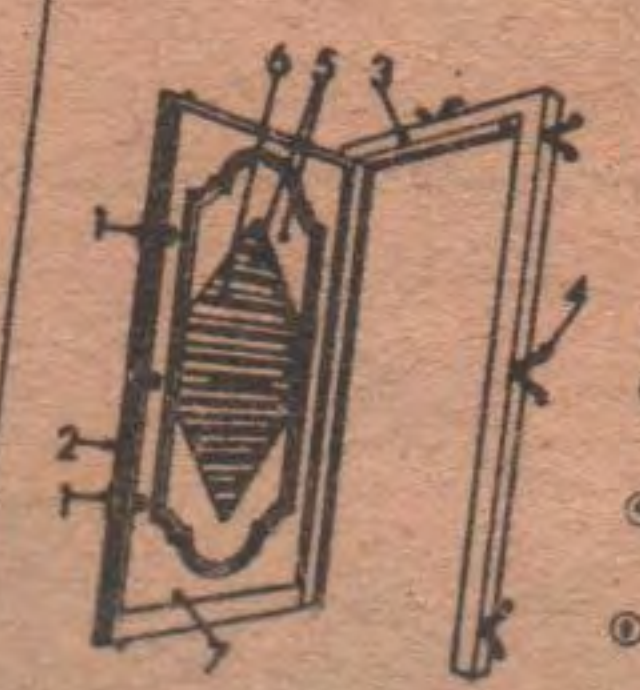
- Pronta per la consegna.
- La macchina, nuova di fabbrica, è fornita di marce automatiche, aria condizionata e diversi extra.
- Corazzatura della macchina al di sotto dei finestrini: sino a 158 kp; nelle zone dei finestrini: sino a 80 kp.
- L'abitacolo è protetto dai tiri mediante un spessore di 80 mm costituito da diversi materiali antiproiettile.
- I finestrini laterali, il parabrezza ed il tetto sono di vetro corazzato av 20 mm di spessore.
- Il pavimento è corazzato con una f (Makron) spessa 15 mm contro ogni carica esplosiva o munizione.

A richiesta Vi forniamo volentieri ulteriori informazioni (descrizione tecnica).

Vi preghiamo di scrivere a:
Casella T-2, S.P.I. - 20100 MILANO.

FIDANI porte corazzate

via della magliana 63E roma ■ 5578292



- 1 SERRATURE INCASSATE A DOPPIA MAPPA TIPO CASSAFORTE
- 2 PALETTA INTERNO
- 3 TELAIO METALLICO AD INCASTRO
- 4 ZANCHE SALDATE E MURATE
- 5 LASTRE METALLICHE INTERNE ED ESTERNE SPESSORE 15/10
- 6 INTELAIATURA MODULARE SPESSORE 20/10
- 7 RIVESTIMENTO IN LEGNO INTERNO ED ESTERNO RICOSTRUITO COME L'ORIGINALE

PORTE CORAZZATE ANTISCASSO BREVETTATE

Anúncios de portas e carros encouraçados: o medo abriu um novo mercado

mas austero professor de filosofia da Universidade de Padova, Antonio Negri, numa longa série de livros estudou e teorizou a violência das massas. Ele atualmente está preso, por suspeita de ter não só teorizado como dirigido na prática o seqüestro e o assassinato do deputado Aldo Moro, presidente da DC, no ano passado. Presume-se que seja um dos líderes das *Brigadas Vermelhas* (que são totalmente ilegais e clandestinas) — e que a própria *Autonomia* não passe, na verdade, do braço semi-legal dos *brigadistas*.

É de Antonio Negri (chamado carinhosamente Toni) esta afirmação: "...somos maioria — não aquela triste maioria que é medida algumas vezes em cada decênio entre adultos que parecem voltar à escola vestindo comportadamente seus aventais de jardim de infância na hora de votar — mas maioria qualitativa e quantitativa, do trabalho produtivo social".

— É o mesmo delírio de todos os ditadores que, em nome do povo, oprimem e violentam o povo, — diz o deputado Silverio Corvisier, independente de esquerda. — Os *autônomos* tem pelas eleições, pelo número o mesmo aristocrático desprezo de todas as correntes reacionárias.

É o mesmo Silverio Corvisier, ex-militante da ultra-esquerda (de uma ala contrária ao terror), quem avança especulações sobre os objetivos estratégicos da "violência difusa":

— O inimigo número um para *Autonomia* é o Partido Comunista. Os seus milhões de eleitores são pobres diabos que, a cada eleição, se deixam agarrar pelos fundilhos, vestem os aventalinhos dos tempos de jardim de infância e voltam à escola para depositar uma cédula na urna.

A intensificação da violência coincide com o crescimento inesperado e vertiginoso do PC (atualmente com 34% do

eleitorado) nas eleições de 1972 e 76. E também com a mudança estratégica de sua linha: em vez de rachar a Itália em dois blocos (metade do eleitorado à esquerda e metade à direita, como ocorreu no Chile, com as conseqüências conhecidas), o PCI propõe a tática do *compromisso storico*, isto é, dividir a Itália entre democratas de um lado (acolhendo aí também a Democracia Cristã) e de outro, isolada e reduzida, a direita conservadora e os fascistas.

Esse crescimento, essa aproximação do PCI do poder, no ano passado, teve um momento importante com a participação na maioria parlamentar. A tática comunista, que tem no secretário-geral Enrico Berlinguer seu grande idealizador, prevê a "construção do socialismo dentro da democracia", como sucessão histórica a um Governo de "unidade das forças democráticas". A experiência chilena foi o dado decisivo para a criação dessa nova concepção: "A esquerda precisa ampliar suas alianças, isolar a direita; e não se isolar e ampliar as alianças da direita".

Os católicos, nesse processo, sendo um contingente muito numeroso — pode-se dizer decisivo — na Itália, seriam elementos fundamentais. E o partido que reúne e expressa politicamente grandes setores católicos na Itália é a Democracia Cristã. A DC, na verdade, não é um bloco único mas uma espécie de confederação de várias tendências de inspiração católica que vai do centro-direita até a esquerda moderada. A tática dos comunistas, às vésperas da eleição dupla de junho (eleições gerais italianas e eleições européias), já conseguiu, logo no início da campanha eleitoral, seus primeiros pontos dividindo o principal adversário: metade da cúpula da DC quer a "política do confronto" (debate aberto e aproximação com os comunistas, nunca o rompimento, preconizado por Aldo Moro) e a outra parte pede o simples rompimento

ALGUÉM PRECISAVA FAZER.

Um documento único que viesse dar uma visão realista a respeito da economia gaúcha.

Uma publicação que servisse como base de decisões e documento de consulta para o empresário.

Um estudo sério e profundo sobre o comportamento dos vários setores econômicos de nosso Estado durante o ano.



ANO ECONÔMICO
Uma publicação anual da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372
90.000 — Porto Alegre — RS

Lançamento em julho

COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária. Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão *off-set* de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
Arte, *lay-outs*, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc..

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe. Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 24.951 e 21.894 - Telex: (051)1605
90000 - Porto Alegre - RS

com os comunistas e a ressurreição de uma maioria de centro-esquerda com socialistas e republicanos, experiência de má memória, falecida sem glória no início dos anos 70.

As eleições nacionais, convocadas para 3 de junho depois que o parlamento negou o voto de confiança ao Governo e foi dissolvido, se realizam num momento em que a Itália vive uma das piores crises do pós-guerra. O desemprego aumenta, a inflação torna-se assustadora em termos de Europa (chegará a 30% este ano) e o país não tem petróleo. A direção política democrata-cristã é frágil e há 10 anos não consegue formar um Governo estável: nesse período o Parlamento já foi dissolvido três vezes.

A maioria parlamentar uma outra vez e, no futuro, um Governo de "união nacional", inclusive com a participação comunista, poderia ser a nova tentativa. Mas é uma possibilidade indesejada pela direita. E seria a motivação da gigantesca trama negra a comandar o terrorismo, criando um problema a mais no país e, sobretudo, um fator a mais de descontentamento e incerteza da população.

Imitando o romance de ficção política *A Salamandra*, de Morris West, poderia ser obtido como resultado imediato do terror um voto mais à direita dia 3 de junho. Ou, no mínimo, a apatia e o ceticismo popular diante das eleições.

JOSÉ ANTONIO PINHEIRO MACHADO,
Roma

Em três meses, 859 atentados e atos violentos

Nos primeiros três meses de 1979 ocorreram na Itália 859 atentados e atos de violência contra pessoas e bens (quase 10 por dia).

É uma violência difusa e intensa, presente em todos os momentos. Na maior estação de trens rápidos e metrô para os bairros afastados de Roma, a estação "Roma-Ostia Lido", em média três vezes por semana milhares de trabalhadores perdem a hora do serviço e são obrigados à esperar várias horas porque o tráfego dos trens é suspenso: telefonemas anônimos à estação anunciam a presença de bombas nos trilhos. É feita minuciosa inspeção, passa uma locomotiva sem tripulante "para testar" e deflagrar a possível bomba, mas até hoje nada foi encontrado, é sempre um falso aviso.

"Nós não podemos correr o risco, explica um empregado da estação, são centenas de pessoas transportadas nos trens. Mas acho que, mesmo sem bombas, é um terrorismo terrível, porque vai irritando as pessoas, atormentando-as."

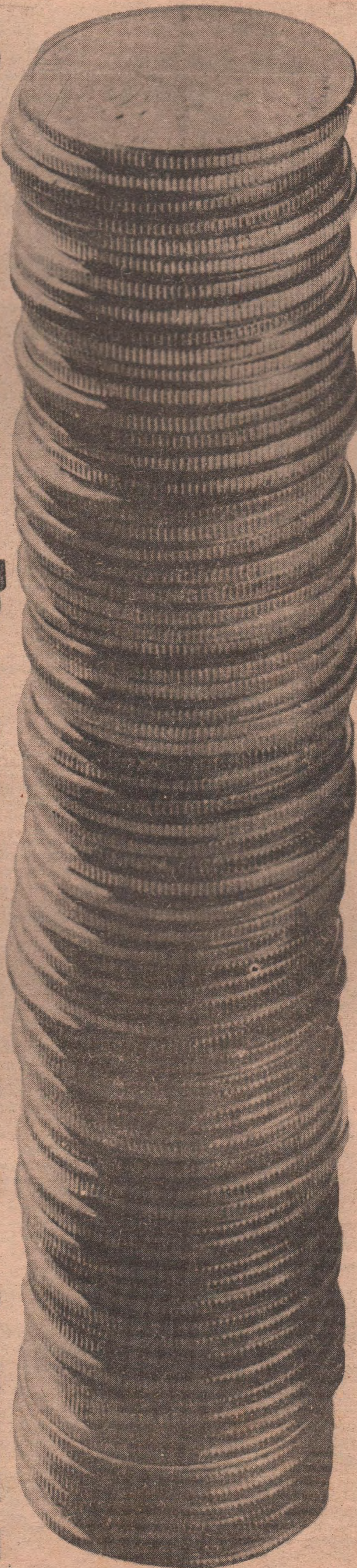
O medo da violência gera a violência ainda maior. Em março, um médico e sua namorada foram metralhados pela polícia quando passeavam de carro, infelizmente pela rua onde mora o primeiro-ministro Giulio Andreotti. Dois carabinieri à paisana tinham dado ordem para o carro parar, o médico achou que fosse um assalto, não atendeu, acelerou — e os policiais dispararam, pensando que eram terroristas.

Em abril, vinte e três pessoas em toda a Itália estavam desaparecidas, seqüestradas por grupos terroristas ou por assaltantes comuns despreocupados de desculpas políticas. Os industriais, líderes políticos e sindicais vivem em cuidados extremos, sabem que a qualquer momento podem enriquecer a lista dos dois mil atentados que em média ocorrem anualmente na Itália desde 1976. Por isso, ninguém mais se espanta, quando aparecem nos jornais anúncios de portas blindadas para residências e automóveis blindados, um novo mercado que se expande.

A cunhada de Henry Fonda, que tem uma luxuosa vila na Sardenha, só escapou de um seqüestro na Páscoa devido ao seu carro blindado e ao grande sangue frio com que acelerou quando viu três homens de passamontagna armados de metralhadoras bloqueando a estrada em que voltava para casa.

"Mercedes Benz couraçada para a máxima segurança pessoal", é um anúncio como qualquer outro nos jornais italianos, lembrando que a cabina é blindada com material antibala e o pavimento do carro resiste "contra todo o tipo de carga explosiva".

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".



Enriquecida com a crise do Petróleo, a Venezuela chega ao desvario de importar água mineral da França

A Venezuela, nos desenhos de Carlos Galindo "Sancho", o principal cartunista do país

O mais tranqüilo dos quintais...

Já se disse que a Venezuela é um país latino que está de costas para a América Latina e de frente para os Estados Unidos. Também já se disse que a Venezuela, em toda a América Latina, é o quintal mais tranqüilo dos Estados Unidos.

Claro que há outros quintais (alguns até maiores), mas nenhum tão tranqüilo. Nenhum com influência norte-americana tão evidente. Ruas entupidas de carrões americanos, televisões dominadas por programa enlatados dos Estados Unidos, campos de beisebol — o maior esporte do país — são alguns dos traços da "colonização" ianque sobre a Venezuela. Mas há outros indícios.

Logo depois da crise do petróleo, com o respectivo boom dos preços do ouro negro, os ricos da Venezuela foram gastar seu dinheiro na Flórida, que fica a duas horas de jato de Caracas. Em Miami eles compraram dezenas e dezenas de casas à beira-mar, onde costumam passar os fins de semana. A classe média venezuelana — ou pelo menos sua camada superior — não fica atrás em termos de lazer: tem por hábito fazer excursões pelo Caribe e passar noites inteiras jogando roleta nos cassinos das ilhas de Trinidad-Tobago ou Aruba.

Também as Forças Armadas da Venezuela não ficaram isentas da influência ianque. Assimilaram à risca o senso profissional dos militares norte-americanos. Os oficiais venezuelanos podem até desempenhar tarefas em órgãos do Governo — como a Petroven, empresa petroleira estatal, dirigida por um general — mas decididamente não se metem em questões militares, confiadas exclusivamente aos civis.

Um país muito interessante, a Venezuela. Um país onde a greve não é ilegal. Onde é comum uma empresa apresentar lucros de 320% anuais, onde o dólar não sobe e o câmbio é livre. E onde a esquerda tem apenas 12% dos votos, tanto na contagem partidária como na contagem sindical. Onde há liberdade política completa, mas paradoxalmente há presos políticos.

Existem atualmente 100 pessoas condenadas por atividades políticas ilegais, luta armada, guerrilha, assaltos a bancos e expropriação de proprietários privados. Esse pessoal foi preso no final da década de 60 e início da década de 70.

Embora a guerrilha esteja quase extinta, restam alguns grupos que picham muros, assaltam bancos ou realizam ações isoladas pelo interior do país. São remanescentes da antiga luta armada dos anos 60, que ainda não desistiram da luta política pela via armada.

REVEZAMENTO

A esquerda, dividida em sete partidos com 20 deputados num total de 200, concluiu que a luta armada não configura uma saída efetiva para derrubar a hegemonia dos dois grandes partidos da Venezuela: a Ação Democrática (AD), conservador que se diz social-democrata, e o Partido Social Cristão (Copei), conservador situado ligeiramente à esquerda, mas ainda no centro. Com 88% dos votos, ambos se revezam no poder desde 1958, quando foi derrubada a ditadura do caudilho Perez Jimenez.

A Venezuela tem 13 milhões de habitantes muito mal distribuídos por 912 mil quilômetros quadrados — cerca de 10% do território brasileiro. A maioria da população está concentrada na Região Norte, perto do Caribe, onde também está situado o enorme contingente de imigrantes. Os principais são os espanhóis, italianos e portugueses, que chegaram em massa na década de 50. Além disso, por causa dos problemas políticos surgidos nos países latino-americanos dominados por ditaduras militares, a Venezuela reúne hoje um grande número de exilados, especialmente chilenos, uruguaios e argentinos.

A situação social e econômica da Venezuela lembra o clima vivido pelo Brasil nos anos 58/60. Uma fase de euforia, de investimentos faraônicos, inflação crescente e — apesar da abundância do petróleo — um grande déficit na balança comercial externa.

Por que o déficit? Aparentemente pela necessidade de importar máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos desmontados que a incipiente indústria nacional não consegue produzir. Investindo muito em obras públicas e indústria base, o país precisa importar até mesmo matérias-primas industriais.

Mas a grande causa desse déficit fica mesmo no consumismo que campeia solto e representa terreno fértil para a demanda de tudo o que a moderna sociedade oferece de conforto. Aparelhos de som, bebidas, máquinas fotográficas, rádios, relógios, brinquedos, tudo é importado dos Estados Unidos ou do Japão. A importação é praticamente livre.

A natureza generosa fez da Venezuela um povo acomodado na certeza de que o petróleo paga qualquer conta, apaga qualquer crise, garante o futuro para sempre. "Deus é criollo", dizem eles. Depois de 1973, quando foi premiada na loteria do petróleo patrocinada pelos árabes da Opep, a Venezuela passou a bancar o novo rico.

Por causa do ouro negro, 75% da população do país vive nas cidades. A agricultura ficou praticamente abandonada, obrigando o país a aumentar sua pauta de importações até mesmo com produtos de fácil produção como leite e frangos.

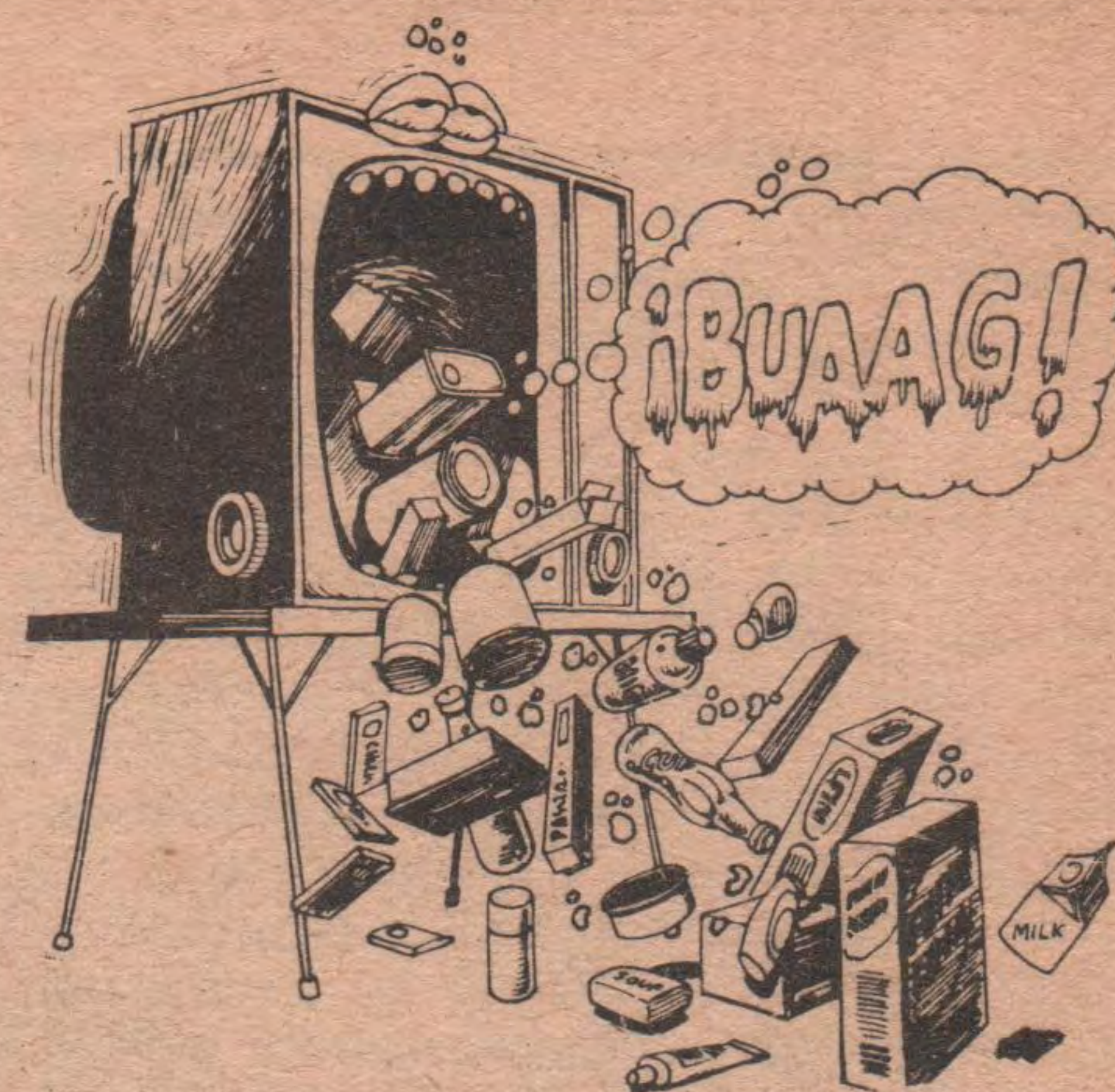
Com os petrodólares, a nova-rica Venezuela importa até água mineral da França. Talvez para imitar os árabes ou para compor um sofisticado drinque junto com o uísque, do qual detêm o maior consumo per capita do mundo.

O dinheiro do petróleo beneficiou principalmente os grupos econômicos que se colocam por trás das máquinas partidárias da AD e do Copei. A indústria da construção ganhou rios de dinheiro com obras públicas e o setor financeiro fortaleceu-se extraordinariamente enquanto o poder aquisitivo do povo se deteriora a olhos vistos.

A distribuição da riqueza continua quase tão desigual quanto antes do surto do petróleo. Parte dos petrodólares acabou chegando às mãos da massa venezuelana, através de empregos criados na indústria, na construção, nos bancos, no transporte, no setor público e principalmente no comércio. Um dos orgulhos do governo de Carlos Andres Perez era o "pleno emprego", que elevou significativamente os salários do país. O que não eliminou a moldura de ranchos (favelas) das cidades.

Além dos direitos obtidos através dos sindicatos, que são bastante ativos ainda que tutelados por uma central sindical "oficial" (pelegos), o governo de Perez avançou bastante na legislação trabalhista, talvez se antecipando a futuras reivindicações mais conseqüentes do operariado. Criou, por exemplo, a indenização por "despidos injustificados" (despedidos sem justa causa). No país não há um 13º salário propriamente dito, mas o que os venezuelanos chamam de utilidade, isto é, uma participação dos empregados nas "utilidades" (lucros) das empresas, privadas ou públicas.

Essa participação varia do equivalente a 33 dias de salário/ano até 65 dias de salário/ano. Outro direito dos trabalhadores venezuelanos é o de obter *permiso* (licença) não remunerado sem perder o emprego, com o prazo máxima de 15 dias. Geralmente os empregados pedem o *permiso* quando saem em férias, de forma que acabam ficando 45 dias afastados do trabalho.



Atualmente, na Venezuela, se fala muito de insegurança, carestia e corrupção. A insegurança sentida pelo venezuelano urbano na forma de inúmeros assaltos à mão armada, roubos a bancos e joalherias é com frequência associada à falta de efetivos policiais, já que estes preferem trabalhar no comércio ou na indústria, onde ganham mais. Mas explicação para o fenômeno da delinqüência verificada principalmente em Caracas está muito mais na desigualdade social e econômica do país, aliás, estampada nos contrastes entre as imponentes autopistas, luxuosos carros e edifícios em constante convívio com os ranchos encapitados nas encostas da cidade.

VIDA MAIS CARA

Dos três milhões de habitantes de Caracas, calcula-se por alto que cerca de 50% habitam esses ranchos, que compõem os chamados *barrios*. Como o sistema econômico não reparte de forma razoável os frutos da produção, os marginalizados aproveitam-se para fazer distribuição compulsória da renda à mão armada.

A inflação nasce da escassez de produtos agrícolas e do excesso de importações, além das exageradas emissões de dinheiro, da especulação comercial e financeira e dos volumosos subsídios oficiais a produtos nacionais. A gasolina, por exemplo, é vendida abaixo do preço de custo: 80 centavos de cruzeiro por litro de gasolina comum e Cr\$ 1,80 pela gasolina super (igual à azul brasileira).

Caracas é a cidade de vida mais cara da América Latina. Um cafezinho custa Cr\$ 7,00. Preço insólito se observarmos que a Venezuela produz e exporta café. Uma passagem de ônibus (transporte escasso, embora sobre taxis) custa também Cr\$ 7,00. Em compensação, o salário de um operário braçal é de Cr\$ 7 mil.

Para a corrupção, a explicação baseia-se no *facilismo*, na tendência de colocar-se à sombra dos aparatos estatais e mamar nas múltiplas e generosas tetas do Tesouro. Um escritor venezuelano de sucesso, Domingo Alberto Rangel, diz que a cada cinco anos as eleições se constituem em verdadeiro leilão do orçamento público. O partido que ganha fica com o direito de partilhar entre seus correligionários os frutos do leilão: os cargos públicos e as verbas para obras.

Ser juiz em Caracas é ser rico. Em outras palavras, o cargo de juiz presta-se a um viçoso tráfico de influências e corrupção. É voz corrente também que tradicionalmente os detentores do poder usam a justiça em seu próprio benefício. Pode ser verdade, mas ainda assim a justiça venezuelana deixa margem a fatos que poderiam ser considerados insólitos em outros países latino-americanos maiores.

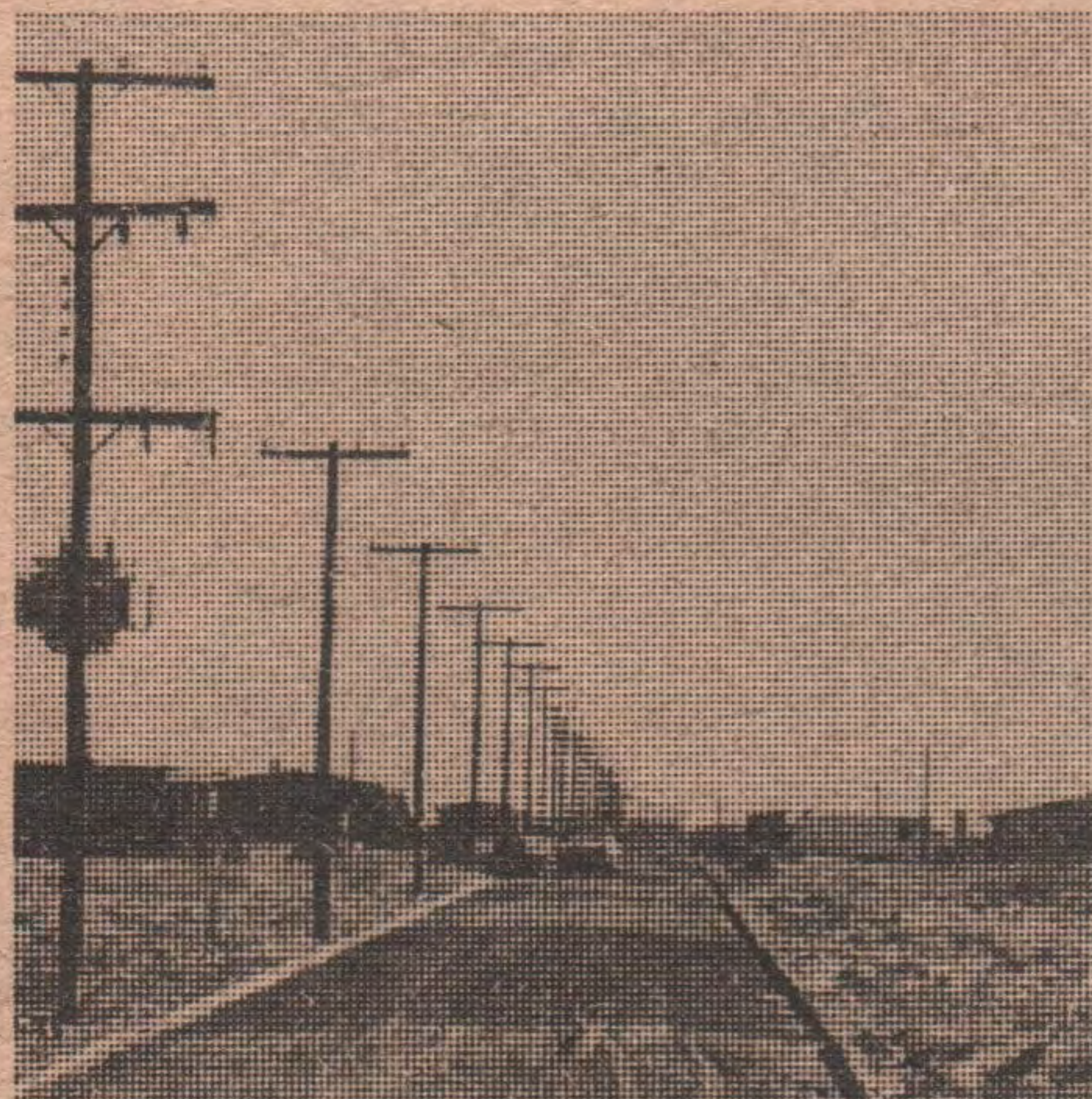
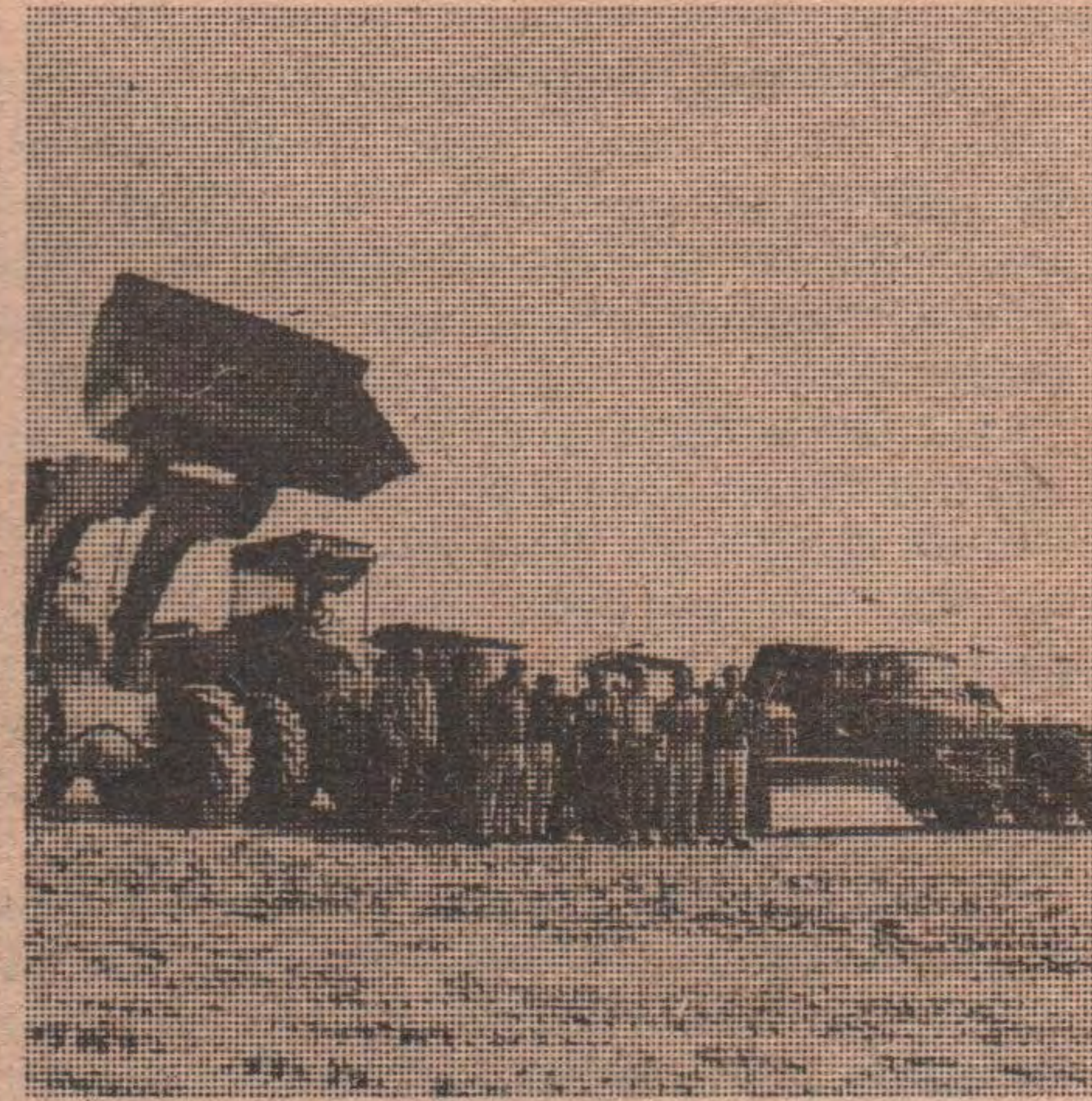
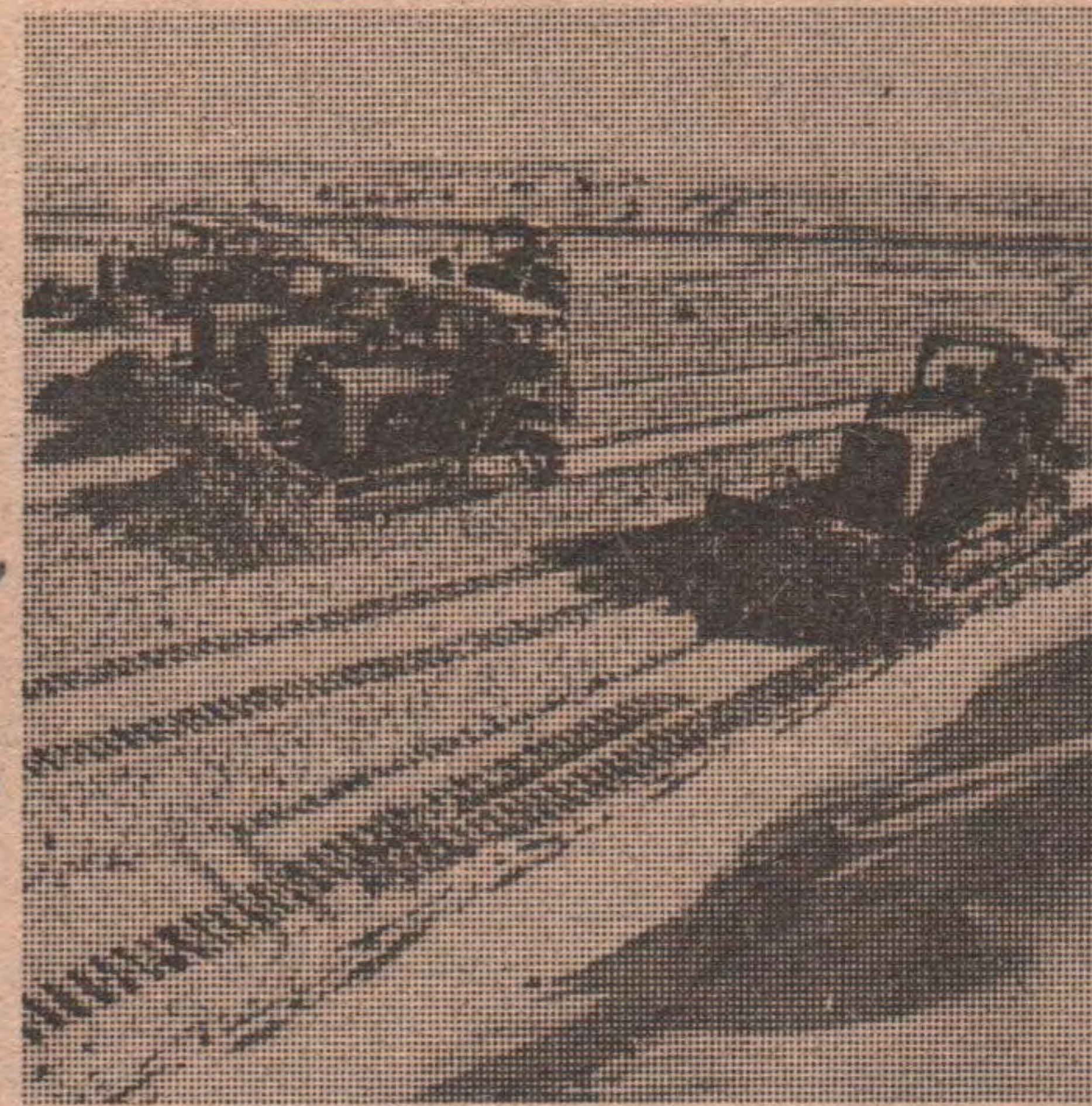
Ao contrário do que ocorre no Brasil, por exemplo — onde as pessoas acusadas na Justiça não podem disputar cargos públicos — o prisioneiro político David Nieves (acusado de envolvimento no seqüestro de um industrial) foi eleito deputado pela Liga Socialista sem sair da prisão.

Nieves só recuperou a liberdade algumas semanas depois das eleições. E logo estava em um livro nas bancas contando detalhadamente sua prisão, os métodos da justiça e as torturas sofridas, inclusive com o nome de cada um dos que o prenderam e torturaram. No livro, acusações diretas ao Presidente da República. Apesar das críticas contundentes, o livro continua a ser vendido e o deputado-autor a ocupar a tribuna da Assembleia Nacional diariamente, para atacar o Governo do novo presidente Luis Herrera Campins.

Geraldo Hasse



Fotos e Fatos.



Quem faz, mostra o que faz.
Essa foi a filosofia da Kury & Padilha durante os dois anos de trabalho em Nova Tramandaí.
Não adianta iludir com mulheres, paisagens, miragens, slogans ou sonhos coloridos.

Por isso, Kury & Padilha sempre mostrou obras, máquinas, operários, postes, pedras e areias. Pode não ser tão simpático, mas na hora em que você vai botar seu suado dinheiro em cima, pesa muito.

Porque aí você tem que escolher: a realidade ou a fantasia.



Kury & Padilha Ltda.

Informações e vendas:
Zona Nova Serviços Imobiliários
Porto Alegre: Rua 24 de Outubro, 1280
Fones: 22.3411 e 22.3414
Tramandaí: no local.



DEPOIMENTO: UM POETA NA PRISÃO

Alex Polari, paraibano, hoje com 28 anos, esteve nas lutas estudantis da década de 60, foi militante político contra o Regime Militar instaurado em 1964 e, em consequência disso, fez uma longa peregrinação por vários cárceres, foi torturado pelos órgãos de segurança e condenado duas vezes à prisão perpétua.

No Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica presenciou — e, depois, denunciou — a prisão e morte do estudante Stuart Angel Jones, arrastado por um carro, com a boca amarrada, no cano de descarga.

De toda essa vivência, comum a uma faixa da juventude brasileira que se engajou na luta política através da panfletagem, dos protestos de rua e mesmo da guerrilha urbana — ele tirou material para fazer sua poesia. Muitos fizeram poesia, romances, contos com material semelhante. Mas Polari, cuja obra foi conhecida no início deste ano com o lançamento do seu livro *Inventário de Cicatrizes* (Coojornal n° 40), tem merecido uma atenção especial pela dimensão do seu trabalho.

Ainda detido* (cumpriu já sete dos 74 anos de prisão a que está condenado), ele prestou este depoimento a Beatriz Horta para o Coojornal:

Desde cedo tentei ligar as antenas para o que estava em volta. A gente tinha uma disponibilidade e um despreendimento muito grandes, nós nos lançávamos com a maior empáfia do mundo, achando que tínhamos resposta para tudo. Além do movimento estudantil, ainda aprontávamos um monte de coisas, panfletávamos, pixávamos fábricas, fazíamos pequenas ações e comícios-relâmpagos, segurança armada nas manifestações de massa, etc. Vendo hoje, é inevitável achar uma certa graça na nossa auto-suficiência. Que a vida e as coisas eram um pouquinho mais complicadas que nossas belas teorias, isso a gente sacou logo. Mas é preciso ver as coisas de dentro, como elas se colocavam naquele momento: esquecendo a visão crítica do hoje, tem muita coisa boa e bonita no que a gente pensava e fazia. Um negócio até romântico e tal, mas, extremamente sério e honesto.

O início da atuação política coincidiu — para o grupo do qual participei — com o início de quase tudo, inclusive da estruturação emocional, psicológica, afetiva. Foi um processo muito rápido, precoce e rico: em pouquíssimo tempo, a pessoa que eu era se tornou a pessoa que eu sou, elaborada na clandestinidade, na tortura, na prisão.

Na prisão, a gente foi tomando consciência dos mitos que tínhamos criado e compartilhado, foi sacando também nossos erros e fraquezas através do isolamento em que ficamos submetidos, pontuado pela morte de pessoas muito próximas e queridas. Então, aquela leveza dos primeiros tempos deu lugar a uma maturidade forçada e até a uma certa amargura. E a angústia que cada um de nós — sobrevivente — carrega hoje é uma angústia serena, se pudermos dizer assim. Não adianta ficar com uma cara sisuda, contrita, o resto da vida: o que adianta é viver ainda, enfrentar novas opções dos tempos de agora, tendo bem claro que eles são outros.

Minha família é bem classe média, com uma visão política própria: viveram as ilusões do período juscelinistas, jogaram todas as esperanças no Jânio, se desencantaram com a renúncia e foram simpatizantes do lacerdismo, ou melhor, do carisma do Lacerda. Lembro que lá em casa acenderam velas no dia do comício da Central, como o Lacerda tinha pedido e que logo no primeiro momento do Golpe a atitude dos meus velhos era de uma expectativa simpática, que depois passou a ser indiferença. Só depois do meu envolvimento, saída de casa, prisão, etc., é que eles mudaram bastante a ótica.

Minha queda foi em maio de 1971, numa garage, no subúrbio. Montaram uma armadilha lá, cercando toda a área

com dezenas de policiais; tentei fugir de carro, sob grande fuzilaria, enquanto outro companheiro que fazia minha segurança conseguiu fugir, tendo sido morto sob tortura dois meses depois. Houve um grande banguê-banguê que só terminou quando meu carro, atingido pelos tiros, se desgovernou e bateu numa árvore.

Fui levado para o Dops e comecei a ser torturado a 12 de maio, sendo transferido para o Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), onde fiquei até 8 de junho, sendo torturado ininterruptamente. Durante esse período assisti à prisão e morte de Stuart Angel Jones, militante do MR-8, na madrugada do dia 15 de maio. Os detalhes conto numa carta para a mãe dele, a figurinista Zuzu Angel, publicada num livro do historiador Hélio Silva. Nessa carta, conto a morte de Stuart, as torturas que sofremos na mesma sala, a cena que entrevi da janela de minha cela, de Stuart sendo arrastado no pátio por um carro, com a boca amarrada no cano de descarga e a madrugada em que foi retirado da cela embrulhado num pano — para depois ser dado como "desaparecido" pelo órgão de segurança. Nessa época, o centro de pressão e tortura estava na mão da Aeronáutica e muitos companheiros morreram lá mesmo na base aérea do Galeão. Todos constam como "desaparecidos".

Há vasto material das denúncias que fiz sobre a morte de Stuart; depoimento de Auditoria, cartas para autoridades e parentes dele, representação ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, assim como cartas para Senadores e Deputados norte-americanos. Sofri várias ameaças de morte para não denunciar isso e pedi garantias à 2ª Auditoria da Aeronáutica.

As pessoas que dirigiram meu interrogatório e tortura e que são igualmente responsáveis pela morte de Stuart são: o comandante da Zona Aérea, Brigadeiro João Paulo Burnier; o comandante da Cisa, Brigadeiro Carlos Affonso Delamora, o chefe do Cenimar, Capitão João Alfredo Poec, o Major Paiva, o Coronel Muniz, o Capitão Lúcio Barroso e o subtenente Abílio Alcântara, todos da Aeronáutica, além do inspetor José Pereira de Vasconcelos, Mário Borges e os agentes Jair Gonçalves da Mota, do Dops.

Acho que a nossa avaliação foi incorreta numa série de questões e isso nos levou a uma derrota no plano militar e político. Tentamos um processo de contestação armada à ditadura, escorado num movimento de massas que, embora existisse na época, era restrito às camadas médias, único setor efetivamente organizado e politizado naquele tempo. Nesse momento, o regime já começava a manobrar, tentando absorver esses setores nos frutos do chamado "milagre" e neutrelizá-los, como efetivamente conseguiu durante algum tempo. Nós não tivemos condições de ultrapassar a estreiteza de nossa base social inicial, oferecendo um alternativa em termos de programa, assim como não conseguimos uma ligação de fato com as classes que definíamos como fundamentais para levar o programa à frente.

A consequência disso é que caímos em pouco tempo num ciclo de sobrevivência, protagonistas de um duelo contra as forças da repressão, mas sem que isso redundasse num processo social concreto. A nossa opção tem que ser entendida à luz daquele momento, no bojo de um violento processo de luta interna dentro da esquerda, de negação radical do reformismo do Partido Comunista e da proliferação de pequenos grupos adeptos da luta armada. Apesar dos erros e de nossa inexperiência, essa fase foi muito importante para que a esquerda refletisse sobre seus desvios militaristas e voluntaristas. Além disso, um fato que considero da maior importância: pela primeira vez a esquerda — depois de décadas de compromissos de classe, eleitoralismo, reformismo, etc. — colocou de maneira concreta a questão do Poder.

Hoje à noite os gritos foram mais altos. À minha esquerda está o Gaúcho depois o cara que assobia. Ângela foi retirada ontem à minha direita Stuart já morreu Ronaldo e Juca estão mais no fim e no fundo do corredor o motorista da CTC que eles quebraram a mão chora. De quem serão os gritos hoje?

Esse silêncio enlouquece se houvesse mais alguém seria mais fácil. Hoje veio o médico falou pro coronel que ainda dá pra bater nas minhas costas.



beatriz horta

Alex Polari com o filho, na prisão

Hoje a realidade é totalmente diversa e não há condição de uma reedição dessa experiência, principalmente a compreendida entre 68 e 71. A luta política hoje está-se dando de outras formas e a massa está aprendendo sozinha a achar seu caminho, sem necessidade de se apontar o caminho para ela.

Passei quase três anos em solitárias pelos mais diversos quartéis da Vila Militar, sob condições carcerárias indescritíveis. Depois fomos — eu e outros companheiros — para a Ilha Grande, fizemos greve de fome e ganhamos a construção desse presídio, onde estamos desde 76. Éramos 36, agora somos 18, graças à soltura, fruto da nova Lei de Segurança Nacional. Fui condenado duas vezes à prisão perpétua e posteriormente as penas caíram para 74 anos. Tenho chances de entrar ainda este ano em livramento condicional. O impedimento é só do Juiz da 3ª Auditoria do Exército que, contra a determinação da nova Lei, não quer fazer a equiparação de 30 anos para os 8 que eu teria direito.

Inventário de Cicatrizes quer registrar a experiência de uma geração que participou de um período intenso, rico e sofrido — geração que hoje se encontra em sua grande parte morta, exilada, presa ou perseguida dentro de seu próprio País. Minha poesia não tem nada de science fiction, é tudo real: não há como fugir da realidade de um pau-de-arara ou do bafo de um torturador, nem do cheiro de urina, suor, mofo e sangue de uma cela.

Meu livro é dedicado a quatro pessoas, entre elas Carlos Lamarca, Eduardo Leite e Juarez Guimarães de Brito. A história de Lamarca todo mundo conhece e

dele guardo até hoje uma imagem meio de mito, apesar da convivência que tivemos. Também guardo o dia de sua morte, quando no Dops, onde eu estava preso, policiais sorridentes e embriagados pelas comemorações me mostraram fotos do cadáver dele. Eduardo Leite foi um companheiro da ALN morto depois de barbaramente torturado pelo delegado Fleury em seu famoso Sítio 31 de março, em São Paulo. A história de sua morte também é conhecida. Sua fuga foi anunciada quando ele ainda se encontrava preso no Dops de SP, às vistas de mais de 50 presos. Bacuri, como era conhecido, apareceu morto um dia após o seqüestro do Embaixador suíço, como retaliação. Denise Crispim, sua companheira, a essa época presa e grávida, hoje exilada em Roma, conseguiu ver o corpo do marido completamente mutilado, os olhos vazados, testículos triturados e com falta de alguns membros. Já, Juarez foi uma pessoa que exerceu grande influência sobre mim e a quem eu era muito ligado. Era um dirigente do Polop, em Minas, e da direção da Colina. Foi para mim um dos melhores quadros que já tivemos e a maior perda que a organização teve. Um dia, tentando resgatar um companheiro, foi cercado pela polícia junto com sua companheira e se suicidou com um tiro. Foi essa a primeira morte de uma pessoa muito próxima e querida e que me impressionou muito. Depois vieram um montão delas e a gente ficou mais ca-lejado.

* Um espetáculo musical com poesias do seu livro foi proibido pela Censura no Rio, em abril.

Fon — Eu tive mais facilidade de falar com torturadores do que com as vítimas. As vítimas ainda têm medo, porque sabem que a coisa continua. Apesar da abertura, a coisa está aí, não foi desmontada. Foi desativada mas está aí. Quem conheceu sabe o que pode acontecer. Quanto ao outro lado, me parece que está muito seguro. Alguns estão seguros porque acham que não fizeram nada de errado e outros porque se consideram impunes.

É preciso obter provas dos fatos

Parece que a coisa mais difícil de ser apurada nessa reportagem foi a descoberta do tal sítio, a Fazenda 31 de Março, onde se torturou e matou muita gente. Como foi esse processo de trabalho? De quem era o sítio?

Fon — Esse sítio é de um cara chamado José Carvalho Fagundes. Aliás, não é bem dele. Essas terras pertenceriam originalmente a um advogado chamado Jorge Trabuci. Mas o José Carvalho Fagundes seria um grileiro que se apossou dessas terras. Esse cara é proprietário de uma transportadora e, aliás, recebeu uma Medalha do Pacificador, do Exército, por coincidência no mesmo dia em que o médico legista Harry Shibata, aquele que fez o laudo do Vladimir Herzog, afirmando que foi suicídio, recebeu a mesma medalha do então Ministro do Exército, general Silvio Frota. Bem existem processos na Justiça na disputa dessas terras. Mas foi o Fagundes que cedeu o sítio aos torturadores. Foi difícil levantar o sítio porque, embora eu já soubesse da existência dele há muito tempo, eu recebi a indicação do local durante a apuração da matéria.

Quem lhe deu a informação?

Fon — Eu prefiro não dizer o nome. É uma pessoa de quem gosto muito. Mas eu só tinha essa informação e precisava checar. Era algo muito sério para publicar sem toda certeza. Eu chequei com várias pessoas, fiz o roteiro, fui ao sítio para ver se o caminho, as indicações, o lugar batiam com as informações que as pessoas, que tinham sido torturadas lá haviam me dado. Batiam mas não eram suficientes. Fui falar com mais pessoas até que tudo estivesse confirmado. Tive mesmo o depoimento de um policial que participou da coisa. Mesmo assim eu ainda fui mais uma vez até as proximidades do sítio e tive mais uma confirmação. Quando eu estava chegando perto do local, havia um Volkswagen branco, parado embaixo de uma árvore com três caras dentro. E um deles eu conhecia, era da Operação Bandeirantes.

No capítulo da repressão, que matérias importantes você lembra de já terem sido publicadas?

Fon — No capítulo de repressão em geral eu me lembro de magníficas matérias do Percival de Souza, do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, sobre o Esquadrão da Morte. Lembro-me de uma sobre o assassinato do bandido Roncador, no estado do Rio, também do Percival. Existe também o livro *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, do procurador Hélio Bicudo. A diferença dessa minha matéria é que ela trata especificamente da repressão política e não pega casos isolados, mas procura dar a lógica da coisa.

E você, que outras boas reportagens já fez?

Fon — Há uma série de matérias que gostei de fazer. Medir a importância delas é muito difícil. Mesmo a importância dessa matéria da tortura eu não sei. A direção da Revista mandou fazer, eu fiz. É verdade que me deu uma certa satisfação. Da mesma forma que eu gostei de fazer uma matéria sobre a Baixada Fluminense para a *Veja*. Houve também uma matéria sobre o Esquadrão da Morte feita para o *Jornal da Tarde* pelo Percival de Souza, o Inajar de Souza, o Moacir Bueno e por mim. Na época o jornal estava sob censura e não pôde publicar. Mais tarde, quando houve possibilidade de sair, se procurou a matéria no arquivo e se descobriu que ela estava nas mãos do delegado Fleury. Tem uma matéria que eu também gostei muito de fazer, mas ninguém se lembra dela. Era curta, umas 60 linhas, sobre uma mulher

que matou o marido com o auxílio do amante. Há outra também sobre o João Cândido, o Almirante Negro.

Como você encara o papel do repórter, hoje, no Brasil?

Fon — Eu tenho conversado com algumas pessoas, particularmente com o jornalista Ewaldo Dantas (6), sobre o "ir perguntar". E ele coloca uma coisa sobre essa matéria que eu acho importante. É que a importância dessa matéria está no método. Não adianta escrever uma longa catilinária sobre a tortura. Não adianta dizer: "Fulano de tal é um monstro porque tortura pessoas". A gente tem que lidar com os fatos, sem procurar dar opinião. O Ewaldo diz o seguinte: não adianta dizer que Fulano é ladrão. Mas se você provar que no dia tal, a tal hora, Fulano bateu a carteira de Sicrano, em tal lugar, você não precisa chamar o cara de ladrão. Você já deu a informação. Nessa matéria eu procurei fazer isso. Por isso, inclusive, eu deixei de dar uma série de

coisas nas quais estava envolvido emocionalmente. Não cabe ao repórter dizer se é moral ou imoral, se é ético ou não ético torturar pessoas. Cabe a ele denunciar quem tortura, em cima de fatos.

E as pressões sobre os jornalistas?

Fon — A própria Lei de Segurança Nacional prevê castigos para aquele que "jogar o povo contra as autoridades constituídas". Mas resta saber quem é autoridade constituída. Para mim, o guarda da esquina não é autoridade constituída. Ele está investido de uma autoridade que eu devo obedecer na medida em que ele agir corretamente. Se o guarda de trânsito me mandar entrar na contramão, eu não vou entrar. Se um guarda me der o revólver dele e me mandar atirar em outro cara, eu não vou fazer isso. Então o guarda, o policial ou o Major do Exército não são autoridades constituídas quando deixam de cumprir a lei. Na medida em que eles não executam sua função, que é

cumprir e fazer cumprir a lei, eles perdem sua autoridade, tanto moral quanto legal. Então a acusação, no caso dessa matéria, de que se está jogando o povo contra a autoridade constituída, simplesmente inexistente. Eu não estou jogando o povo contra autoridades constituídas. Apenas relatei fatos sobre indivíduos que momentaneamente estavam investidos de uma certa autoridade, mas que cometeram crimes. Um criminoso não é autoridade constituída. Aqui, autoridade virou Deus. Quando eu era menino aprendi que Deus era onipotente, onisciente e onipresente. De repente, a autoridade por aqui virou Deus, como se o Guarda, o Major, o Ministro e até o Presidente da República não pudessem errar. Eles erram sim e, como qualquer um de nós, devem pagar por seus erros.

(6) Ex-repórter de O Estado de S. Paulo e Visão. Atual diretor de jornalismo da TV Bandeirantes, de São Paulo.

A felicidade é feita de coisas simples como um brinquedo.



E necessárias como plantar.

Há 26 anos o Grupo De Zorzi trabalha na industrialização de madeira. Matéria-prima que é utilizada para melhorar a vida das pessoas. Nestes 26 anos, o Grupo De Zorzi reflorestou 42 milhões de árvores. Destas, 10 milhões são araucárias, plantadas em seu ambiente natural. O que prova mais uma vez que nem só de dinheiro se vive. Plante. É necessário, como todo ato de amor.



Grupo De Zorzi

Há 26 anos preservando a natureza.

PASQUALINI

Em busca de um Trabalhismo à brasileira

Por Hélio Gama

Quem era Alberto Pasqualini, em cujas idéias se inspira o novo PTB?

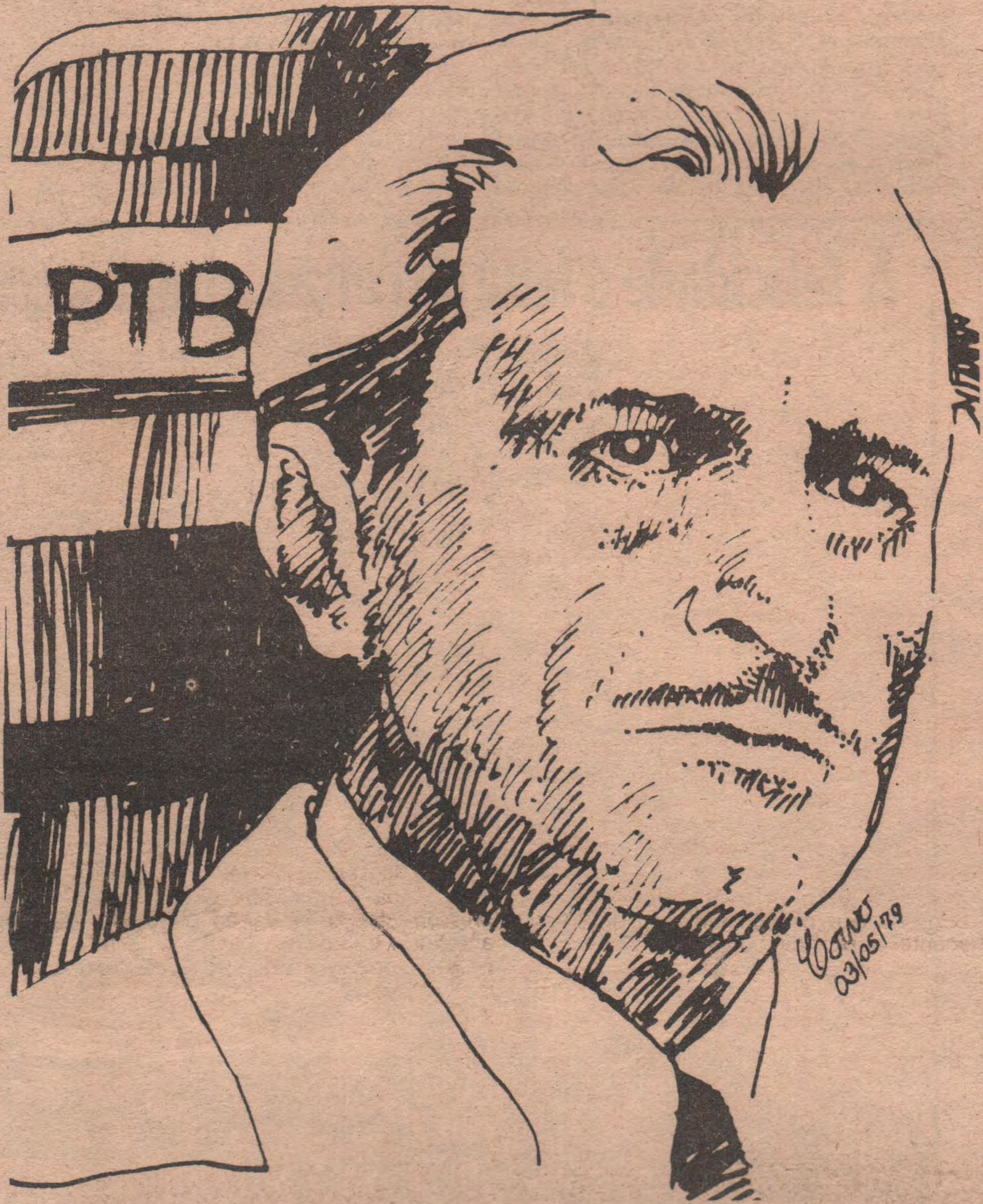
Alberto Pasqualini lia e escrevia muito, sofria de dolorosas e freqüentes enxaquecas e atravessava às noites com insônia. Para um homem assim os melhores momentos de repouso, como se sabe, começam pela madrugada e, necessariamente, avançam por uma parte da manhã. Por isto, durante a campanha para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1954, seus assessores tinham ordens de nunca chamá-lo antes das 9 horas.

O ex-deputado estadual João Brusa Neto, que secretariou Pasqualini naquela ocasião, lembra que somente em duas oportunidades esta determinação não foi obedecida: "A primeira vez foi em agosto, 24, quando fui avisado de que o Presidente Getúlio Vargas, cometera o suicídio. A segunda vez foi quando chegou ao escritório um longo telegrama de Juscelino Kubitschek insistindo para que ele aceitasse ser seu companheiro de chapa como candidato a Vice-presidente".

"Quando eu entreguei o telegrama", recorda Brusa Neto, "no apartamento que ele ocupava no Grande Hotel, ele apanhou uma folha de papel, escreveu umas poucas palavras e me entregou, pedindo para enviar a resposta." Brusa, espantado, leu rapidamente a seca recusa e perguntou a razão. "Tu achas que eu aceitaria um convite do Ademar de Barros para ser seu companheiro de chapa?", perguntou Pasqualini. Brusa Neto respondeu, convicto: "É claro que não". "Pois é", comentou então Pasqualini, "o Juscelino é o Ademar de colarinho e punhos engomados".

Ele geralmente não era tão cáustico em suas críticas. Na verdade evitava a abordagem das posições pessoais. Os seus pronunciamentos e o depoimento das pessoas que estiveram próximas demonstram que era um político pouco comum, pois considerava a política uma disputa de idéias e não uma batalha pessoal. Igualmente formas habituais de oportunismo político lhe pareciam perfeitamente dispensáveis. Durante a mesma campanha eleitoral de 1954, muitos de seus assessores tiveram a oportunidade de testemunhar um dos raríssimos casos de absoluto descontrole de Pasqualini. Numa certa tarde, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, velho amigo de Pasqualini e antigo colega no Seminário São José, de São Leopoldo, lhe fez uma visita de caráter pessoal. No interior, inclusive, a maioria do clero fazia forte pressão contra a candidatura de Pasqualini, qualificado de comunista pelos padres das colônias. Durante o encontro, como era praxe, foi batida uma fotografia e alguns de seus assessores, pensando em aplicar um grande golpe publicitário trataram de enviar algumas cópias da foto para o interior, onde outros partidários da candidatura, mandaram confeccionar um cartaz, com a foto e algumas frases insinuando que Pasqualini recebera o apoio do Arcebispo. Por acidente, um dos cartazes chegou às mãos de Pasqualini. Ele ficou fora de si, profundamente humilhado. Poucas horas depois, silenciosamente, alguns de seus auxiliares embarcavam para o interior, para executar uma desesperada caçada aos cartazes e sua imediata destruição. Enquanto o candidato pessoalmente, se desculpava com o arcebispo.

Em 1954, ainda que mais uma vez as urnas não lhe dessem a vitória e sua



saúde se mostrasse cada vez mais precária, o prestígio político de Pasqualini estava no auge. No Senado e em suas pregações eleitorais, seus pronunciamentos alcançavam crescente repercussão. E no próprio Partido Trabalhista, uma boa parte das lideranças aguardava a orientação de Pasqualini para só então se definir em relação aos acontecimentos políticos. Já se insinuava, que havia divergências entre ele e João Goulart, o presidente nacional do Partido, presumível herdeiro de Vargas e candidato natural a Vice-presidência da República em 1955.

Os dois políticos sempre negaram a existência de tais diferenças. E, de fato, ela não chegou a se concretizar. Mas rugas que existiam entre os principais auxiliares de ambos, mostravam que esta divisão seria fatal, se Pasqualini não tivesse sido retirado do cenário político em 1956. Neste ano ele sofreu um derrame cerebral que o deixou totalmente paralisado até a morte, em 3 de junho de 1960, após uma longa agonia e três meses antes de completar 59 anos. Muitos de seus seguidores acreditam que seu desaparecimento foi uma perda irreparável. "Pasqualini estava predestinado para a Presidência da República", diz Brusa Neto. E acrescenta: "Eu não tenho dúvida de que sua atuação política seria decisiva para conduzir o País para caminhos diversos daqueles que resultaram no colapso de 1964". Mesmo seus adversários sentiram a falta de Pasqualini. O ex-governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, o político que derrotou Pasqualini em 1954, inclusive, num surpreendente depoimento ao *Coojornal*, no ano passado, afirmou que Pasqualini deveria ter vencido. "Se isto tivesse ocorrido — disse Meneghetti — a história do Brasil teria sido outra, desde então".

Sobre o papel dos indivíduos na história dos povos os cientistas políticos tem-se esforçado, inutilmente é verdade para chegar a um certo acordo. Mas não deixa de ser surpreendente que muitas pessoas pensem isto de um homem que, a rigor, esteve ativo na política brasileira entre 1945 a 1955, ou seja pouco mais de dez anos.

No início desconfiança com o PTB

Em 1945, quando os partidos políticos de antes do Estado Novo tentaram ressuscitar e convocaram seus associados, o advogado Alberto Pasqualini decidiu que não atenderia ao chamado de sua antiga organização partidária, o Partido Libertador. Ele se convenceria de que embora politicamente avançado, quando se tratava das questões sociais o PL defendia posições demasiadamente conservadoras para as concepções que Pasqualini vinha desenvolvendo. Ele parecia concordar com Clement Attlee, o líder do Partido Trabalhista Britânico que, na época, estava na iminência de substituir Churchill no comando da Nação inglesa. Dizia Attlee: "A questão de maior importância, no decorrer do século XIX — assim pareceu à maioria dos homens e mulheres — era a da liberdade política. No século XX predomina a da liberdade econômica e igualdade social".

Apesar de sua ligações intelectuais com Attlee e Haroldo Laski, outro expoente do trabalhismo britânico, Pasqualini não se mostrou atraído pelo Partido Trabalhista Brasileiro, criado em 2 de

janeiro, por Getúlio Vargas para ser o braço popular de seu Governo. Pasqualini vinha de algumas más experiências como Governo de Vargas.

Por ocasião da interventoria de Ernesto Dornelles, no Rio Grande do Sul, em 1944, ele fora convidado para Secretário do Interior e Justiça, cargo que aceitou com a condição de seguir rigorosamente os rituais democráticos. Quando o Governo Federal proibiu o romance Fronteira Agreste, de Ciro Martins, Pasqualini afirmou que o livro poderia ser apreendido apenas fora das fronteiras do estado. E quando em Cachoeira do Sul, as principais lideranças da cidade não alcançaram um acordo em busca de um Prefeito, Pasqualini determinou a organização de um plebiscito na cidade, apresentando às respectivas facções os nomes de suas preferências.

Ele determinava algo inconcebível, ou seja, a reabertura do processo eleitoral. Uma decisão que o conduziu de volta à sua banca de advogado. Além disso, ele também achava que o Partido Trabalhista possuía um programa que se resumia em defender, item por item, a legislação trabalhista que fora implantada pelo Estado Novo. E isto estava muito aquém do que ele tinha a propor.

Enquanto preparava o seu próprio movimento, Pasqualini prosseguiu sua intermitente carreira advocatícia, que, como outras coisas na sua vida, terminara exercendo por força da fatalidade. Neto de imigrantes italianos, Pasqualini nasceu em Vale Vêneto (hoje Ivorá), no município gaúcho de Júlio de Castilhos. Planejou estudar em Porto Alegre, para entrar na Faculdade de Medicina. Mas a falta de recursos para custear os estudos o levou ao Seminário São José, em São Leopoldo. Ali ele aprendeu com extrema facilidade o Latim e o Grego, além de Matemática, áreas que conhecia profundamente, juntamente com o Italiano, a língua familiar (mais tarde aprenderia a ler em inglês e alemão).

Segundo o deputado Lidovino Fanton, um fiel seguidor das idéias de Pasqualini, mesmo os maiores latinistas do Estado respeitavam seus conhecimentos nesta língua. Além de se dedicar à música (chegou a fazer algumas composições e a tocar razoavelmente o violino), Pasqualini estudava vorazmente as principais doutrinas políticas e econômicas. O seminário, no entanto, não foi o caminho nem para o Sacerdócio, nem tampouco para a Medicina. Primeiro, porque o ensino, no seminário, não era reconhecido, e Pasqualini precisou repetir o estudo, no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, onde estudava na primeira série e pagava os estudos ensinando Matemática para os alunos da quarta série. E quando terminou o secundário, finalmente, a Medicina já parecia um sonho distante. Foi estudar Direito, para poder trabalhar e custear os estudos.

Em 1929, quando fez o discurso como orador da turma, uma boa parte das bases de seu pensamento político já estavam solidamente lançadas.

Em 1945, Pasqualini já possuía uma estratégia e uma tática elaboradas. Em janeiro, ignorou o PTB, pouco tempo depois recusou o PL, ainda no primeiro semestre travou uma rápida política com alguns setores da esquerda (dos quais e distanciou) e em 20 de novembro de 1945 lotou o Teatro São Pedro de Porto Alegre para lançar o seu manifesto de criação da União Social Brasileira, USB.

Mas em 1946, quando líderes do trabalhismo, então em busca de um candidato para o Governo do Rio Grande do Sul e de idéias que enriquecessem o partido procuraram-no, Pasqualini aceitou fazer ambas as coisas: candidatou-se ao Governo estadual para as eleições de 19

“Extremamente cauteloso, não estava disposto a apostar numa pregação incendiária, ainda que esta se referisse a temas que lhe eram caros como justiça social e igualdade”.



Com Jango, na campanha para o Governo do Rio Grande do Sul, em 1954

de janeiro de 1947, pela legenda do PTB, e transferiu para o programa do partido as concepções da União Social Brasileira.

Ele conseguiu convencer seus seguidores do acerto da decisão explicando-lhes que o Partido Trabalhista estava destinado a ser a grande organização partidária nacional. Enquanto a USB não passava de um movimento regional, o PTB aparecia como a única organização em condições de fortalecer o sistema democrático e simultaneamente transformar o País, enfrentando o que classificava de “classes conservadoras”.

O culto e elegante Alberto Pasqualini, com sua voz tranqüila—num tempo que os oradores esbravejavam—e seus discretos ternos listrados, penetrou, assim, no Partido Trabalhista, carregando consigo uma doutrina que percorria um caminho difícil e tortuoso. Antes de mais nada, Pasqualini, que em 1950 finalmente venceu as eleições que o levaram ao Senado da

República, era um ardente defensor do sistema democrático liberal e não estava disposto a arriscar a quebra da ordem jurídica.

Eleições livres e limpas, liberdade de imprensa, Executivo controlado, Parlamento forte, protegendo os direitos individuais, partidos organizados, constituíam para ele o fundamento para conquistar a transformação social. E em todos os seus pronunciamentos está subjacente a profunda preocupação com o desenvolvimento do debate, da tolerância e do respeito às decisões da maioria do eleitorado.

Extremamente cauteloso, não estava disposto a apostar numa pregação incendiária, ainda que esta se referisse a temas que lhe eram caros, tais como justiça social e igualdade. Por isto, suas concepções socialistas eram inibidas, em razão de três fatores fundamentais: a) a realidade política e social brasileira; b) sua crença de que o socialismo constituiria uma etapa superior de vida social, que pressupunha a superação de uma outra, anterior; e c) os conflitos com sua própria formação religiosa, com as quais ele tentava conciliar suas concepções do trabalho socialista. Por isto, a linha do

pensamento de Pasqualini oscilava entre o socialismo democrático do Partido Trabalhista Britânico e as orientações das encíclicas papais.

Ele acreditava que a pura e simples aplicação dos princípios socialistas no Brasil eram inexequíveis. Primeiro, porque a própria palavra socialismo, com a conseqüente defesa da eliminação da propriedade privada dos meios de produção colocaria em perigo o Estado democrático. E seria uma pregação ainda inaceitável para os donos do capital.

(continua)

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS?

O cooperativismo médico no Brasil já existe há mais de onze anos e está espalhado por todo o País sob a sigla UNIMED. Sua forma de atendimento não tem similar no País, a começar pelo fato de que quem escolhe o médico é o paciente. Sem necessidade de intermediários e com a mesma atenção de uma consulta particular, o atendimento é feito no próprio consultório do médico que você escolher.

A UNIMED tem a melhor assistência médico-hospitalar para empresas, cooperativas ou sua

família, incluindo exames laboratoriais e atendimento em qualquer lugar do Brasil onde houver uma unidade UNIMED.

Grandes organizações já se utilizam do plano assistencial UNIMED justamente pela seriedade de seus propósitos e eficiência de seus serviços. O plano de saúde UNIMED é o único reconhecido oficialmente pela Associação Médica do Rio Grande do Sul.

UNIMED

Rua Sta. Teresinha, 345
Fone: 31.1162
Porto Alegre



"Ele colaborou para a elaboração do programa do Partido Trabalhista, mas revelava crescente insatisfação com os métodos dentro do seu próprio partido".



Num dia de folga, preparando um cozido

ALBERTO PASQUALINI e a IGREJA



FLAGRANTE DA VISITA QUE RECEBEU ALBERTO PASQUALINI, RECENTEMENTE, DE SUA EXCELENCIA REVERENDÍSSIMA D. VICENTE SCHERER, ARCEBISPO METROPOLITANO, O GRANDE GUÍA ESPIRITUAL DO NOSSO POVO.

No folheto, feito pelos correligionários e que o aborreceu

Ele estava convencido, também, que o próprio estágio do desenvolvimento econômico brasileiro desaconselhava o socialismo, pois em razão da premente necessidade de acumulação de capital, mesmo que se desejasse não seria instituído um socialismo, mas um capitalismo de Estado, geralmente muito eficiente, mas que presume uma dura ruptura da ordem democrática.

"Pondo de lado quaisquer considerações sobre a orientação filosófica de certas formas de socialismo", disse ele, "mas encarando apenas o tipo de estrutura econômica que ele apresenta, com o objetivo de eliminação crescente da usura social ou da exploração do homem pelo homem, deveremos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais objetivas nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados".

Em outros momentos ele dava a entender sua posição. "O processo social define-se por duas tendências: a individualista e a socialista; a primeira tendo como epicentro os institutos egoístas e a segunda os sentimentos de simpatia e de solidariedade". Mas logo em seguida afirma, conciliador: "em torno do ponto de equilíbrio dessas duas tendências que se agita a humanidade e há de continuar sempre preconculionada e angustiada enquanto não o encontrar. Os métodos do individualismo são os da luta; da luta pela dominação, pela sujeição do indivíduo a outro indivíduo, da luta pelo ganho sem limite e sem considerações; os métodos do socialismo, que aqui defino simplesmente como uma crescente extensão da solidariedade social, são os da co-operação".

E, logo depois, confirmando, sua crença na necessidade de um avanço gradual, que não ameace as conquistas políticas e não convulsione a sociedade: "Se é utopia pretender erradicar a causa do mal, se não seria sensato nem conveniente, nesta fase da evolução humana, eliminar o capitalismo como propriedade privada dos meios de produção e como instrumento de lucro, deve-se, pelo menos, cortar-lhe os excessos e impedir a exploração do homem pelo homem, que conduz a uma nova forma de escravidão".

Durante a campanha de 1946, quando foi derrotado por Walter Jobim para o Governo do Estado, ele fez um pronunciamento em Caxias do Sul, definindo o trabalhismo e tentando tranquilizar os empresários e os conservadores agricultores da região. Naquele pronunciamento

ele voltou a mencionar um *capitalismo solidário*, que é uma mistura do sistema capitalista com o solidarismo das encíclicas de Leão XIII e Pio XI, tendo como pano de fundo o socialismo democrático dos trabalhistas ingleses. "Se, no Brasil", falava ele, como se desse uma aula, "coletivizássemos os meios de produção, se passassem eles às mãos do Estado, liquidaríamos a economia. Como dizem os próprios comunistas. No Brasil não há nem condições objetivas ou materiais, nem condições subjetivas ou psicológicas, para a instituição entre nós do regime socialista. Precisamente por sermos um País ainda em fase de pré-capitalização pré-industrialização, precisamos da iniciativa privada e de muita iniciativa privada. Estejam pois tranquilos os nossos capitalistas, que terão ainda, entre nós, vida muito longa se souberem realmente compreender a verdadeira função do capital, isto é, se souberem fazer o uso devido dos meios de produção".

No livro *Bases e Sugestões para uma Política Social*, ele dedica nada menos de 29 páginas discutindo diretamente o tema "o socialismo e as encíclicas", além de outras 11 páginas utilizadas para examinar a posição da Igreja diante do juro. Nestes dois trabalhos é notável o esforço do Senador para conciliar suas concepções com as da doutrina social da Igreja. É o primeiro que ele destaca as diferenças de tratamento das Encíclicas ao comunismo e ao socialismo, mostrando ainda a variedade de socialismos.

"Pondo de lado a concepção materialista da doutrina e a técnica revolucionária, será admissível, dentro do pensamento das encíclicas, a instituição do socialismo, entendendo-se sob este conceito pura e simplesmente a socialização dos meios de produção?" Ele acha que sim. E vale-se do trabalhismo britânico. "O socialismo não postula, necessariamente, uma filosofia ou um fundamento materialista. Entendem muitos que, ao contrário, os seus princípios poderiam ser buscados no evangelho e na doutrina dos padres da Igreja, desde, naturalmente, que se lhes desse uma interpretação socialista. A Bíblia, observa Clement Attlee, está repleta de ensinamentos revolucionários e não deve causar surpresa o fato de, num país onde o pensamento é livre, muitos homens e mulheres nela terem encontrado o apoio de que careciam na sua revolta instintiva contra as condições desumanas criadas pelo capitalismo. Creio que talvez a maioria daqueles que promoveram neste País o movimento socialista eram simpatizantes da religião cristã — e não apenas simpatizantes, mas membros entusiásticos de

uma organização religiosa qualquer. Há, provavelmente, mais textos da Bíblia, citados em discursos socialistas do que nos de todos os outros partidos".

De fato, segundo Attlee, num trecho que antecede ao citado por Pasqualini, na Grã-Bretanha a história do movimento socialista foi bastante diferente do continente, em virtude da reduzida influência do marxismo. "O número dos que entraram no movimento socialista por efeito direto dos ensinamentos da Marx foi apenas uma fração do total."

"Deixando de lado ao Owen e os primeiros pioneiros", diz Attlee, ele mesmo um homem profundamente religioso, "acho que na ordem da influência causadora do movimento socialista o primeiro lugar deve ser reservado à religião. No século XIX a Inglaterra era ainda uma Nação de leitores da Bíblia. Pôr a Bíblia nas mãos de um inglês é praticar um ato muito perigoso. Nela ele encontrará o material necessário à sua conversão em pregador de uma doutrina religiosa, social ou econômica".

Resolvida a contradição religiosa, e diante da decisão de conquistar os benefícios da socialização gradualmente, restava a Pasqualini adequar-se à realidade econômica então vigente, e adaptar para isto o instrumento político que poderia conduzir as transformações, que era o partido trabalhista.

Foi assim que fez. Valendo-se de seu conhecimento de Matemática, devorou e compreendeu a importância das teorias de um outro inglês, Lord Keynes, que nas décadas de 40 e 50 modernizou toda a teoria econômica capitalista, introduzindo ou fixando conceitos antes desconhecidos ou desprezados, tais como pleno emprego, controle das taxas de juros, investimentos estatais (que incluem a crescente participação do Estado na economia).

A teoria keynesiana foi recebida com entusiasmo por Pasqualini principalmente em razão da própria visão global. Para Keynes, como se sabe, os empreendimentos privados na esfera econômica constituem uma concessão da sociedade. As pessoas estão dispostas a permitir uma certa remuneração a homens empreendedores e ambiciosos, para que eles executem o seu trabalho — o de implantar e comandar empreendimentos para o progresso da comunidade.

Diante disto, Pasqualini chegou à conclusão de que se poderia dar ao capitalismo "uma certa condição de legitimidade", introduzindo-lhe as necessárias correções e reduzindo a limites razoáveis a "taxa que a coletividade lhe paga pela prestação dos seus serviços.

Entenda-se bem — só deve haver taxa onde haja efetivamente a prestação de um serviço". A socialização progressiva de Pasqualini, que ele denomina de crescente redução da usura social, correspondia à fórmula de Keynes segundo a qual (a citação e a tradução são de Pasqualini) "poderíamos na prática lograr um aumento no volume do capital até que deixasse de ser escasso, de modo que o investidor sem função já não recebesse benefício algum; e elaborar um plano de imposição direta que deixasse à inteligência, à determinação e à habilidade executiva do financista, ao empresário et hoc genus omnes servir ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração".

A compreensão do funcionamento do sistema capitalista, e a pretensão de transformá-lo por dentro, levou Pasqualini, como já acontecera a outros reformadores sociais, tentar estruturar uma política que não comprometesse o funcionamento do sistema. Desta forma, Pasqualini se revoltava contra políticas econômicas e sociais mal-elaboradas ou demagógicas. Ele dizia que o País precisaria aplicar uma política distributiva e conter os juros. Mas isto corresponderia, necessariamente, implantar uma política contributiva e uma arrecadação de recursos suficientes que pagassem os programas sociais, permitissem o progresso econômico, contornassem a inflação e conduzissem ao enriquecimento da Nação a uma melhor distribuição da renda nacional.

E quem faria isto? Quem comandaria esta política de transformação? Sem dúvida alguma os partidos políticos, com o PTB à frente. Como esta transformação social gradual seria obtida pelos mecanismos democráticos constitucionais, ela deveria ser o resultado da persuasão, da competência administrativa, da educação das massas. A preocupação de Pasqualini com o conteúdo programático do partido é uma constante em toda a sua trajetória política.

Ele colaborou para a elaboração do programa do Partido Trabalhista, mas revelava crescente insatisfação com os métodos de disputa política brasileiros e dentro de seu próprio partido. E na década de 50 ele já insistia para que fosse feita uma profunda revisão programática, considerando que o partido Trabalhista deveria acrescentar e esclarecer itens de seu programa. Costumava dizer para os amigos que o mais difícil para o PTB não era vencer as eleições, mas saber o que fazer com as vitórias.

"Surge a necessidade", dizia ele, "de

Num texto de 1948, objetivos do Trabalhismo

uma revisão do programa do partido, suprimindo disposições já corporificadas em princípios da nossa organização política e incluindo outros que melhor caracterizem a índole de nosso Trabalhismo, configurem os seus objetivos, as suas diretrizes, a sua orientação e o localizem dentro dos sistemas econômicos e sociais que se defrontam no mundo."

Se era impossível definir-se o trabalhismo brasileiro como socialista, como admite Pasqualini ("Vê-se, pois, que, embora o objetivo fundamental do trabalhismo possa ser o mesmo em todo o mundo, a maneira de atuar e realizar-se, será diferente conforme as condições peculiares e o grau de civilização e cultura de cada País. Na Inglaterra, o trabalhismo é socialista. No Brasil, não poderia sê-lo pela ausência dos pressupostos"), ele conseguiu definir alguns princípios básicos: "a) O trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos. A função destes é a satisfação de necessidades. O valor dos bens reside, portanto, na sua utilidade e no trabalho que concorre para produzi-los; b) A coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação realiza-se pelo trabalho e para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce mas também aos demais membros da coletividade e contribua, por esta forma, para o aumento do bem-estar geral; c) A forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar; d) O poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo que não deriva dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta, do trabalho alheio e caracteriza-se como usura social; e) O objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente útil de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho, com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificadas".

Alguns anos mais tarde François Mitterand, na França, daria o nome que não foi dado por Pasqualini à sua doutrina: o socialismo possível.

Em 1948, Pasqualini escreveu um trabalho sobre as "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro". Transcrevemos os principais trechos:

O objetivo básico do Trabalhismo, em todo o mundo, é a organização da sociedade de tal forma que se assegure a crescente eliminação da usura social. É preciso que essa expressão usura social seja compreendida no seu verdadeiro sentido e que se não confunda com usura monetária (isto é, a cobrança de juros excessivos sobre empréstimo), que é apenas uma modalidade da usura social.

Existe usura social quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios da justiça social, tais como hoje os formulamos e admitimos. A usura social é o que comumente se costuma denominar exploração do homem pelo homem e que todos reconhecem que deve ser banida do seio da sociedade. (...)

Há usura social toda vez que uns vivem à custa do trabalho alheio ou que as relações de trabalho (ou de intercâmbio de trabalho) ferem os princípios da equidade, tais como são hoje compreendidos.

Se, por exemplo, alguém tem a seu serviço outras pessoas e lhes paga salários miseráveis, obtendo à custa do trabalho das mesmas bons resultados econômicos, pratica uma forma de usura social. Toda vez que as remunerações de determinadas formas de atividade não correspondem ao grau de sua utilidade coletiva, há usura social.

Aqueles, por exemplo, que, no sistema baseado na iniciativa privada (sistema capitalista) combinam os fatores da produção (empresários ou capitalistas), fazem jus a uma remuneração (lucro) pela iniciativa, organização, direção e risco dos empreendimentos. Se, porém, para obterem maiores benefícios, explorarem o trabalhador e o consumidor, cometem uma forma de usura social. O lucro que deriva da atividade empreendedora, deduzida aquela parcela que se pode considerar a justa remuneração do empreendedor, deve ser invertido na aplicação da empresa ou em novos empreendimentos. (...)

Quando, pois, se afirma que o objetivo fundamental do Trabalhismo, em todo o mundo, é a redução, senão a

eliminação crescente da usura social, a palavra usura é empregada no sentido indicado. Mas existem modos diversos de chegar a esse resultado. Sabemos que há os que consideram o lucro uma forma de usura social e entendem, por isso, que a sociedade deve ser organizada de forma que o lucro seja eliminado.

Sabemos também que o lucro é o objetivo do empreendimento privativo do capitalista.

O capitalista é o proprietário dos meios de produção, isto é, da terra, dos estabelecimentos industriais, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas — enfim, do capital. Mas os meios de produção precisam ser acionados pelo braço e pela inteligência do homem. São os trabalhadores que os acionam e aos quais o empregador paga determinado salário. Afirma-se que a remuneração paga ao trabalhador nunca corresponde, mas é sempre inferior a sua contribuição real para a produção e que, dessa forma, o empregador como que se apropria de uma parcela desse trabalho, deixando de remunerá-la. O lucro, por exemplo, em última análise, nada mais seria do que essa parcela de trabalho que não é remunerada, o que constituiria uma modalidade de usura social.

Afirma-se, além disso, que a produção capitalista visa exclusivamente o lucro, ao passo que a produção deve ter em vista a satisfação de necessidades humanas.

A forma preconizada para eliminar todos esses inconvenientes seria a socialização dos meios de produção. Nessas condições, os meios de produção deixariam de ser propriedade individual ou privada para tornar-se propriedade social ou coletiva. Deixando de existir o empreendimento privado, mas sendo este organizado pelo Estado, deixaria também de existir lucro e, conseqüentemente, a exploração do trabalhador. Dessa forma, afirma-se, a produção se realizaria para o consumo e não para o lucro e o trabalhador receberia, pelo menos teoricamente, o valor integral do seu trabalho.

É assim que muitos apontam o Socialismo como um meio de eliminar certos elementos de usura social (ou conseguir o máximo dessa eliminação) considerando-se como tais, a intermediação ou a exploração dos meios de produção, distribuição e troca.

A soma dos ganhos de todos os in-

divíduos de um país é o que poderemos chamar, de uma maneira simplista, a renda nacional, que não deve ser confundida com renda ou receita pública. O Trabalhismo sustenta o princípio de que nenhum ganho é justo desde que não corresponda a uma atividade socialmente útil. Eis por que a renda nacional deve ser distribuída e aplicada de tal forma que se atenda a esse princípio. Nem sempre o que constitui um ganho legal é um ganho justo. No sistema da livre iniciativa, é difícil evitar essas injustiças na sua origem. Cumpre, por isso, ao Estado corrigi-las. É essa a função social precípua do Estado. Todo ganho deve estar sempre em função do valor social do trabalho de cada um. Onde há ganhos sem trabalho, há parasitismo e usura social. Essa é a razão pela qual também poder aquisitivo e trabalho deveriam ser expressões equivalentes.

Poderíamos, pois, resumir os princípios gerais do trabalhismo nos seguintes termos:

a) o trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos.

b) a coletividade humana é um sistema de cooperação.

c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar.

d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil.

e) o objetivo fundamental do Trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificadas.

A função precípua do Estado deve ser hoje a realização da justiça social. Se a justiça social, como comumente se admite, se traduz por uma equitativa distribuição da riqueza, isto significa simplesmente que, garantido um mínimo fundamental, a participação de cada um no produto social (isto é, no acervo dos bens produzidos) deve estar em relação ao valor social do seu trabalho, isto é, ao grau de sua contribuição para a produção desses bens e para bem-estar geral. Essa parece ser a essência do Trabalhismo.

CONTRA A OPRESSÃO BRIGANDO E BRINCANDO
SINGULAR & PLURAL
Uma nova informação nas bancas

Estudante inteligente fica sócio da Cepal.

Canetas COMPACTOR Cadernos PROPASA

COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE
André da Rocha, 216
Presidente Roosevelt, 1344
Assis Brasil, 2642

O DIA 2

(No dia 2 de abril, os Estados Unidos estiveram à beira de uma tragédia sem precedentes.)

Caco Barcelos, do Coojornal, percorreu Harrisburg, a cidade de 900 mil habitantes ameaçada pela usina nuclear de Three Mile Island
Das anotações do repórter no dia 2.

O dia 2 está amanhecendo cinzento, chuvoso e com o barulho do autofalante do carro dos bombeiros de Harrisburg:

- Não fujam, aguardem ordem para evacuar!
- Protejam-se!
- Fechem portas e janelas!
- Não fujam, aguardem...

Apesar do pedido dos bombeiros, nesta manhã subiu para 200 mil o número de fugas de Harrisburg, uma cidade de 900 mil habitantes que está, desde o dia 28, quando começou o maior acidente da história da energia nuclear dos Estados Unidos, sob ameaça de uma catástrofe atômica.

A partir das 7h, resolvi caminhar pelas ruas para entrevistar os fugitivos. Mas eles parecem invisíveis. Caminhei uns 20 quarteirões, em horário do *rush* matinal de uma segunda-feira, e não encontrei ninguém, nenhum carro, nenhuma porta aberta.

As 9h uma rádio disse, em edição extraordinária, que o leite da região está contaminado com iodine-131, causador de câncer na tireóide humana.

Passavam cinco minutos das 9h, quando encontrei Franz O'Donnel, o chefe da Brigada dos Voluntários. E ele me transmitiria medo e pessimismo. Para O'Donnel, um voluntário com tarimba de 10 catástrofes, a cidade está indefesa para enfrentar o "monstro" da radioatividade.

— Não temos máscaras anti-radioativas, acabaram os estoques de ração K e tudo o que temos aqui são duas caixas de abridor de latas. E aí, meu Deus, o que será de nós?

O que mais preocupa o chefe da Brigada dos Voluntários, entretanto, é que ele, por autodefinição um salvador de vidas, confessa ignorância total sobre qual deva ser a missão de um voluntário durante um acidente atômico.

— Não tenho a menor idéia do que eu farei — diz O'Donnel —, não tenho tática, não tenho nada, talvez até eu enlouqueça e fuja, esqueça de salvar o povo.

O dia 2 nos mostrará que, como O'Donnel, toda a cidade está desesperada e também quase nada sabe sobre o *monstro*, a central nuclear de *Three Mile Island*, situada a 15 quilômetros ao Sul de Harrisburg e que tem uma potência de 1.800 megawatts e quatro chaminés de 300 metros de altura.

O dia 2 também será um dia de fatos inusitados.

Inacreditável que em um país de 72 usinas atômicas e outras 125 em fase de construção, só depois do acidente de Three Mile Island o Governo parece ter se dado conta que uma usina tanto pode gerar eletricidade e fabricar bombas como também derreter, explodir e transformar um Estado como o da Pensilvânia num cemitério de defuntos vivos, cancerosos e mongolóides.

É primavera nos Estados Unidos e o gado, que passou o inverno preso e comendo ração, agora está faminto por grama. Mas depois do acidente, o boi está proibido de pastar e a galinha de comer milho.

O povo, que pagou 2 bilhões de dólares para o Governo construir a usina, agora terá que pagar mais 700 milhões de dólares para consertá-la. Isso significa que, a partir de maio, cada americano da Pensilvânia terá que pagar o recibo de eletricidade com um acréscimo de sete dólares e meio (Cr\$ 178,50).

Quando veio a notícia do leite contaminado, a Administração de Drogas e Comidas (Food and Drug Administration) enviou de Washington para Harrisburg dois aviões C13, com um carregamento de 250 mil ampolas de potássio iodine que, ingerido oralmente, protege a tireóide humana do câncer. Mas nenhuma ampola seria distribuída ao povo, porque um grupo de cientistas denunciou que quem bebesse o potássio se salvaria do câncer, mas poderia morrer de ataque cardíaco. Milhares de panfletos foram distribuídos e colados nos postes e paredes de Harrisburg. Um deles tinha o seguinte texto:

— As vítimas de um acidente nuclear não morrem instantaneamente. Elas sofrem um terrível processo de morte gradativa, que começa com a paralisação dos intestinos e uma forte diarreia, que dura até seis semanas. Depois os cabelos caem, vem a febre, o delírio, uma fase de agonia de tempo imprevisível. É comum que crianças sobrevivam mas, com a morte do sistema nervoso central, serão eternamente retardadas mentais e terão a cabeça menor que a das pessoas comuns.

Mas para contar a história de 2 de abril em Harris-

burg, é preciso lembrar da última quarta-feira, 28 de março, quando uma sirene estridente — jamais ouvida em Three Mile Island — anunciava que a central nuclear estava expelindo radioatividade para a atmosfera.

O acidente, considerado o mais grave da história da energia nuclear dos Estados Unidos, começou com o rompimento de um válvula do sistema de refrigeração dos reatores da usina, provocando a primeira emissão de radioatividade da ordem de 1.200 *millirem* (muito acima dos níveis tolerados pelo indivíduo)*

E outras emissões de radioatividade aconteceriam, contaminando, até a madrugada de hoje, 650 mil habitantes e toda a área da Região Central do estado da Pensilvânia. Cada pessoa receberia uma carga de 85 *millirem* de radiação, ou seja, acumulou quase 90% da quantidade que normalmente receberia em um ano.

A ameaça mais grave, entretanto, surgiria na noite do dia 30, com a formação de uma *estranha* bolha de hidrogênio no compartimento do reator. Ao longo do fim de semana ela cresceu de tamanho — chegou ao máximo de 800 metros cúbicos, ameaçava explodir e arrebentar a carcaça protetora desta usina de 1.800 megawatts de potência, três vezes maior que a central nuclear brasileira em construção na cidade de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Veremos que o dia 2 será dramático para centenas de técnicos americanos, franceses e alemães que tentarão remover a gigantesca bolha, sob o perigo de causarem dois tipos diferentes de catástrofe.

A primeira hipótese é a de não conseguirem removê-la: ela continuaria crescendo e explodiria, expelindo quantidades imprevisíveis de radioatividade. A outra começa com a remoção da bolha, o aumento da temperatura e da pressão interna da sala do reator, que derreteria, gerando o *Meltdown*, o pior tipo de desastre possível numa central nuclear.

Em ambos os casos uma nuvem letal de radiação atingiria um raio de 150 quilômetros, causando destruições na área de Harrisburg, no estado de Baltimore e chegando a 15 quilômetros da capital federal, Washington.

Existe um estudo teórico sobre as possibilidades e as conseqüências de um desastre numa usina como a de Harrisburg e é conhecido no país como *Wash-1400*. Na hipótese do *Meltdown*, ele prevê 3.500 mortes imediatas; 314 mil feridos; 240 mil vítimas de câncer na tireóide e 45 mil nascimentos de pessoas com defeitos genéticos.

Os efeitos podem variar na proporção da quantidade de radiação expelida pelo reator e pela força da explosão. De qualquer forma, ocorreria uma longa irradiação do solo e da grama, através dos elementos químicos radioativos iodine-131, cesium-137 e strontium-90, o que obrigaria uma restrição radical da agricultura num raio variável de mil a duas mil milhas da usina (de 1.600 a 3.200 quilômetros, aproximadamente).

O estado da Pensilvânia, o maior produtor de alimentos da costa Leste dos Estados Unidos, teria um prejuízo imediato de 14 bilhões de dólares. Ainda não se sabe a que níveis de contaminação os produtos seriam expostos, mas com certeza exterminaria o centro industrial dos derivados do leite de Lancaster, a 30 quilômetros de Harrisburg.

Os fazendeiros de Lancaster vendem leite pasteurizado para seis grandes trustes, que distribuem para os estados de Nova Jersey, Maryland, Nova Iorque e a própria Pensilvânia. E são os fornecedores de toneladas diárias para a indústria Hersheys, a maior fábrica de chocolates do mundo.

A Região Central da Pensilvânia também é o maior produtor de ovos e galinhas para a região do médio Atlântico, que sofreria as conseqüências da catástrofe, pois o principal alimento das aves — o milho — seria contaminado nas lavouras.

Um outro perigo é a contaminação das montanhas Catskill, a 300 quilômetros ao Norte de Three Mile Island, que suprem mais da metade da água bebida pelos 12 milhões de nova-iorquinos. Porém, os nova-iorquinos, na verdade, estão sendo contaminados desde o dia 28. Porque a maioria dos carros e os 200 mil fugitivos de Harrisburg estão indo na direção da cidade de Nova Iorque.

A maioria dos carros dos americanos que fogem de Harrisburg são camionetas-dormitório, abastecidas com tanque extra de gasolina, sistema de ventilação fechado, duas esteques e seguem pela Rota 86. E cada um dos tripulantes possui, no mínimo, uma unidade de ração K, muito usada pelos soldados do Vietnã, que garante a subsistência por um período de 25 dias.

Já na pista oposta, na direção de Harrisburg, o cenário é bem diferente. Quase todos os carros que trafegam deste lado são de serviços de emergência:

bombeiros, ambulâncias que passam rápidas e com sirenes barulhentas. É raro, raríssimo passar um automóvel velho como aquele Buick, que vem queimando óleo e com as janelas laterais totalmente abertas.

O Buick está a oito quilômetros do local do acidente, onde a radiação na atmosfera é de 25 *millirem* por hora, uma dosagem talvez perigosa, principalmente para quem está viajando com um filho de quatro anos e uma mulher grávida de oito meses e meio, como é o caso de Jan Carlos Borroma, o motorista do Buick, que agora está mostrando os documentos ao guarda no acesso de Harrisburg.

Olhando mais de perto, o carro de Jan Carlos pode parecer um automóvel de competição: lataria vermelho-discoteque, rodas de tala larga cromada, traseira rebatida. Três latas de cerveja no painel. Na porta do motorista tem um desenho de um vale com plantações de cactos, com um título colorido de letras de 10 centímetros:

— *Sou porto-riquenho.*

Atraídos pela notícia de que a cidade iria distribuir dinheiro para as vítimas do acidente, Jan Carlos e dezenas de outros porto-riquenhos chegariam em Harrisburg, no dia 2. E eles não se enganaram. Desde às 8 horas, a American Nuclear Insures, a companhia de seguros das usinas nucleares americanas, está dando cheques de 500 a 700 dólares como auxílio-evacuação.

Em apenas 48 horas de doações, a ANI distribuiu um total de 380 mil dólares aos americanos de Harrisburg. Porém Jan Carlos e sua família tiveram problemas para receber o dinheiro. Dentro dos critérios de prioridade da seguradora, só teriam direito a receber o auxílio as pessoas que vivem no raio de 8 quilômetros da usina, considerada a *zona crítica* do acidente.

Porém, uma hora depois de discutir com os fiscais da ANI, Jan Carlos e Erky, embora morem 30 quilômetros afastados da usina, saíram sorridentes do escritório da empresa. Cada um deles recebeu um cheque de 350 dólares e irão receber diárias de 50 dólares, enquanto o Governo Americano mantiver a ordem de evacuação da zona crítica.

Jan Carlos e Erky ainda teriam uma outra boa notícia no escritório da ANI. Eles ganhariam uma carta de apresentação para serem admitidos como *flagelados* no Mundo do Chocolate Hersheys, um gigantesco parque de diversão que está sendo usado como refúgio das mulheres grávidas e das crianças em idade pré-escolar.

Já instalado no Mundo do Chocolate Hersheys, onde recebeu três camas de solteiro e seis caixotes de papelão para montar a sua nova casa dentro de um ginásio-dormitório, Jan Carlos, há 25 anos nos Estados Unidos, contaria como conseguiu desfrutar um *good-time* num ambiente de tragédia atômica.

— Você pensa que foi fácil? Você se engana. Eu estou há 25 anos na América e já conheço bem americano. Só ganhei os cheques porque quase me agarrei com um deles lá dentro. Ele não queria me pagar porque eu moro fora dos 8 quilômetros. Mas aí eu disse: e daí, moro fora mas agora estou aqui dentro, e a mulher também, estamos todos contaminados igual... Mas como ele não queria pagar mesmo, eu comecei a ofender todo mundo, e disse que não iria sair nunca mais lá de dentro, que eles são todos uns criminosos, que a usina é uma bandida, uma fábrica de aleijados, e aí minha mulher também teve uma crise, e ameaçou abortar o filho ali mesmo, e corria gente para um lado e para o outro. Num segundo pagaram o cheque...

Jan Carlos sorri, toma fôlego e continua:

— Como eu estava dizendo, americano é assim, quando eles estão com a consciência suja eles aceitam que você infirize a vida deles. Mas cuidado, eles são perigosos, só admitem um desaforo se antes te fizeram uns 50 mais ou menos.

Desde o dia 28, os médicos do Centro de Saúde Hamilton atenderam mais de 500 pessoas que se diziam vítimas da central nuclear Three Mile Island. Era meio-dia quando encontrei o fazendeiro Grubber, o 25º da fila do hospital, e ele sentia dores de cabeça e agonia.

De minuto a minuto, pega o espelinho para olhar a garganta. Abre bem a boca, põe a língua para fora, olha rápido, num segundo, e se queixa que está sentindo uma ardência estranha. Ele parece pessimista e pela terceira vez nesta manhã quer que eu o examine.

— Sim, está um pouco vermelha, *mister* — eu disse.

— Então é câncer!

Sou o 26º da fila do hospital. Faz 12 horas que eu cheguei em Harrisburg, período em que fui contaminado com 20 *millirem* de radioatividade, segundo um enfermeiro do Hamilton. Ainda não sei como meu corpo vai reagir. Agora não senti nada de anormal, mas o 25º e as pessoas que estão aqui esperando o médico, me convenceram de que também sou vítima do acidente atômico.

*Um *millirem* é a milésima parte de um rem, unidade que determina o poder ionizador da radiação. Embora não exista um nível absoluto de radiação tolerável pelo homem, os padrões internacionais determinam que o índice de segurança é de 5 *millirem* por ano, para um organismo normal. A partir de 5 *millirem* por ano, o sangue já começa a sofrer alterações.



— Agora você está bem, mas amanhã pode acordar com a boca torta, ou aleijado das pernas. E aí, você se mataria? (pergunta o 12º).

— Isso é praça de algum japonês de Hiroshima! (Opinião do 20º).

— Se você tem um mínimo de dignidade, nunca mais faça filho (Conselho do 25º).

As telefonistas do hospital estão recebendo 30 telefonemas por horas, a maioria de mulheres grávidas que querem abortar. E veríamos que índices semelhantes eram registrados em todos os centros de saúde especializados em abortos.

Os médicos de Hamilton, entretanto, dizem que não encontram ninguém com sintoma de doença radioativa na cidade. Inclusive estão se negando a examinar as pessoas porque, conforme explicou o doutor Clayton ao 25º, o problema é de hipertensão e paranoia.

Médico — O senhor de novo aqui, seu Grubber!

Grubber — Estou mal, a radiação está me matando, doutor.

Médico — Mas eu já lhe disse que o senhor não tem nada, que a radiação não tem culpa nenhuma.

Grubber — Mas como não? Antes eu não tinha nada, e agora estou morrendo.

Médico — Calma, seu Grubber, eu sei, é a quinta vez que o senhor me diz isso, procure se acalmar, quem sabe umas férias...

O fazendeiro Harrys Grubber saiu irritado do hospital e decidido a continuar fugindo de Harrisburg. Continuar fugindo porque há três dias a sua família está evacuando. A mulher saiu da cidade dia 29, a filha partiu ontem e os dois filhos, Ted e Joseph, talvez já não estejam mais na fazenda.

Ele só não fugiu de manhã cedo porque tem problemas familiares a resolver. Basicamente o que existe é um conflito com Ted, 16 anos, estudante e guitarrista, e com Joseph, filho mais velho, 22 anos, o gerente da fazenda, que quer estudar em Nova Iorque.

A desavença começou no dia 29, quando a televisão avisou que o acidente da usina — a fazenda está a 300 metros de Three Mile Island — estava se tornando cada vez mais grave. A família jantava. E depois de ouvirem a notícia, decidiram bolar um plano para fugir.

Todos apresentaram suas sugestões e a de Joseph — a operação emergência — foi aprovada por votação, e deverá ser executada em três etapas. Mas Harrys, porém, discorda de alguns aspectos do plano e acusa o filho de querer destruir a sétima geração dos Grubbers.

Os alemães Grubber chegaram no condado de Middletown 220 anos antes da usina ser construída. Assim como outros migrantes germânicos, se estabeleceram à margem do Rio Susqueahamã e se tornaram prósperos produtores de leite e de ovos (produção de 80 mil dúzias diárias).

Embora tenha assimilado o estilo da fazenda americana, os Grubbers são diferentes do tradicional cowboy do Oeste. Como todos os vaqueiros que vivem em torno da central nuclear, eles não usam armas, nem cavalos. Os homens usam automóveis, calculadoras eletrônicas e as mulheres cozinham com eletrodomésticos, lavam roupa com máquinas automáticas.

O que Harrys chama de sétima geração dos Grubbers é uma família de cinco pessoas, com oito carros, quatro cachorros e uma fazenda mecanizada que valia 1 bilhão de dólares antes de acontecer o acidente de Three Mile Island. "Mas agora" — ele firma — "estamos arruinados".

A primeira parte do plano de Joseph — ele acreditar na sobrevivência dos Grubbers — é a retirada de todo o dinheiro do banco e a evacuação das mulheres (a mãe Valentina e a irmã Bety) e dos animais de estimação.

A fase seguinte é incendiar todas as roupas e objetos contaminados, vender as 500 cabeças de gado, 58 mil galinhas e, por um preço que pode variar em função do acidente, os 400 acres de terra da fazenda. E a terceira e última etapa, e que gerou a briga, é a seguinte, nos termos de Joseph:

Os homens ficam na fazenda até tudo ser vendido e depois vão para a casa do tio Henry, ao encontro das mulheres. E se o acidente permitir, todos voltam, menos ele, Joseph, que, como está combinado há um ano, vai para Nova Iorque.

Harrys concorda que os homens fiquem na fazenda para vender os animais e acha que é uma decisão elogiável do filho, porque o gado também está condenado ao câncer e precisa ser vendido depressa. Mas Harrys não admite que o gerente Joseph vá para Nova Iorque, porque é responsável por um cargo da fazenda: "Isso é covardia, é medo da usina. Um verdadeiro Grubber morre aqui, jamais abandona a gerência".

A opinião de Joseph sobre o conflito é que seu pai está aproveitando o acidente atômico para fazer chantagem contra ele. Desde o começo do ano, segundo Joseph, estava decidido que a sua saída de casa seria no fim de março. Embora discutissem sobre o valor da mesada, só no dia 2, quando Harrys voltou do médico, entretanto, as posições se radicalizaram. E surgiria Ted como terceiro personagem na confusão.

Durante o desenrolar da briga, Ted evitou dar opinião porque achava que ambos tinham razão. Mas hoje decidiu interferir e afirma que de forma alguma sairá de Middletown, porque ele é o baixo dos Assassinos, o melhor grupo de rock do condado.

— Nós já perdemos o nosso base e talvez o baterista

também tenha que evacuar junto com a família. Mas eu não vou, nem se o pai me der um amplificador de presente.

O problema familiar dos Grubbers seria resolvido depois das 16h, quando veio a notícia de que a bolha de hidrogênio começava a diminuir de tamanho, e o perigo da catástrofe havia passado. Meio emocionado, Harrys aceitaria a viagem do filho. Mas exigiu algumas promessas. Uma delas é que Joseph, depois de concluir o curso de engenharia nuclear, terá que voltar a Harrisburg e tentar trabalhar em Three Mile Island.

— Papai me fez jurar. Ele quer que eu conspire para fechar essa usina.

Entre os 15 trabalhadores da Metropolitan Edison que sofreram superexposição de radioatividade no dia 2, apenas o nuke Peter Paul Velez foi aplaudido ao sair da Three Mile Island. Ele havia absorvido o recorde de quatro rem de irradiação. E, emocionado pelos aplausos dos colegas, pensou em fazer um discurso. Mas diz que os olhos se encheram de lágrimas e tudo o que conseguiu falar foram três palavras:

— Estou relax pessoal.

A cabado o discurso, o grupo de 30 colegas veio cumprimentá-lo. Ele se sentiu orgulhoso. Mas ao mesmo tempo percebeu que seus companheiros estavam preocupados com sua condição, pois até os mais íntimos — que habitualmente apertam sua mão e lhe dão um tapinha no ombro — se mantiveram afastados.

— O único que veio perto e meu deu um abraço forte foi o Outran, que também está contaminado, entende?

Na hora do abraço de Outran, o pessoal o aplaudiria de novo. Mas Velez desta vez não gostou. Percebeu que a turma começava a se divertir com ele. Por isso, quando ouviu alguém chamá-lo de *millirem*, não gostou do apelido e começou a agredir o pessoal que ria. Outran teve que segurá-lo, pedir calma. Ai ele baixou a cabeça e foi embora. Eram 19h do dia 2.

Como todos os 600 nukes da *Met Ed* — este é o apelido da firma entre os empregados — Velez trabalha 12 horas por dia, durante os sete dias da semana e jamais se queixa do cansaço. Mesmo nesta fase tumultuada pelo acidente — em que trabalhou uma média de 18 horas diárias — diz que não sentiu qualquer sintoma de exaustão. Ao contrário, quando soube que alguém receberia a missão quase suicida de tentar remover a bolha de hidrogênio, ele procurou o chefe e se candidatou para fazer hora extra.

— Quero trabalhar hoje durante as 24 horas. E se precisarem, trabalho mais, muito mais...

Também todo nuke, Velez adora seu emprego e seus colegas. Considera a *Met Ed* a melhor firma do mundo, acredita que seus patrões nunca mentem e aceita, com religiosa convicção, que a usina nuclear é segura e que os homens podem controlá-la. Ele sabia do perigo do dia 2, mas um nuke não tem medo de acidente nuclear.

— Aviões caem, automóveis colidem e usinas atômicas explodem, qual é o problema?

A função de Velez na usina de Three Mile Island é a de técnico em proteção radioativa, trabalho pelo qual ganha 14 mil dólares anuais. Para executar a perigosa tarefa do dia 2, ele ganhará um extra de dois dólares por hora e dezenas de votos de confiança do pessoal que ficará assistindo de fora.

Ele sabia, antes de começar o trabalho, que iria operar junto à sala do reator, onde está a bolha de hidrogênio e que ali seria exposto aos perigos da alta temperatura interna do aparelho, que atingiria até 360 graus centígrados e ameaçava derreter e expelir doses elevadíssimas de radiação.

O nível de radioatividade na sala do reator é de 30 mil *millirem* quando ele começa o trabalho, o que significa que se houver um acidente com Velez ele morrerá numa fração de 30 segundos. Porém, ele confia na roupa especial — uma espécie de plástico transparente e anti-radiativo que protege todo o seu corpo.

Ele está seguro, otimista, embora Outran, que hoje também trabalhará perto do reator, esteja fazendo o sinal do dedo indicador, que no código particular da dupla significa um rem de radioatividade.

A partir deste momento a Comissão Reguladora Nuclear deu ordem aos operadores para trabalharem num sistema de revezamento, para evitar a superexposição, uma ordem "desnecessária", segundo Velez, que preferia ficar o tempo integral assistindo aos acontecimentos.

A temperatura do reator continuava subindo e, segundo os cientistas, alguém precisaria abrir uma válvula do pressurizador, única forma de fazer a água circular e refrigerar o sistema primário.

Uma missão para um herói, sem dúvida.

Para chegar até a válvula o herói teria que atravessar por uma zona de alta radioatividade e com muitas canalizações. O assoalho estava úmido e com algumas poças de água contaminada de elementos radioativos, e por isso teria que andar lentamente, com cuidado, para não rasgar a roupa protetora.

Foi a primeira decepção de Velez.

Ele estava certo que seria o escolhido para a missão, pois não imaginava que Outran também iria se candidatar. Era meio-dia quando os dois se apresentaram como voluntários. Alguns minutos antes, Velez havia telefonado para a esposa e disse-lhe que pegasse os dois filhos e fosse para a casa da sogra, em Nova Jersey.

— A mulher queria saber o motivo da decisão re-

pentina, mas como eu disse que era por razões profissionais (e um nuke nunca dá muitas explicações), ela não insistiu muito ("e se insistisse eu desligaria o telefone") e partiu.

Na verdade, Velez havia combinado tudo com a mulher antes de sair de casa. Ele diz que optaram pela viagem porque a cidade estava vivendo um clima desagradável de histeria, "provocado pelo excesso de informação da imprensa".

A dupla Velez e Outran começou a trabalhar às 7h e quando se apresentou como voluntária para abrir a válvula, cada um tinha sido exposto a um dedo indicador (dois rem) de radiação. Mas pela natureza da função individual de Velez ele foi escolhido como o protetor de Outran, que iria então executar a tarefa.

— Antes dele chegar na válvula eu percebi que ele estava em perigo. Fiz o sinal com o dedo médio (três rem, segundo o critério particular da dupla), mas ele criou coragem e foi em frente. No caminho de volta, depois de ter aberto a válvula, ameaçou rasgar a máscara de proteção, pois sentia falta de ar, mas resistiu e veio e caiu nos meus braços.

Imediatamente após a bem sucedida missão da dupla, Velez teria a segunda decepção no dia 2. Alguém veio lhe dar a ordem de tirar a roupa anti-radioativa, pois ele recebera uma superexposição, tanto quanto Outran, e que inclusive dois novos funcionários — Herman e Big George — já estavam prontos para assumir o lugar deles.

Mas Velez pediu para ficar mais um pouco. Eram 14h e ele queria completar as 12 horas regulares, insistiu, mas não adiantou. Big George já estava ali, mexendo em botões que eram seus, acendendo luzes, puxando alavancas. Por alguns segundos Velez confessou que sentiu ódio e ciúmes de Big George, um robô amarelo, com listas verdes, de três anos de idade.

— Eu estava com tudo para ser um herói de verde. Se não fosse aquele robô, hoje eu me sentiria um homem realizado.

Velez mora num parque colonial, a 500 metros da Rota 81, num lugar típico de classe média americana: casas de dois andares, bem distantes umas das outras, pátios sem muros, com *casinhas* de cachorros enormes, um lugar que para um brasileiro lembra a cidade das revistas infantis do Bolinha.

Era quase meia-noite quando chegamos à casa de Velez. Depois de tocarmos duas vezes a campainha, percebemos que alguém nos observava pelo olho mágico. De repente o visor de porta se abriu e ele apareceu, com um capacete branco na cabeça.

Antes de nos convidar para entrar, pediu desculpas à fotógrafa Avani Stein porque estava nu, e teria que procurar o seu roupão. Em seguida voltaria, agora vestido e meio nervoso, pois não encontrava a chave, que estava na fechadura. Depois que a localizou, abriu a porta e mandou que ficássemos descalços.

— Ponham os calçados aqui no lado de minha roupa, por favor.

A roupa de Velez, que estava no chão, ao lado da porta de entrada, era o seu fardamento de trabalho: calça de brim azul, camisa de pelúcia listada, botas, colete de nylon, uma carteira de identificação da *Met Ed* e oito pacotes de cigarros.

Eu lhe perguntei porque tinha cigarros em estoque, mas ele se negou a responder. Me olhou da cabeça aos pés e disse que não me daria entrevista porque achava um absurdo a maneira como eu estava interferindo na intimidade da sua família.

Durante as três horas que ficamos juntos, porém, ele não me deu sequer uma chance de pedir desculpas e ir embora. Falaria o tempo todo sem parar.

Sem nada lhe perguntar durante mais de uma hora, Velez contaria toda a história da sua vida: "Nasci no Brooklyn, perdi a mãe quando criança, como o presidente Carter eu também era da Marinha, não fiz faculdade nenhuma, sou feliz, amo minha mulher, meus filhos, gosto de Henry (o seu cachorro pastor alemão), de gozar os prazeres de ter uma casa própria".

Também ao longo de uma hora ou mais ele falaria exclusivamente sobre câncer. Basicamente defendeu a teoria de que é preciso querer absorver o câncer, porque assim — "a lei de Newton explica" — o corpo ganhará força para repelir o vírus cancerígeno... E justificou a razão de ele estar fumando três carteiras de cigarros durante as poucas horas que fica em casa.

— Todos dizem que cigarro dá câncer. Então resolvi fumar, fumar... Usina atômica dá câncer? Então vamos trabalhar, trabalhar... e se amanhã eu descobrir que pão dá tumor na cabeça, vou comer pão noite e dia.

Ele falava das suas férias de 1958 em Miami, quando de repente interrompeu a conversa, levantou do sofá e disse que queria nos apresentar o Henry, segundo Velez, um cachorro feroz, que adora comer vegetais e que hoje está dormindo na cozinha.

Ele foi até a cozinha e, logo depois de ter entrado lá, deu um grito:

— Incrível, venham ver...

Imaginei que alguma coisa de grave tivesse acontecido com Henry e fui rápido à cozinha. Velez estava ao lado do fogão e apontava para baixo da mesa:

— Olha aí o que aconteceu. Eu pensava que ele estivesse aqui, mas só agora lembrei que o Henry está a uma semana na casa do meu vizinho.

Ele achou graça, riu durante alguns segundos e eu aproveitei para perguntar se ele gostou de ontem, dia 2. Ele pensou, ficou calado um bom tempo e nos acompanhou até a porta. Estávamos saindo quando ele me puxou pelo braço:

— O dia 2 foi um dia como outro qualquer.

**Mais do
que nunca
é preciso
pensar.**

AMFLA



**Arme-se.
Use a cabeça.**

Leia e assine
cooJORNAL

A silenciosa polêmica da TV por cabos

Um projeto piloto já foi feito para o Rio Grande do Sul. Mas o Ministério das Comunicações vetou

O Ministério das Comunicações retém há quatro anos em Brasília um projeto que pode renovar profundamente a televisão brasileira.

O projeto já mudou de nome algumas vezes e, atualmente, chama-se Código Postal e de Telecomunicações. O seu capítulo mais discutido é o que trata da introdução da televisão por cabos no Brasil, o que permitiria o surgimento de centenas de pequenas comunidades televisivas em todo o país. Além disso, haveria uma variedade de programação muito maior do que a atual, e cada telespectador, poderia emitir sua própria mensagem, estabelecendo reciprocidade no processo de comunicação.

Desde 1974, um grupo de professores e estudantes gaúchos se empenhou na introdução no Brasil da televisão por cabos, já largamente adotada nos Estados Unidos e parte da Europa. Reunidos na Associação de Promoção da Cultura, APC, eles perceberam desde o início que grandes interesses comerciais giravam, silenciosamente, em torno da questão.

A Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul fizeram inclusive um projeto piloto para implantar o novo sistema numa comunidade típica do Rio Grande do Sul — em Venâncio Aires, com 30 mil habitantes. O engenheiro Homero Simon, responsável pelo estudo, assegura que havia condições de desenvolver tecnologia nacional a partir das próprias universidades, para implantação do sistema. No entanto, a iniciativa foi bloqueada. O assunto permaneceu em silêncio todos estes anos, a não ser pelas denúncias da APC, acolhidas em 1975 apenas pelo *Jornal do Brasil*.

A principal questão é como introduzir no país um sistema de comunicação inteiramente novo. A televisão por cabos depende de assinantes — as imagens são transmitidas por fio e não pelo ar — e o usuário paga todo mês uma conta semelhante à do telefone, proporcional ao uso do aparelho.

O sistema pode ser explorado pelo Estado ou por companhias particulares. Estas podem dominar monopolicamente o mercado nacional de cabodifusão, ou podem ter âmbito apenas local e contar com a participação do público. O fato do telespectador pagar pelo uso do aparelho significa que a programação vai levar em conta as suas preferências em grau maior que a TV convencional. Mas até que ponto o conteúdo da programação vai depender dos usuários ou, pelo contrário, dos anunciantes? Além disso, a maior parte da população brasileira não tem condições de pagar uma conta de televisão expressiva. Como poderia então o público influir sobre o novo meio de comunicação?

Estas interrogações devem ser respondidas na regulamentação da televisão por cabos. A questão não é simples. "É

preciso que haja um amplo debate público do assunto", diz o engenheiro Homero Simon, ex-presidente da APC.

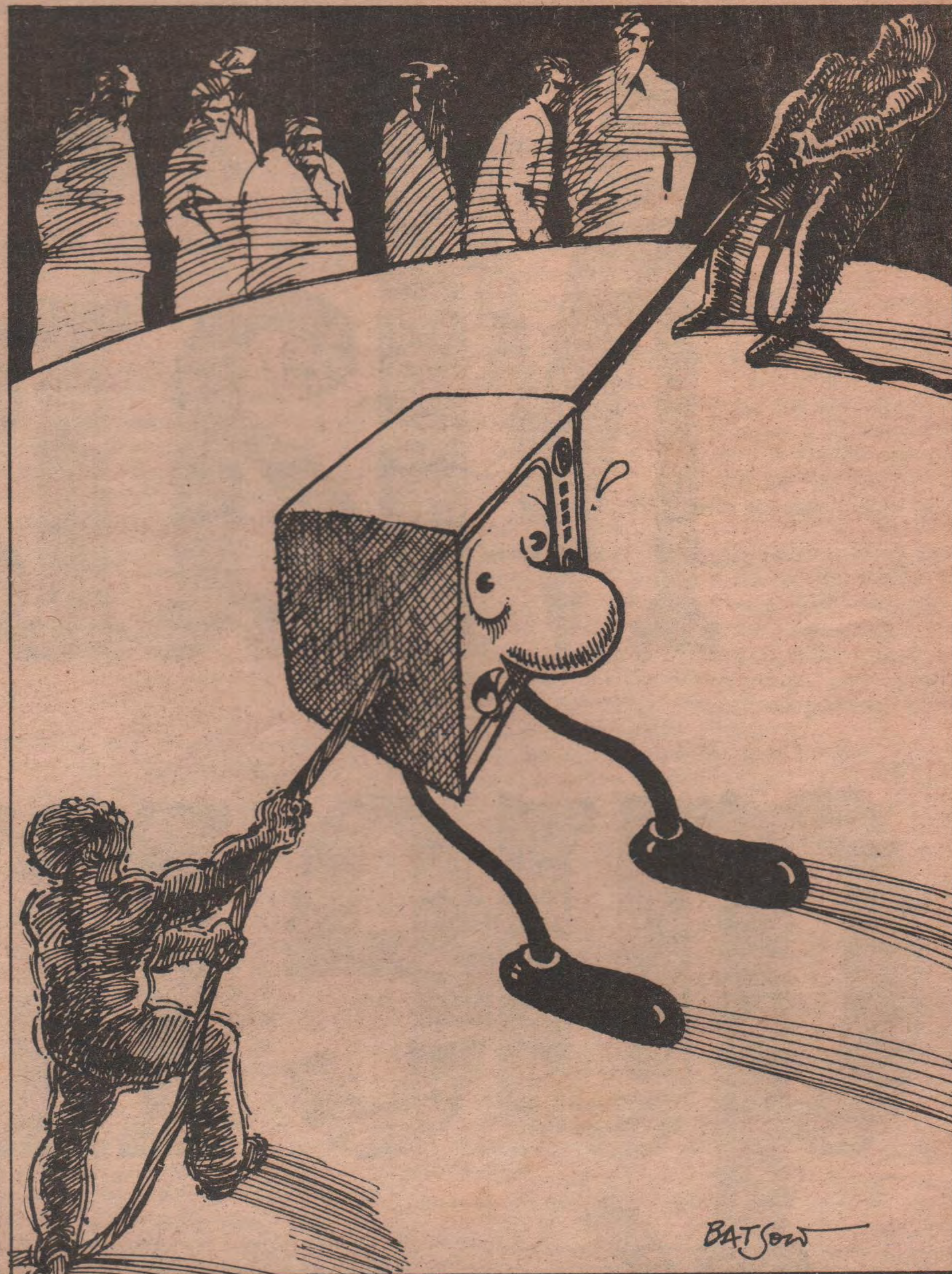
A ORIGEM, HÁ MAIS DE DEZ ANOS

A C.A.T.V. — Community Antenna Television, ou simplesmente cable TV é uma espécie de circuito fechado de televisão, que pode abranger tanto um edifício como um bairro ou uma cidade.

Ela surgiu primeiro nos Estados Unidos, como uma solução para problemas estritamente técnicos. A TV convencional é transmitida por ondas elétricas que caminham sempre em linha reta, criando zonas de sombra onde os sinais chegam fracos ou simplesmente não são recebidos. Nas zonas montanhosas do país, onde as dificuldades de transmissão eram maiores, os norte-americanos resolveram enviar os sinais de TV por cabos subterrâneos, semelhantes aos da rede telefônica, a partir de uma grande antena coletiva instalada numa elevação do terreno.

O sistema deu bom resultado, e acabou se espalhando pelas grandes cidades, onde as imagens também eram mal recebidas nos arranha-céus. Uma vez instalada a *community antenna*, as imagens iam por fio para cada espectador. Só que, com o tempo, se descobriu que estas instalações serviam não apenas para melhorar a qualidade das imagens, mas também para divulgar programas próprios, diferentes dos captados pela antena coletiva.

Já no início da década de 70, grande número de empresas e organizações norte-americanas — inclusive algumas as-



sociações de consumidores — obtinham licença para fazer transmissões para uma cidade ou bairro. Hoje, cerca de 40% dos aparelhos de televisão norte-americanos estão instalados pelo sistema de cabos, tanto no campo, como na cidade. Com o tempo, a antena coletiva ganhou penetração também no Canadá e vários países europeus.

RECUPERANDO A COMUNIDADE

A rede de cabodifusão pode ser instalada subterraneamente ou através de

Preocupação: evitar o monopólio

O projeto tem sido discutido no âmbito militar e em áreas onde há preocupação com o monopólio das grandes cadeias de TV. Já em 1975, o coronel José Maria Nogueira Ramos, engenheiro de telecomunicações, publicou alguns artigos sobre o assunto na revista *A Defesa Nacional*. Ele tinha uma proposta de seis pontos para a adoção da TV por cabos no Brasil:

- 1) Evitar a propriedade e controle dos sistemas de cabodifusão pela mesma empresa ou grupo econômico em todo o País;
- 2) Estabelecer um número máximo de assinantes da mesma empresa, em escala nacional;
- 3) Exigir um mínimo de padronização técnica que permita a interconexão futura de todos os sistemas;
- 4) Permitir a criação de múltiplas empresas mistas a nível Federal e Estadual, com a participação de universidades e associações culturais;
- 5) Reservar canais para a Educação;
- 6) Permitir às pequenas empresas a criação de estúdios para difusão de programas próprios e possibilitar no futuro a TV comunitária, nos bairros das grandes cidades ou nos pequenos centros urbanos.

IMPORTÂNCIA MILITAR E ESTRATÉGICA

A importância política e estratégica das comunicações é bem fácil de perceber no mundo de hoje. Os Estados Unidos, por exemplo detém o controle das comunicações internacionais via satélite, através de dois instrumentos: a Comsat (Communications Satellite Corporation) e a Intelsat (International Communications Satellite Consortium).

A Comsat foi criada em 1963, pelo Ministério da Defesa em associação com as grandes empresas do ramo, para funcionar no âmbito nacional.

A Intelsat é um consórcio internacional criado com a inspiração da Comsat norte-americana, que detém nada menos que 61% das ações. Os outros acionistas mais importantes são a Inglaterra (8,4%), a França (6,1%) e Alemanha (6,1%).

O Brasil, filiado ao consórcio com outras dezenas de países em desenvolvimento, não possui, como eles, nenhum representante na Intelsat. Para isso seria preciso deter, individualmente, pelo menos 1,5% das ações.

Nesta estrutura, a Comsat domina a Intelsat, que domina as comunicações internacionais. Mas é igualmente importante o fato de que a Comsat é ligada ao Ministério da Defesa dos Estados Unidos. Já no fim da década de 50 — em termos de paz, portanto — um militar norte-americano admitia que "acima de 50% da produção de toda a indústria eletrônica está atualmente comprometida com realizações militares" (1).

Na verdade, os militares norte-americanos ganharam uma influência ainda maior sobre o setor de telecomunicações do seu país no ano de 1963, quando além da Comsat foi criado — sob o comando do Ministério da Defesa — o Sistema Nacional de Comunicações.

(1) "O Império Norte-Americano das Comunicações", Herbert Schiller, ed Vozes, 1976.

postes, como a eletricidade comum. Dentro de uma comunidade, com algumas centenas ou milhares de aparelhos — que também recebem, naturalmente, a programação da TV convencional — poderão ser debatidos permanentemente os problemas locais, além da apresentação de programas musicais e culturais feitos para consumo interno.

Dos 20 ou 40 circuitos (canais) que pode conter cada cabo, um ou dois poderão ter via dupla. Assim, o próprio espectador emitirá sinais da sua casa (sim ou não, por exemplo) para o centro local de televisão (1).

A Associação de Promoção de Cultura fez um estudo sistemático, levando em conta as características particulares do Rio Grande do Sul. Seus integrantes chegaram à conclusão de que a TV por cabos apresenta cinco vantagens em relação à TV convencional:

- A qualidade é superior. No caso gaúcho, será preciso usar torres de microondas para transportar as imagens a distâncias médias. Ao chegar à "cabeça" da cabodifusão, elas são amplificadas. As imagens terão alta qualidade no aparelho de TV do consumidor, e poderão chegar às pequenas comunidades das zonas mais afastadas do interior.

- Sua transmissão é de baixo custo. Investimentos de peso só serão necessários na fase da instalação dos cabos.

- O campo receptor é perfeitamente delimitado, ao contrário da TV convencional. É possível uma relação quase pessoal com o telespectador, o que tem grande interesse para o anunciante.

- O sistema permite uma relação recíproca entre o emissor e o receptor, que passa a ter um papel ativo no processo de comunicação.

Para a APC, a pesquisa tecnológica visando à implantação da C.A.T.V. no Rio Grande do Sul deveria ficar a cargo das Universidades e Escolas Técnicas. A televisão por cabos permite toda uma descentralização da cultura.

"A produção de programas não será mais tão massificante, com os grandes centros como Rio e São Paulo produzindo para o Brasil inteiro. Agora as cidades do interior desenvolverão seus próprios valores". Esta idéia, formulada há quatro anos num documento da APC, toca o ponto mais sensível do sistema de comunicação brasileiro.

A nossa vida social e cultural foi

profundamente transformada pela aparição da TV. Em 1954, o Brasil tinha 120 mil aparelhos. Hoje, há quase 12 milhões — um para cada dez habitantes — e o número duplicou nos últimos nove anos. O caso da cidade de Ibitinga, no interior de São Paulo, é bem ilustrativo deste processo.

Nesta cidade, de acordo com uma pesquisa, a partir da metade dos anos 60 os grupos de teatro locais desapareceram, as duas bandas de música deixaram de funcionar, o carnaval de rua foi substituído pelo carnaval de televisão, considerado *muito melhor* , e até a consciência ecológica só chegou a Ibitinga via Rede Globo (2). A velha tradição das quermesses, típica das cidades pequenas, foi interrompida. Hoje as pessoas se orgulham de vestir-se segundo a moda carioca e compram sabão em pó no supermercado, obedecendo aos comerciais, em vez de fazer o seu próprio sabão em casa, como há quinze anos.

A televisão por cabos possibilitaria o surgimento de uma nova tendência, capaz de recuperar os valores próprios de cada bairro ou cidade sem cair na in-
comunicação.

"NOS PRÓXIMOS DIAS"

Em 1975, o Governo Federal tinha pronta a maior parte dos estudos para a implantação da televisão por cabos no Brasil. A empresa alemã Bosch se preparava para a fabricação no país dos equipamentos eletrônicos. O projeto seria posto em prática num prazo de três anos, sob a coordenação pessoal do major Jorge Pequeno Vieira, secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Havia planos concretos para a exploração comercial do sistema em Campinas, Rio de Janeiro, São José dos Campos e São Bernardo, além de Porto Alegre.

No Rio Grande do Sul, o então superintendente dos Diários e Emissoras Associados, Nelson Vacari, era o principal interessado na articulação. Ela deveria ser encaminhada silenciosamente e evitar toda controvérsia pública e aten-

Empresas querem mudar as normas atuais que dão às universidades prioridade na TV por cabos



Simon: "É preciso um debate nacional"

dendo apenas aos interesses comerciais de grandes grupos. Mas a 19 de maio de 75, depois de uma investigação de três meses, a APC decidiu denunciar a maneira como o assunto estava sendo conduzido.

Através do seu presidente Homero Simon, a entidade revelou que o Governo havia deixado sem resposta várias proposições e estudos da PUC e da UFRGS sobre a implantação da televisão por cabos. Enquanto isso, o Ministério das Comunicações negava autorização para que a UFRGS criasse o projeto piloto de TV por cabos em Venâncio Aires.

Ao marginalizar as universidades, o Ministério alegou em ofício dirigido ao então reitor Ivo Wolf, da UFRGS, que "já havia entidades particulares interessadas no assunto", esquecendo que o **Código de Telecomunicações em vigor estabelece prioridade total à Universidade na disputa de concorrência com entidades privadas.** "Na verdade — diz a APC — as empresas multinacionais queriam que o assunto fosse decidido sigilosamente, para tomarem conta da cabodifusão".

Pouco depois, o *Jornal do Brasil* criticava, em editorial titulado *TV Congelada*, o segredo e a demora com que era preparado o Código de Telecomunicações. O almirante Adalberto de Barros Nunes, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), retrucou que tudo não passava de intriga, desmentindo que a ABERT estivesse "sob o controle de um monopólio".

Em junho de 1975, o ministro Quandt de Oliveira, das Comunicações, afirmava que "nos próximos dias" a regulamentação da TV por cabos estaria pronta, e que ela poderia ser explorada por empresas privadas.

Mas na primeira semana de julho, para surpresa de muitos, o major Jorge Pequeno Vieira foi afastado da Secretaria de Radiodifusão do Ministério. Ele era o principal articulador do projeto que beneficiaria os grandes grupos privados. Neste momento, a implantação da TV por cabos sofria um golpe do qual não se recuperou até hoje.

A última tentativa do ex-ministro, Quandt de Oliveira, foi feita em maio de 1978, quando enviou ao congresso um projeto de Código Postal e de Telecomunicações, com a devida exposição de motivos. O projeto foi para a Presidência da República, sofreu alterações e acabou voltando ao Ministério, onde ainda se encontra. O novo ministro, coronel Haroldo de Mattos, está estudando detidamente o texto e pretende fazer suas próprias sugestões.

A parte mais discutida do futuro Código é a referente à televisão por cabos. A Rede Globo e a Rede Brasil Sul (RBS) estão entre os principais interessados no novo campo, e já conseguiram várias alterações nos originais do projeto.

Atualmente, o item destinado à cabodifusão estabelece que o serviço será distribuído a assinantes, mediante uma tarifa estipulada pelo Ministério. A atividade será explorada pela União, por órgãos da Administração Pública ou — através de concessão — poderá ser entregue a empresas por cotas de responsabilidade limitada ou por ações. Cada concessão terá vigência de 15 anos, renovável, e as imagens da televisão convencional serão obrigatoriamente transmitidas por todas as redes de cabos.

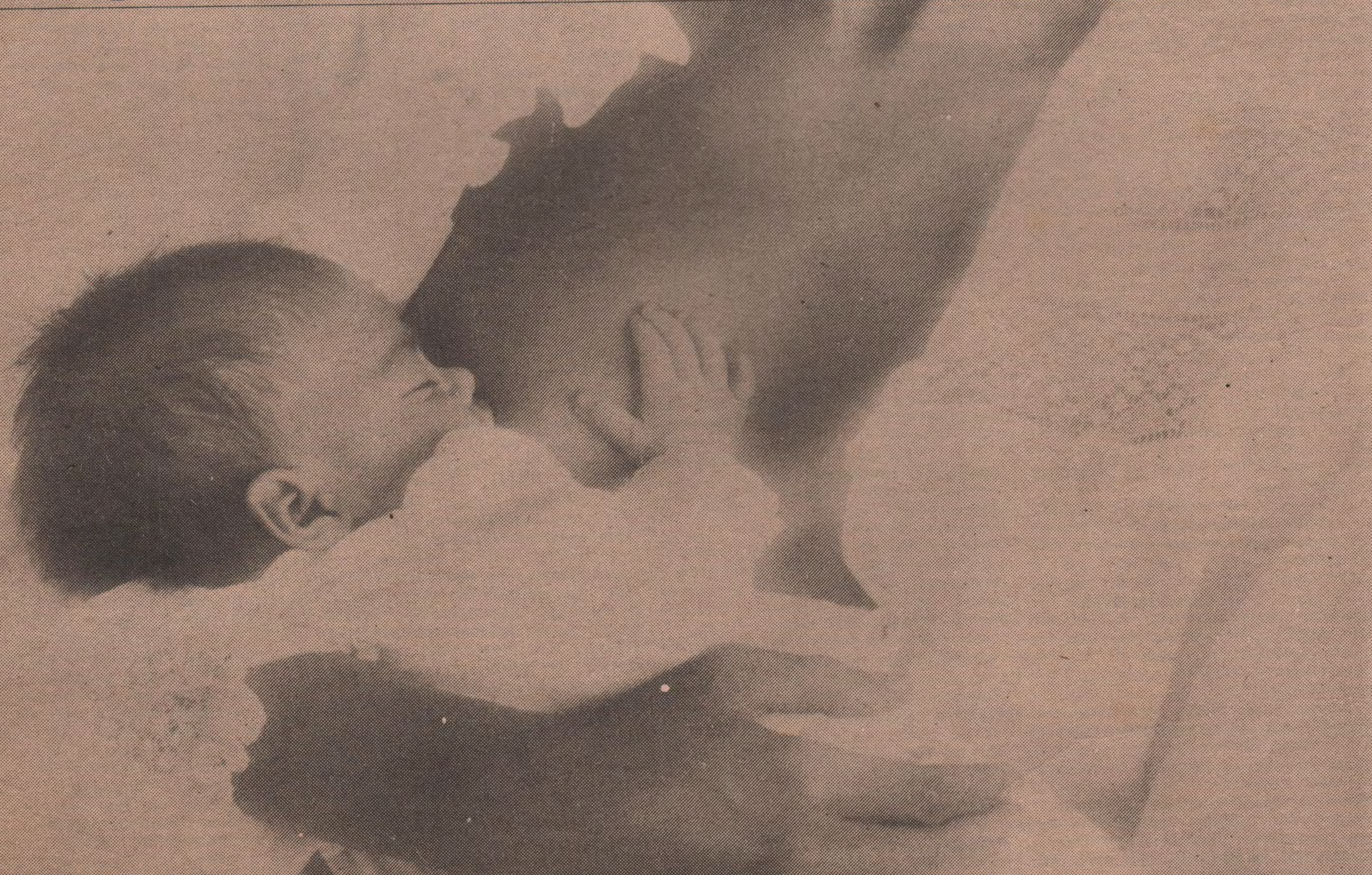
Quanto tempo ficará o anteprojeto esquecido nas gavetas do Ministério? É difícil saber. Mas por seu caráter comunitário e descentralizante, a televisão por cabos pode vir até a fazer parte ativa, a médio prazo, do processo de democratização brasileiro.

Para o engenheiro Homero Simon, por exemplo, deve haver desde já um amplo debate público do Código de Telecomunicações. Ele sugere ainda a criação de um Sistema Nacional de Radiodifusão onde a comunidade esteja autenticamente representada, "para dar à radiodifusão o sentido social que ela precisa ter".

(1) "O poder da Informação", Jean-Louis Servan Schreiber, publicações Europa-América, Lisboa, 1972.

(2) Coojornal, número de novembro de 1978.

Não é por acaso que o leite materno nasce pertinho do coração.



Amamente seu filho.

Sociedade Brasileira de Pediatria

Nestlé

ESTUDOS SOBRE POLÍTICA

Os estudos políticos no Brasil estiveram, virtualmente, afastados da prática durante quase dez anos, a partir de 1964. A política partidária era apenas uma via pela qual o regime autoritário buscava legitimar-se e isso desencorajava a participação em todos os níveis, da militância ao trabalho acadêmico de interpretação e análise dos processos políticos eleitorais.

Mas a vitória maciça do partido da Oposição, em 1974 (uma vitória que surpreendeu aos próprios vencedores) deu nova feição ao quadro político nacional e com ela vieram à tona os primeiros trabalhos, cujas premissas já amadureciam em alguns centros acadêmicos.

Em 1975, é publicada a coletânea de estudos eleitorais **Os Partidos e as Eleições no Brasil**, que representa uma confluência de experiências de três centros de estudos sócio-políticos: da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrap).

Esta coletânea apresenta, entre outros, três estudos típicos de geografia eleitoral, de autoria do gaúcho Hêlgio Trindade e dos paulistas Bolívar Lamounier e Vilmar Faria. Em **Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974)**, Hêlgio Trindade atualiza seus estudos anteriores sobre a regionalização política do Rio Grande e apresenta ainda uma análise da distribuição dos votos no município de Porto Alegre, entre Arena e MDB.

Trata-se de um exercício de análise histórica da *geografia eleitoral* dos antigos partidos do RS, onde são identificadas regiões de dominação eleitoral de cada um, acompanhada a sua tendência evolutiva e mapeadas as principais transformações operadas sobre o universo político eleitoral do Estado, por via das alterações no quadro institucional que resultam no surgimento de Arena e MDB.

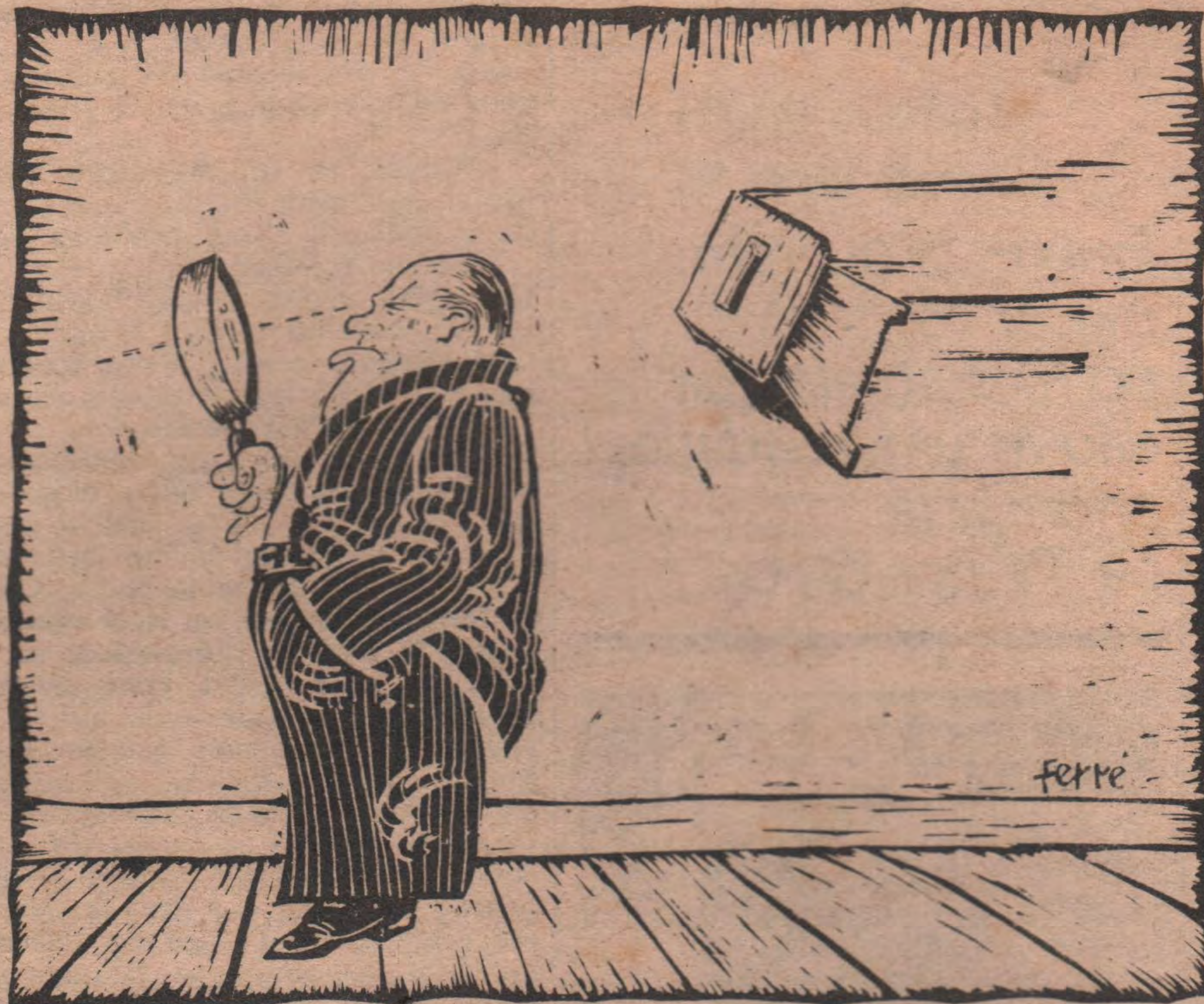
Também a distribuição do voto entre os diferentes bairros de Porto Alegre é acompanhada desde 1962 no estudo de Trindade, resultando na visualização de uma nítida tendência para a concentração do voto oposicionista nos bairros mais periféricos. O tratamento quantitativo é simples e acessível ao leitor não familiarizado com a análise estatística, embora adequado para a síntese descritiva das tendências de comportamento eleitoral, consistindo, fundamentalmente na elaboração de índices de dominação e das tendências do comportamento político-partidário dos eleitores.

O estudo de Bolívar Lamounier — **Comportamento Eleitoral em São Paulo, Passado e Presente** — combina um estudo sobre distribuição espacial do voto na cidade de São Paulo, em 1974, que evidencia o mesmo padrão de concentração do voto oposicionista na periferia urbana, detectado por Trindade em Porto Alegre com um inventário dos estudos eleitorais em São Paulo e o resultado de uma pesquisa por entrevistas realizada naquela cidade.

O texto de Vilmar Faria também fica ao nível da distribuição estadual do voto, propondo-se a investigar os fatores que determinam o voto nos municípios e regiões homogêneas do Estado de São Paulo. É o estudo mais sofisticado da coletânea aqui analisada, trabalhando com modelos de regressão múltipla que visam identificar as causas do sucesso eleitoral de um ou outro partido nas áreas estudadas.

As conclusões apresentadas pelos dois autores que analisam a geografia eleitoral de São Paulo são convergentes e desmentem a tese de que no Brasil o desenvolvimento econômico fosse condição necessária e suficiente para a legitimação do processo político institucional, ou seja, do regime. Citam os dois autores a paráfrase de Albert O. Hirschmann a este respeito, quando este autor compara a conjuntura política com um engarrafamento de automóveis dentro de um túnel.

Quando a fila da direita começa a se



mover, os motoristas à esquerda se entusiasma, na expectativa de que logo chegará a sua vez. Na medida, porém, em que se regulariza o tráfego da direita e a esquerda continua parada, a euforia se transforma em irritação. Na opinião dos autores, os resultados da eleição de 1974 refletiram este estado de espírito.

A parte mineira da coletânea está a cargo de Fábio Wanderley com **As Eleições em Minas Gerais**, que consiste na análise de um survey eleitoral (pesquisa por amostragem com aplicação de entrevistas à população) em Belo Horizonte em 1974. O aspecto teórico mais saliente na análise deste autor reside na contestação veemente de que o resultado eleitoral de 74 tivesse se apresentado como a expressão de um "comportamento errático" diante das urnas, resultando da desinformação e do alheamento político, especialmente das faixas mais jovens do eleitorado. Reis vê nos resultados maciçamente favoráveis à Oposição nos grandes centros urbanos do país a expressão de um *voto constitucional* que refletiu a insatisfação diante do regime e da sua incapacidade de atender os interesses fundamentais da sociedade.

Ainda no plano quantitativo, há na coletânea, texto de Fernando Henrique Cardoso, que apresenta informações sobre os padrões de recrutamento das lideranças partidárias na história política de São Paulo. Estes dados são utilizados para uma análise com enquadramento histórico dos resultados eleitorais de 1974. **Partidos e Deputados em São Paulo: o Voto é a Representação Política** salienta de passagem o pequeníssimo peso de alguns dos antigos partidos (PSD e PTB) sobre a vida política de São Paulo, como se configurava em 1974.

Finalmente, dois estudos tipicamente qualitativos fundados sobre a observação participante de seus autores no processo político eleitoral encerram a coletânea, embora divergindo completamente no que se refere ao estilo e âmbito de observação desenvolvida.

Em **Balço de Uma Campanha**, Carlos Estevam Martins apresenta uma crônica que registra alguns dos principais lances políticos do processo eleitoral de 1974, em São Paulo. Discorre o autor sobre a falta de representatividade dos candidatos, a falta de liberdade para a propaganda e veiculação dos ideários políticos e a falta de igualdade na disputa entre os dois partidos.

Em 1978, paralelo ao lançamento da segunda edição desta coletânea edita-se uma nova publicação: **Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro**, incorporando-se ao grupo de estudos políticos eleitorais formado por pesquisadores da UFRGS, UFMG e Cebrap, um núcleo de pesquisadores do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Esse livro surge como expressão de um amadurecimento teórico e aprofundamento analítico das linhas apontadas para o fenômeno eleitoral de 1974. Como contribuição fundamental à análise são incorporados agora dados sobre o comportamento eleitoral em cidades periféricas das grandes metrópoles.

Bolívar Lamounier, em **Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição Num Reduto Arenista**, apresenta a tese de que existem pelo menos dois modelos para a caracterização do processo político-partidário e de sua expressão no plano eleitoral no Brasil, sendo um deles "próprio das cidades industriais, com intensa tradição trabalhista ou populista", onde o "partido oposicionista tem forte penetração nas camadas de baixa renda, o que lhe assegura desde logo ampla maioria nas preferências eleitorais".

Hêlgio Trindade e Judson Cew analisam as eleições em Caxias do Sul em 1976, em **Confrontação Política e Decisão Eleitoral**, apontando a importância da polarização político-ideológica que sobrepuja o apelo localista do discurso político da Arena e a influência da identificação partidária (ou seja a tradição político-partidária pessoal e familiar) nos resultados do referido pleito.

Olavo Brasil de Lima Jr. e Fábio Wanderley Reis apresentam, respectivamente, os resultados de pesquisa eleitoral em Niterói e Juiz de Fora. **Articulação de Interesses, Posição Sócio-Econômica e Ideologia: as eleições de 1976 em Niterói e Classe Social e Opção Partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora** giram em torno de duas grandes linhas de análise: de um lado a tentativa de explicação do voto com base na posição sócio-econômica dos eleitores; de outro lado, o impacto de suas avaliações sobre o desempenho do Governo (nacional e local), e de suas representações político-ideológicas, sobre a decisão de votar.

Estes estudos são analiticamente densos e exigem uma atenção bastante acurada do leitor para o acompanhamento da linha de raciocínio de seus autores. Constituem-se, no entanto, as quatro experiências de investigação, numa contribuição teórica de importância crucial no desenvolvimento de estudos eleitorais no Brasil, pois permitiram a sistematização de um esboço de modelo geral para a compreensão da lógica do processo eleitoral brasileiro na *Conclusão* escrita por Fábio W. Reis.

Neste texto o autor apresenta um balanço amadurecido de sua polêmica com Simon Schwartzman, mantida no *intermezzo* das duas publicações aqui apresentadas, com fundamento nos dados empíricos, de onde ressalta: a lógica subjacente ao comportamento eleitoral do brasileiro, o caráter constitucional da crise política que o processo eleitoral permite expressar, as possibilidades de implantação e bases sócio-econômicas da identificação político-partidária (Arena-MDB) no meio urbano e rural, e, finalmente, como uma denúncia, o papel crucial exercido pela educação sobre o comportamento eleitoral (até o final da década de 60, fazendo-o tender ao inconformismo, e a partir de então forçando um alinhamento conformista da juventude brasileira ao modelo político vigente no país), permitindo verificar o êxito da política educacional dos Governos revolucionários no adestramento político dos futuros dirigentes desta Nação.

EDUARDO DUTRA AYDOS

COMO UM BALÃO COLORIDO

O QUE ACONTECEU COM A TURMA DE 1963?, de Michel Medved e David Wallechinsky, Ed. Record, Cr\$ 200,00.

A geração que viveu a década de sessenta passou por experiências que a tornaram diferente dos jovens de décadas passadas. No livro com este título, Michael Medved e David Wallechinsky procuraram mostrar o que ficou das características daquela geração depois de dez anos passados.

Com o título de *Os Adolescentes de Hoje*, a revista *Time* havia feito uma reportagem com os alunos da Palisades High School de Los Angeles. Eles seriam uma amostra do que a América possuía de mais promissor entre sua juventude. Formados com os melhores professores, provenientes das famílias de melhor nível da sociedade, só bastaria a estes escolhidos da fortuna estender o braço para tornarem-se os grandes realizadores que todos esperavam que fossem. Mas grandes mudanças ocorreram na Europa e nos Estados Unidos que levaram a modificar o futuro desta turma.

O primeiro baque moral aconteceu em 1963, com o assassinato do presidente Kennedy. Seguiu-se a luta pelos direitos civis dos negros, o assassinato de Martin Luther King, a Guerra do Vietnã, os movimentos radicais, que deestruturando uma ordem que parecia pacífica e aceita por todos como natural, atirou os jovens numa realidade crua e deserta de valores morais. Começam então o movimento *hippie*, as ações contra a guerra, a experiência com as drogas, a libertação coletiva pelo *rock* nos grandes festivais como o de *Woodstock*.

Os autores procuraram analisar o que sobra de tudo isto, através de entrevistas e depoimentos selecionados, entre seus colegas da Palisade, dez anos depois da reportagem da revista *Time* sobre os adolescentes em 1965. E o que torna o livro interessante é, sobretudo, a semelhança que estes depoimentos trazem com problemas de nossa própria experiência. Influenciados ou não por uma cultura alienígena, o fato é que as mudanças que esta geração trouxe modificou nossos hábitos e conduta de maneira libertadora. Entre frustrações, alienação e fugas da realidade muita coisa ficou. Entre os americanos, o fim da Guerra do Vietnã e a renúncia de Nixon são frutos desta mentalidade.

Por outro lado, o livro mostra de maneira vívida e clara o modo de vida americano de nossos dias. A frustração dos formados em nível universitário, graduados e pós-graduados, que não conseguem colocação no mercado de trabalho e, para mostrar que a postura anticonvencional desta geração, foi tornada possível graças ao paternalismo da sociedade americana, que em *Woodstock* levava alimento e água de helicóptero aos milhares de jovens ali reunidos. Ou ainda, como dizem os autores sobre uma colega: "Sob certos aspectos, a vida de Lisa era um paradoxo. Saía de casa muitas vezes, mas jamais aprendera a ser financeiramente independente. Apesar de suas investidas contra as convenções, sempre fora dependente dos pais... para sair da cadeia, para abrigá-la em momentos de extrema tensão, para sustentar os vícios dela e acalentar-lhe as ambições. Apesar de toda a sua rebeldia, Lisa não conseguira adquirir muita independência.

"Outro relato interessante é sobre outro colega que optou por viver em comunidades fora dos esquemas convencionais da sociedade. Com outros jovens de ambos os sexos, localizava-se no interior onde dedicavam-se à terra e a uma vida livre de imposições. Tudo corria muito bem até que eram obrigados a trabalhar fora para completar o que a comunidade não lhes dava. Como os vizinhos só aceitavam os homens para trabalho pesado, as mulheres ficavam em casa. Ao voltar para a comunidade, depois de uma dia de trabalho, os homens não encontravam a comida pronta, pois as mulheres alegando igualdade diziam que todos deveriam fazer a co-

mida e não recair este trabalho só sobre elas. Muitas comunidades acabaram assim.

Apesar da visão dos autores de dar mais força para os que depois de dez anos se realizaram economicamente, do que aos que optaram por viver em outros moldes, à margem do convencional, fica a lembrança desta época que explodiu como um balão colorido, como quer John Lennon, sem deixar nada, ou deixar a vivência e a ilusão como nos diz Gilberto Gil na metáfora: "... quem não dormiu no *sleeping bag* nem sequer sonhou".

José Eduardo Degrazia

REGISTRO

LOUCURA NUCLEAR (Os enganos do Acordo Nuclear Brasil —Alemanha), de Kurt Mirow. O controverso acordo, que agora passa por uma CPI do Senado, é dissecado por Mirow, mais conhecido depois da *Ditadura dos Cartéis*, também da Civilização Brasileira. 298 pp, Cr\$ 160,00.

A COMPRA DA LIGHT (O que todo brasileira deve saber), de A. Veiga Fialho. Agora, em livro, muitas das denúncias que o leitor soube a varejo pela Imprensa. Ou, como dizem os editores, "a denúncia da estranha transação envolvendo 1,5 bilhão de dólares". 186 pp, Cr\$ 120,00.

CASTELO BRANCO, de John W. F. Dulles. Da José Olympio. Como muito acontece ultimamente, a visão de um Governo por um estudioso norte-americano da realidade brasileira. São 412 páginas, a Cr\$ 250,00.

A VIDA SUSPEITA DO SUBVERSIVO RAUL PARELO e DIÁRIO DE PUEBLA, de Frei Beto. Dois livros e a visão de uma única realidade, a da América Latina. Em *Diário de Puebla*, Frei Beto revive a reunião do episcopado latino-americano no México e em *A vida suspeita do Subversivo Raul Parelo*, entra na ficção — contos — duramente ancorados na realidade. Ambos da Civilização.

"BONS TEMPOS? HEIN?" teatro de Millor Fernandes. A irreverência ao domínio sobre a técnica do espetáculo, num texto escrito especialmente para o MPB-4. Edição da L&PM, 80 páginas.

DENTRO DA NOITE VELOZ, poemas de Ferreira Gullar. Editora Civilização Brasileira. Esse livro de poemas representa 20 anos do engajamento poético do autor. Segunda edição, 120 páginas, Cr\$ 90,00.

PAINÉIS DA CRISE BRASILEIRA, transcrição dos debates efetuados por ocasião do Encontro Nacional pela Democracia. Autores: 25 painelistas, entre políticos, jornalistas, cientistas sociais e mais de 1.000 pessoas que se reuniram no Hotel Nacional, do Rio de Janeiro. O acontecimento de dezembro de 1978 ajudou a restaurar no País o velho hábito cívico, perdido desde o movimento militar de 64: a discussão política livre, aberta, franca. Editoras Avenir, Civilização e Paz e Terra.

PRIMEIRO LIVRO DE CONTOS, de Dalton Trevisan. Editora Record. Um dos melhores contistas brasileiros vai trazendo no seu estilo claro, preciso, cenas da classe média brasileira. 130 páginas, Cr\$ 85,00.

ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Já em seu número 9, essa iniciativa provou que se pode fazer uma revista séria no Brasil. Diversos autores analisam em suas 300 páginas problemas brasileiros que não deixaram de existir mas que ficaram calados durante muito tempo. Cr\$ 60,00.

GENOCÍDIO AMERICANO: A GUERRA DO PARAGUAI, de Júlio José Chiavenatto. Editora Brasiliense. A historiografia oficial geralmente registra a interpretação dos vencedores. Raramente aparece a visão dos vencidos ou, pelo menos, algo neutro, sem interpretações emocionais ou patrioteiras. Chiavenatto tira a camisa de força da história oficiosa e busca as causas e o desenrolar do maior conflito da história da América Latina. 200 páginas.



O CHILE, ENTRE DOIS SETEMBROS

DIALÉTICA DE UMA DERROTA Chile 1970/1973, de Carlos Altamirano, Editora Brasiliense 286 páginas.

• "No dia seguinte foi a vez de Hilda Gomes da Silva conhecer a sala onde seu marido (Virgílio Gomes da Silva, o "Jonas", chefe do grupo que, em setembro de 1969, seqüestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick) fora assassinado. (...) Hilda desconhecia as atividades clandestinas do marido. Ainda assim, foi torturada durante dois dias. (...) Na câmara de torturas, Hilda viu os homens que mataram seu marido colocarem sobre uma mesa sua filha Isabel, então com quatro meses de idade. Sempre que Hilda dizia não conhecer as repostas que seus interrogadores dese-

javam, a criança era submetida a choques elétricos".

• "(...) Esse sítio — na verdade uma fazendola, com o nome de Fazenda 31 de Março — está localizado no bairro de Embura, na região de Parelheiros, na Grande São Paulo. A princípio utilizado pelo delegado Sérgio Fleury, que o reservava a prisioneiros cujas informações pretendia sonegar aos militares do CODI-DOI, o sítio passou mais tarde ao controle de grupos paramilitares de extrema direita. E, de todos os prisioneiros que por ali passaram, só se tem notícia de seis que continuaram vivos. Por ali teriam passado diversas pessoas cujos nomes hoje figuram em listas de "desaparecidos" — e que, segundo disse à Veja um ex-policial paulista, foram provavelmente mortos e enterrados na própria "Fazenda 31 de Março".

• "Em agosto de 1973, quando os órgãos de segurança já agiam de forma integrada, em escala nacional, o delegado Sérgio Fleury, viajou a Pernambuco. No dia 16 daquele mês, o CODI-DOI prendera na praça Ian Fleming, no Recife, o estudante de Medicina, Manoel Lisboa de Moura, 29 anos, casado, fundador e um

dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário. (...) Horas mais tarde, duas testemunhas viram Moura na delegacia da Polícia Federal, com o corpo roxo, inchado e coberto por marcas de espancamento. Torturado, segundo as duas testemunhas, pelo delegado Fleury e pelo agente da Polícia Federal, Luiz Miranda, Moura desapareceu da cadeia uma semana depois, já com as pernas paralisadas e roídas pela gangrena. Ele reapareceria no dia quatro de setembro "morto por tiroteio" no bairro de Moema, em São Paulo, segundo nota oficial distribuída pelos organismos de segurança paulistas."

• "A partir de 1972, entretanto, os CODI-DOI de São Paulo e do Rio criaram grupos especialmente treinados para matar — simulando suicídios, atropelamentos e acidentes de automóvel, ou simplesmente desaparecendo com o cadáver. No Rio, essa equipe estava baseada no Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e tinha o nome de Grupo Coruja. Em São Paulo, comandado por um tenente da PM, o destacamento especializado em assassinios foi apelidado de GTA."

Que todos os trabalhadores deste país comecem a escrever sua própria história.



FEDERAÇÃO EMPREGADOS ESTABELECIMENTOS BANCARIOS ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SINDICATO EMPREGADOS ESTABELECIMENTO BANCARIOS PORTO ALEGRE
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE PORTO ALEGRE
SINDICATO TRABALHADORES INDUSTRIA VESTUARIOS
SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SINDICATO TRABALHADORES INDUSTRIAS ENERGIA TERMO E HIDROELETRICA DO RIO GRANDE DO SUL

SINDICATO PROPAGANDISTAS E PRODUTOS FARMACEUTICOS DE PORTO ALEGRE
SINDICATO TRABALHADORES INDUSTRIA PAPEL E PAPELÃO PORTO ALEGRE
SINDICATO ARQUITETOS ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSOCIAÇÃO DOS SOCIOLOGOS DO RIO GRANDE DO SUL
SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS AGETRA FRACAB



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO



VISITA À VELHA SENHORA

Diz que num grande e estranho país chamado Lisarb, onde tudo é ao contrário — o país é rico mas o povo é pobre, há milhões de eleitores registrados mas só um elege — um presidente recém-eleito resolveu que precisava fazer uma visita à sua velha professora. Como tinha que ir mesmo ao Norte inaugurando um monumento, aproveitou para ir à cidadezinha onde tinha aprendido suas primeiras lições, ainda criança, e lá fazer uma visita sentimental à velha professora, dona Dudu.

O presidente não foi sozinho, claro. Foi com uma grande comitiva no avião do Governo. Na frente foi um destacamento precursor para chegar a segurança. Mais assessores e assessores de assessores. Foi tanta gente que dobrou a população da cidadezinha. As crianças gostaram porque as aulas foram suspensas e elas foram para a rua acenar bandeirinha e fazer algazarra. O barulho era tanto que dona Dudu acordou da sua sesta.

— Revolução ou procissão? — quis saber a velha senhora, confusa.

— A senhora não se lembra, vovó? — perguntou a neta mais velha.

— Lembrar o quê? — disse a velha, olhando em volta, desconfiada. Todos os seus filhos, netos e bisnetos estavam dentro da sua casa. Os vizinhos também. E todos olhavam para ela sem parar de rir.

— Pense, vovó — disse outro neto.

O rosto de dona Dudu se iluminou. Como é que podia ser tão esquecida?

— É mesmo. O meu aniversário. Ora, vocês não precisavam...

— Não, vovó! O seu aniversário é em outubro. É o Presidente que vem visitar a senhora. A senhora já esqueceu?

— Quem é que vem me visitar?

Ninguém respondeu porque naquele instante a comitiva do presidente entrou na casa. Todos

se afastaram para que o presidente pudesse chegar até dona Dudu e beijar suas mãos.

— Como passa? — perguntou dona Dudu, incerta.

— Mas a senhora está ótima! Cada vez mais moça.

— Obrigada.

— Mas sente, sente.

Dona Dudu sentou-se, fazendo força para compreender o que estava acontecendo.

— Está se lembrando dele, mamãe? — perguntou a filha mais excitada.

— Claro, claro.

— Quem é?

Dona Dudu olhou para o recém-chegado. Era um ex-aluno. Disto estava certa. De repente, teve um estalo. Mas era espantoso...

— Você não morreu?!

— Não, dona Dudu.

— Então não é quem eu estou pensando...

— Pense mais, vovó.

— O Tulio. Acertei? O Tulio Mijão. Sempre pensei que você não fosse dar em nada...

— Não é o Tulio, dona Dudu.

— Ainda bem. Deixar ver...

— É o Juca, mamãe!

Dona Dudu bateu palmas. Claro, o Juca! Depois ficou confusa de novo.

— Que Juca?

Explicaram para dona Dudu qual era o Juca. A velha se lembrava, vagamente. Não sabia o que dizer. Para ser bem-educada, perguntou:

— E você é presidente?

— Sou. E devo muito à senhora.

— Ótimo, ótimo.

A velha ainda olhava para o ex-aluno com alguma desconfiança. Finalmente perguntou:

— Presidente do que, mesmo?

— Do país.

Dona Dudu bateu palmas outra vez. Agora estava se lembrando. Tinham lhe avisado que um presidente viria visitá-la, e que era um ex-aluno. Então, o Juca...

— Ele era bom aluno, dona

Dudu? — quis saber alguém, entre risadas.

— Se me lembro bem, era meio fracote em matemática.

— Era mesmo! — exclamou o presidente.

Todos riram. Dona Dudu examinava o presidente. Quem diria! O Juca. Só para ter certeza, dona Dudu chegou perto do ouvido dele e perguntou baixinho:

— O "país" que você diz...

— É o nosso, dona Dudu.

Dona Dudu endireitou-se.

— Muito bem, muito bem. E como vão as coisas?

— Vão indo, dona Dudu. Vão indo. Não está fácil. A senhora sabe, a inflação...

— Nem me fale.

— Pois é. Temos que combater a inflação. O povo precisa se conscientizar que com inflação não se vai para a frente.

— Isso é verdade.

— Temos que apertar o cinto. São tempos difíceis. Precisamos controlar os gastos.

— Isso.

Alguém perguntou ao presidente se dona Dudu era muito severa como professora.

— Se era! Ainda me lembro da sua vara de marmelo...

Mais risadas. Dona Dudu estudava o Juca, agora com os olhos semicerrados. O Presidente começou as despedidas. Beijou as mãos da velha professora. Disse que tinha gostado muito de vê-la ainda forte e bem disposta. A dona Dudu quieta. O presidente se ergueu. Beijou as suas mãos de novo. Começou a se afastar. E de repente dona Dudu gritou:

— Menino!

Todos pararam. O presidente virou-se para ela, atônito.

— Senhora?

— Nove vezes sete.

O presidente pensou um pouco. Depois disse:

— Sessenta e três.

Houve uma explosão de gargalhadas. Mas dona Dudu conti-

nuava séria. O presidente parou de rir. Os outros também silenciaram.

— O que você veio fazer aqui no estado? — perguntou dona Dudu. Seu olhar era duro.

— Vim inaugurar um monumento.

— E aqui na cidade?

— Vim visitar a senhora.

— Só isto?

— Só.

— Veio de avião?

— Sim, senhora. O avião da presidência.

— Ficou hospedado em hotel? De primeira classe?

— Sim senhora.

— Você sabe quanto gasta de combustível um avião por quilômetro? Sabe quanto sai o hotel, por dia?

— Sei mais ou menos...

— Agora multiplique o custo de um quilômetro pelo número de quilômetros entre a capital do país e a capital do estado, a capital do estado e esta cidade e esta cidade e a capital do país. Depois multiplique o número de diárias pelo número de pessoas da sua comitiva. Some os dois resultados.

O presidente sorriu.

— Eu não trouxe o meu caderno de contas, dona Dudu...

Houve alguns sorrisos, mas o ambiente era tenso.

— É assim que você quer dar o exemplo para os outros, seu Juca?

— Mamãe... — disse uma filha nervosa.

Dona Dudu ergueu-se da sua cadeira, cutucou um neto e ordenou:

— Traga a minha vara de marmelo!

A comitiva presidencial retirou-se da casa. Sem pressa exagerada, mas com uma certa apreensão. A segurança cobriu a retirada. Mais tarde, já mais calma, dona Dudu reconheceu que não tinha jeito mesmo.

— Ele sempre foi ruim em matemática.